



# Acuada, a ciência reage



## **Salmeron exclusivo**

*"A ajuda que o governo deu a bancos envolvidos em fraudes poderia sustentar certas universidades durante anos"*

*Leite Lopes, Prêmio Unesco 1999,  
denuncia o desmonte do Brasil*



*Glaci Zancan explica a Maratona  
da SBPC pelo território nacional*

## **Capitalismo fim-de-século**

Armen Mamigonian • Salvatore D'Albergo • Francisco Dominguez • Noam Chomsky



---

# OS CIENTISTAS ERGUEM A VOZ

Uma coincidência reuniu, nas páginas da Revista *Adusp*, dois dos maiores físicos brasileiros. Roberto Salmeron, que vive na França há muitos anos, veio ao Brasil para lançar seu livro sobre a UnB, e passou pela USP, de modo que não perdemos a oportunidade de entrevistá-lo. José Leite Lopes, por sua vez, recebera o Prêmio Unesco de Ciências 1999 quando a edição anterior da revista já estava fechada. Indispensável, assim, buscar seu depoimento. Ambos reivindicam para a educação e a ciência a grandeza que o neoliberalismo dominante tem negado a uma e outra. Ambos conferem à universidade pública (e à pesquisa a ela vinculada) papel central na produção do conhecimento. Ambos saem em defesa da ciência brasileira, acuada pelo colapso dos programas de financiamento da pesquisa, intimidada pelos ataques à autonomia universitária, ameaçada pelo desmonte do sistema público de ensino em todos os níveis.

Ainda que em tom mais contido, a SBPC também reage ao desmantelamento do saber nacional, partindo para a “cartografia” da C&T nas diferentes regiões do país, em inédita maratona que entusiasma Glaci Zancan, nova presidente da entidade. Por fim, este bloco de matérias é enriquecido por artigo de Romualdo Portela e Sandra Zákia sobre critérios e métodos de avaliação da produção dos docentes universitários, tema muito pertinente quando se sabe que a elaboração de *rankings* da ciência pode resultar desastrosa.



Acumulam-se os sintomas de uma crise generalizada do capitalismo. Tensões, conflitos, uma retomada sob novas vestes de práticas e discursos (como o darwinismo social) que pareciam sepultados ao final da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto ideológico, a Democracia perde terreno, o Direito desfalece, e a política do fato consumado ditada pela hegemonia dos Estados Unidos é aceita sem pestanejar pelos países europeus governados pela centro-esquerda. A guerra desfechada pela OTAN contra a Iugoslávia, à revelia até mesmo das Nações Unidas, é sinal e produto desses novos tempos, analisados nos artigos dos professores Armen Mamigonian, da USP, e Salvatore D'Albergo, da Universidade de Roma. O Timor Leste, contraface do Kosovo na nova ordem mundial, é objeto de artigo do pensador norte-americano Noam Chomsky.



Fechávamos esta edição quando foi anunciada a decisão da Justiça inglesa sobre o destino do ex-ditador chileno Augusto Pinochet. O juiz Ronald Bartle resolveu que Pinochet é passível de extradição para a Espanha, a fim de responder pelos crimes que praticou. A detenção do ditador em Londres desencadeou uma crise no Chile, por colocar em xeque a transição tutelada pelos militares, cuja finalidade última é a manutenção do modelo econômico neoliberal. É o que nos diz texto do professor Francisco Dominguez, baseado em comunicação apresentada no I Congresso Interoceânico de Estudos Latinoamericanos, realizado em março em Mendoza (Argentina). Como o Brasil, o Chile ainda não acertou suas contas com o período ditatorial.

Aqui, a Anistia completou 20 anos. A reportagem iniciada na página 70 procura evocar a luta pela Anistia, movimento que conquistou um êxito indiscutível, ainda que parcial, sobre o regime golpista iniciado em 1964. Até os dias de hoje o Estado brasileiro não reparou adequadamente os danos provocados a milhares de perseguidos, humilhados e torturados. Nem rendeu as homenagens devidas às cerca de 500 pessoas assassinadas pela Ditadura, pois seus algozes continuam impunes.



O traço cortante e irônico das ilustrações desta edição pertence a Minoru Naruto, *designer* e professor da FAU. As fotografias são, na maior parte, de Daniel Garcia e Carlos Gueller. Agradecemos à Biblioteca do Instituto Sedes Sapientiae por ceder-nos gentilmente fotografias da Madre Cristina.

*O Editor*

#### **DIRETORIA**

Marcos Nascimento Magalhães, Márcia Regina Car, Francisco Miraglia Netto,  
Norberto Luiz Guarinello, Suzana Salém Vasconcelos, Lighia B. Horodynski-Matsushigue,  
Flávio Finardi Filho, Marcos Sorrentino, João Alberto Negrão, Clarice Sumi Kawasaki

#### **Comissão Editorial**

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,  
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Khaled Goubar, Nelson Achcar,  
Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi

Editor: Pedro Estevam Pomar  
Assistente de redação: Fernanda Franklin  
Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara  
Assistente de produção: Rogério Yamamoto  
Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva  
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos  
Fotolitos: Bureau OESP

Tiragem: 5.000 exemplares

#### **Adusp - S. Sind.**

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374  
CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP  
Internet: <http://www.adusp.org.br>  
E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)  
Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466  
Fax: (011) 814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas, desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

---

## Acuada, a ciência reage

6

Cientista engajado, Leite Lopes denuncia o abandono da Universidade

14

Entrevista: Salmeron defende Universidade pública, gratuita e autônoma

25

SBPC empreende Maratona pelo Brasil. Quem conta é Glaci Zancan

30

Problematizando a temática da Avaliação na Universidade

Romualdo Portela de Oliveira e Sandra M. Zákia L. Sousa

## Capitalismo fim-de-século

36

A retomada do darwinismo social em meio às tensões provocadas pela prolongada crise econômica

Armen Mamigonian

41

Balcãs: OTAN substitui a ONU e cresce ataque à Democracia e ao Direito

Salvatore D'Albergo

51

A detenção de Pinochet e seus reflexos no Chile

Francisco Dominguez

63

A enorme responsabilidade dos EUA no massacre do Timor Leste

Noam Chomsky

## Saúde pública

67

A privatização do SUS nada tem de moderno, pelo contrário

Jacir Pasternak e Vicente Amato Neto

Memórias da luta contra a Ditadura

70

A Anistia, 20 anos depois: um balanço

76

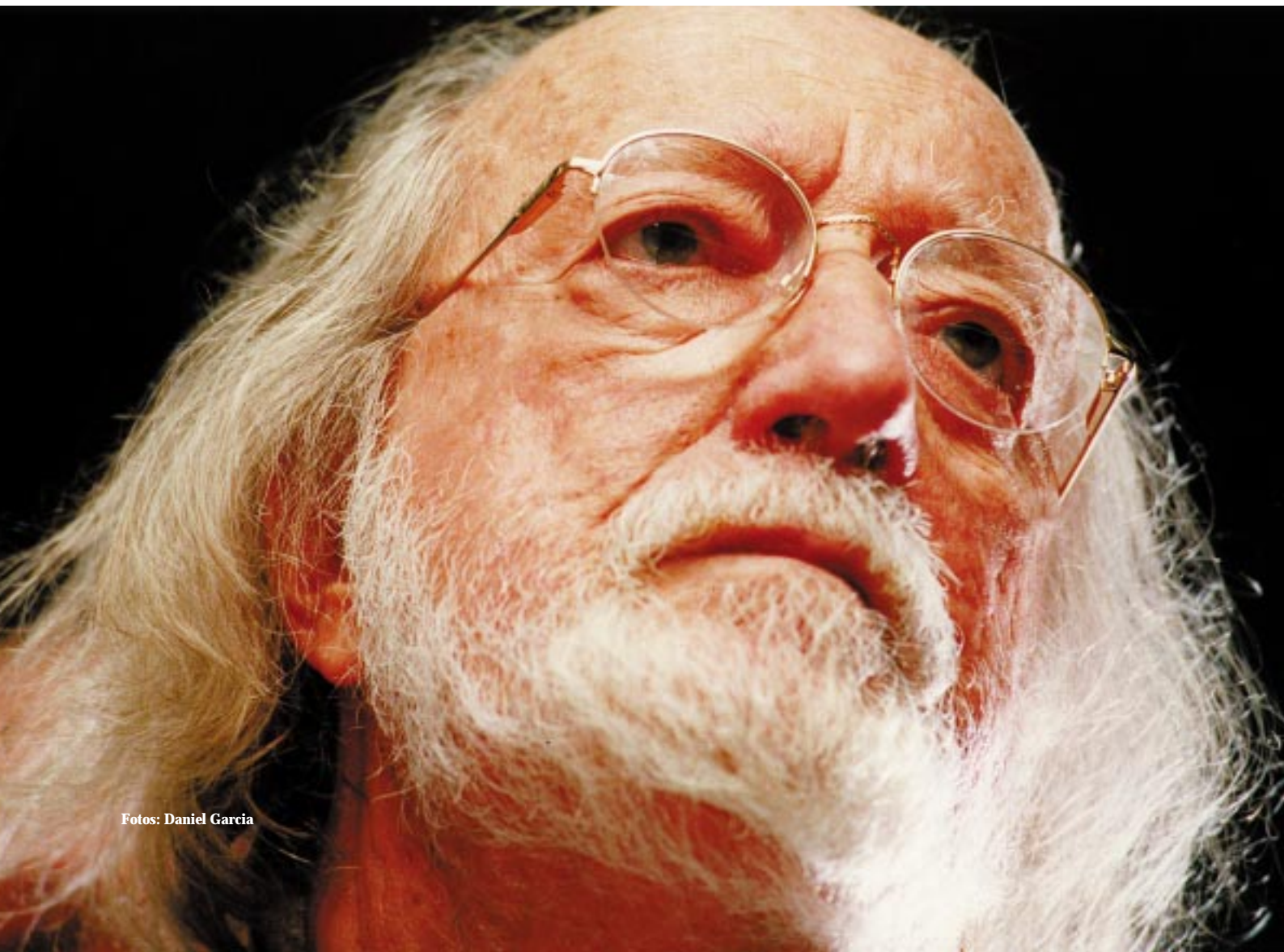
Depoimento pessoal de Luiz Eduardo Greenhalgh

---

# UM CIENTISTA

*Distinguido com o Prêmio  
Leite Lopes reafirma seu compromisso*

**Pedro Estevam**  
Editor da Revista





# A ENGAJADO

*Prêmio Unesco de Ciências,  
e o papel social do pesquisador*

da Rocha Pomar  
Revista Adusp



professor José Leite Lopes, 81 anos, não tem papas na língua. Ao receber o Prêmio Unesco de Ciências 1999, durante a Conferência Mundial da Ciência, realizada em junho último em Budapeste, Leite Lopes honrou, uma vez mais, sua trajetória intelectual independente e seu temperamento combativo: no rápido discurso de agradecimento (que ele fez questão de ler em francês, “porque fala-se inglês demais”), não poupou o governo brasileiro, nem o empresariado nacional, nem a globalização cantada em prosa e verso.

— O pesquisador científico de um país em desenvolvimento deve defender a ciência, as universidades, a educação em geral das possíveis medidas de economia e falta de visão dos governos deste país, da falta óbvia de compreensão destes governos do caráter delicado e específico da ciência. É atualmente o caso de meu país, onde um governo presidido por um antigo professor universitário não acha fundamental apoiar a ciência e a tecnologia, as universidades públicas e institutos de pesquisa.

Se a pesquisa de novas tecnologias pode ser financiada pela iniciativa privada, prosseguiu o orador (contudo, “os industriais da América Latina nos ignoram solenemente”, assinalou à guisa de ressalva), a ciência fundamental depende exclusivamente do Estado, em países ricos como em países pobres.

Na chamada era da globalização, insistiu o pro-

fessor, os pesquisadores do mundo inteiro devem “defender vigorosamente” o papel central do Estado no apoio à pesquisa e à educação. “Globalização é só um eufemismo para designar a dominação imperial do mundo pelos países ricos”, os quais desejam “apagar a identidade de povos dos países em desenvolvimento”. Nada mau para uma cerimônia de entrega de prêmios!

### Engajamento

Assim é Leite Lopes, o físico teórico que teima em tomar posição diante dos dramas sociais que afligem o Brasil e o mundo. Em 1976, quando a maior parte da América Latina vivia sob o tacão das ditaduras militares, e ele se encontrava na França, nomeado por Giscard D'Estaing professor titular da Universidade

## PROFESSOR E ANIMADOR DA CIÊNCIA

José Leite Lopes, nascido no Recife em 1918, é indiscutivelmente um dos grandes nomes da ciência brasileira, e um dos pioneiros em sua área. Em 1945, aos 27 anos de idade, foi o primeiro brasileiro a conquistar no exterior o título de doutor (*Ph.D.*) em Física, na Universidade de Princeton (EUA), sob a orientação do afamado Wolfgang Pauli, Prêmio Nobel, ao tempo em que lá trabalhavam Albert Einstein e outros pesquisadores de renome.

Catedrático de Física Teórica e Física Superior da antiga Universidade do Brasil (mais tarde Universidade Federal do Rio de Janeiro) já em 1948, no ano seguinte fundava o CBPF, com César Lattes, Roberto Salmeron e outros, e tornava-se membro do Instituto de Altos Estudos de Princeton, a convite de Oppenheimer. Foi pesqui-

sador visitante do Instituto de Tecnologia da Califórnia (1955-1956), a convite de Richard Feynman. Exerceu diversos cargos importantes no Brasil, como o de diretor da Divisão de Ciências Físicas do CNPq (1955-1964) e o de coordenador do Instituto de Física da Universidade de Brasília (1962-1964).

O golpe militar de 1964 impôs um novo rumo à carreira de Leite Lopes. Demitiu-se do CNPq e tornou-se professor visitante da Universidade de Paris (Orsay), lá permanecendo três anos, até que voltou ao Brasil para retomar suas aulas na UFRJ, a pedido de estudantes. Ficou pouco tempo, pois foi punido pelo AI-5 e aposentado à força, perdendo ainda seu cargo no CBPF. Recebeu então convites de diversas universidades do exterior. Optou pela Carnegie-Mel-

lon, de Pittsburgh, onde não passaria mais do que um ano (1969-1970), pois sentia-se desconfortável nos EUA, em razão do envolvimento do governo americano com o golpe militar.

Na França

Preferiu transferir-se para a Universidade Louis Pasteur (Estrasburgo I), onde deu aulas de 1970 a 1985, tornando-se ainda vice-diretor do Centro de Pesquisas Nucleares daquela instituição (1975-1978). Foi nesse período que escreveu, entre outras obras, o livro *Fondements de Physique Atomique* (Fundamentos da Física Atômica), de que fala com orgulho, pois “muita gente estudou por ele”. Voltou ao Brasil em 1986. Ao todo, publicou mais de 20 livros, uma centena de artigos e 80 trabalhos científicos. Recebeu variados títulos, prêmios e condecorações,

Louis Pasteur, de Estrasburgo, publicou no *Bulletin of Atomic Scientists* artigo denunciando a perseguição de cientistas argentinos pelo regime liderado pelo general Videla:

“Um câncer político está se espalhando pela América Latina. Acabou de ocorrer um golpe de estado na República Argentina”. “Pelo menos 56 homens e mulheres (*nomeia vários deles*) ... associados ao Conselho Nacional de Pesquisa da Argentina foram sumariamente demitidos pelo 'interventor' do Conselho e pela junta militar”.

No artigo, Leite Lopes cita de passagem sua própria situação de perseguido político (foi professor universitário compulsoriamente aposentado pela Ditadura em 1969, com base no Ato Institucional número 5) e faz um apelo à comunidade científica internacional, aos cientistas, “para que digam ao general



Com seus alunos, em Estrasburgo

no país e no exterior.

Recentemente, foram lançados dois livros sobre a obra e as reflexões de Leite Lopes. *Ciência e Liberdade: escritos sobre ciência e educação no Brasil* (Editora UFRJ, 1998, 288 p.), organizado pelo professor Ildeu de Castro Moreira, conta com depoimento de César Lattes, que faz as vezes de um prefácio. Além de artigos diversos, traz uma entrevista concedida a Ênnio Candotti em 1985 e preciosa iconografia, que inclui a reprodução de telas pintadas por Leite Lopes.

*José Leite Lopes: idéias e paixões* (CBPF, 1999, 142 p.), organizado pelo professor Francisco Caruso, da UERJ, é uma espécie de dicionário do pensamento do professor. Baseia-se em uma série de entrevistas realizadas em 1998, nas quais Leite Lopes foi convidado a tecer considerações sobre determinadas palavras-chave (exem-

plos: “academia”, “ciência”, “mulher”), que no livro assumem a forma de verbetes. Traz uma concisa e útil biografia do homenageado, da qual esta reportagem extraiu não poucas informações. Contribuição teórica

O próprio Leite Lopes considera que seus mais importantes trabalhos de pesquisa são dois artigos que publicou em 1958, relativos à teoria das forças nucleares. No primeiro deles, colocou em evidência a interação pseudoescalar. No outro, publicado na revista *Nuclear Physics*, propôs, segundo suas palavras no discurso de Budapeste, “antes dos trabalhos importantes de Steve Weinberg, Abdus Salam e Sheldon Glashow, uma primeira tentativa de verificação eletrofraca enquanto admitia a igualdade de constantes de interação fraca e eletromagnética para estimar a massa dos bósons W vetoriais”.



“Propus a existência de um bóson fraco neutro, aquele que é chamado o bóson  $Z_0$ . Isso deveria ser posto em evidência em colisões elásticas elétron-nêutron, em época em que o neutrino muônico não era caracterizado ainda e não era usado em feixes”.

Francisco Caruso afirma que, a partir desta hipótese, “Leite Lopes nos deu a primeira avaliação correta da massa dos bósons vetoriais”. A hipótese levantada por Leite Lopes, da existência da partícula neutra bóson  $Z_0$ , foi confirmada por experimentos posteriores.



Jorge Videla, chefe da junta militar, que estes atos são incompatíveis com a civilização e com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e que peçam que estes cientistas sejam reintegrados a seus empregos”.

### Nacionalismo e lutas sociais

Como se vê, o engajamento do professor nas questões políticas e sociais não é recente. Ele pertence à geração de pensadores fortemente influenciada

pelo nacionalismo e pelas lutas sociais das décadas de 40, 50 e 60. Chegou a fazer parte do Conselho de Curadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado por Juscelino Kubitschek para atrair a intelectualidade de esquerda para seu projeto nacional-desenvolvimentista.

## Intelectualidade e Oposição

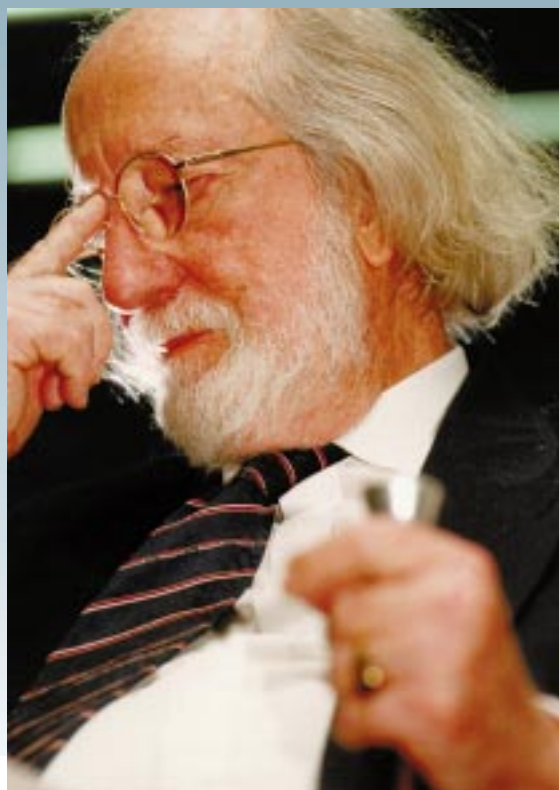
*“Em ciência como nas artes, o intelectual em geral é muito ruim, porque como depende de ajuda do governo para suas bolsas de estudo, suas verbas, seus programas, muitos deles têm medo de falar e perder os privilégios. Este é o problema. Mas que interesse tem um projeto pessoal desse tipo quando ao lado você vê o Brasil tomando um rumo completamente anormal?”*

*“A Oposição é muito fraca. Não sei se foi o regime militar que liquidou a formação de líderes políticos. Não temos grandes políticos que tenham programas, que inspirem confiança para uma mudança. A intelectualidade deve denunciar todos esses programas falsos que são anunciados pelo governo atual. O fato de que se liquidou o patrimônio público. O abandono a que está sendo relegada a universidade. As ilusões: ‘toda criança na escola’, ‘apoio à pesquisa’ etc. Mas na prática não há apoio à pesquisa”*



## O Plano Plurianual de FHC

*“Ele precisava fazer alguma coisa, porque foi reeleito numa atitude vergonhosa. Deixou de fazer reformas, um programa de desenvolvimento, em favor do projeto de reeleição. Então o prestígio dele decaiu. Aquele espetáculo foi como uma reação à sua queda de popularidade. Ele apresentou um programa que os especialistas vão analisar: o que é possível, o que não é possível. Mas pode ser que seja uma ilusão”*



## O Prêmio Unesco

*“O premiado, em geral, é o último a se pronunciar sobre isso, porque a decisão foi lá da Unesco. Acho que houve generosidade da parte do júri internacional da Unesco. Se mereço ou não, já é outra história. Foi bom, de qualquer maneira foi entregue na Conferência Mundial sobre Ciência realizada em Budapeste, onde quase todos os países se fizeram representar por delegações. Houve uma delegação do Brasil, mas não participei dessa delegação, nem fui chamado. Eu fui por convite da Unesco”*

Na entrevista que concedeu no início de setembro à Revista Adusp, no Rio de Janeiro, em sua sala no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição que fundou há 50 anos, Leite Lopes demonstrou que mantém a verve e o espírito crítico. Quando lhe perguntamos se a intelectualidade brasileira não havia se mostrado muito dócil diante do governo que assumiu em 1994, ele foi direto ao ponto nodal da discussão.

— Em ciência como nas artes, o intelectual em geral é muito ruim, porque como eles dependem de ajuda do governo para suas bolsas de estudo, suas verbas, seus programas, muitos deles têm medo de falar e perder os privilégios. Este é o problema: há uma falta de energia da parte de grande número de intelectuais, com medo da reação do governo em relação aos projetos que possam ter. Mas que interesse tem um projeto pessoal desse tipo, quando ao lado você está vendo o Brasil tomando um rumo completamente anormal, de alienação da riqueza, de alienação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce, da Petrobrás, e de desmatamento da Amazônia?

## Hegemonia dos EUA

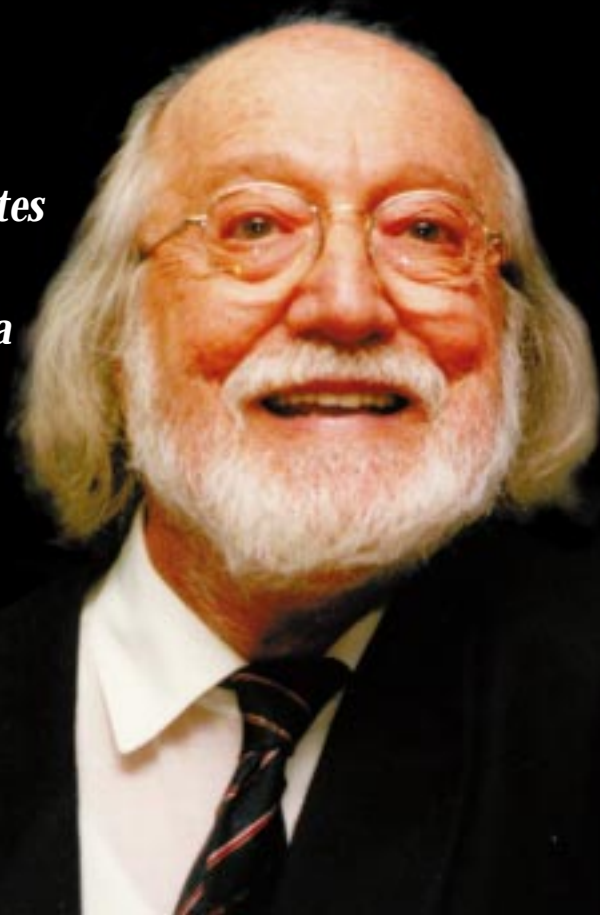
*“Os EUA são a potência que restou da Guerra Fria e têm demonstrado muitas vezes, por exemplo, que não obedecem à Corte Internacional de Haia, que já fez resoluções que os EUA não adotaram. Há uma lei americana que castiga as empresas do mundo inteiro que tenham comércio com Cuba, como se a lei americana tivesse validade internacional. No fundo, a globalização é um novo nome para o imperialismo americano”*

## Ciência, a Lua e a fome

*“A ciência e a tecnologia foram importantes até agora, mandaram o homem à Lua. Mas foram impotentes para acabar com a miséria no mundo. Então proponho que entre os compromissos assumidos pela Conferência Mundial da Ciência para o século 21, além dos compromissos científicos, haja uma vontade política para acabar com a fome e a miséria”*

## Ensino e pesquisa

*“Toda universidade só tem o nome ‘universidade’ se for um lugar de pesquisa, criação de conhecimento. Quando você dá aula, se é um pesquisador, suas aulas são diferentes das do outro, que não é pesquisador. Porque o que não é pesquisador vai procurar nos livros poeirentos o que foi, e o pesquisador dá conhecimentos antigos, clássicos, mas como ele pesquisa, apresenta de uma maneira sempre nova. Qual é a universidade privada no Brasil que adota pesquisa? Que eu saiba, nenhuma”*





## A globalização e a mídia

*“Os meios de comunicação são cúmplices do processo de globalização. Você não vê nenhuma reportagem denunciando os escândalos que existem por aí. Eles procuram algum escândalo menor, falam, e depois silenciam sobre o tema. Se essa cumplicidade envolve interesses maiores, econômicos, não sei. Provavelmente, porque é inconcebível que a imprensa não defenda com rigor os interesses do país”*

## Indústria e pesquisa

*“Você vai ao industrial e faz um programa de pesquisa. O industrial em geral não apóia. Vai apoiar pesquisa em matemática? Em astronomia, em cosmologia? Certamente que não. A pesquisa aplicada, a tecnologia, seria natural que ele apoiasse. Mas isso ele também não apóia. Porque eles se contentam em comprar caixas-pretas, os pacotes. Compram e põem em movimento aqui”*



Leite Lopes na USP, em novembro de 1998, durante simpósio internacional em homenagem ao seu 80º aniversário

### Ilusão e desengano

Chega a espantar, nesse ancião empertigado, lúcido, de fala pausada e discreto acento nordestino, o apurado grau de informação sobre as questões da atualidade. Se nutre alguma animosidade pessoal contra aqueles que critica, não deixa transparecer: a natureza dos ataques que faz é claramente política, ou filosófica. As considerações ferinas emprestam maior contundência à crítica, mas esta é direcionada ao essencial dos problemas, à sua raiz. Exemplo de tal atitude é o seu modo de ver a gestão de Fernando Henrique Cardoso:

— No início, o presidente enganou, porque tem um passado acadêmico. Se pensava que ele, considerado proveniente dos grupos de esquerda, pusesse em ação um programa da social-democracia legítima. Mas isso foi uma ilusão muito grande. Acho que toda pessoa que pertence a um Estado, a uma nação, tem laços de afetividade com esta nação e um certo nacionalismo defendendo os interesses do país. É grave quando você é de um país e tem nacionalismo por outro país.

— O sr. enxerga isso neste governo?

— Certamente. RA

Entrevista  
Roberto Salmeron

# “ENSINO PAGO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS SERIA UM CRIME”

por Lighia B. Horodynski-Matsushigue  
e Pedro Estevam da Rocha Pomar

*O renomado físico brasileiro radicado em Paris relata a rica experiência da Universidade de Brasília (UnB), critica o “delírio de privatizações” vivido pelo país e defende a educação superior pública e gratuita*



Fotos: Daniel Garcia

*Radicado na França desde 1966, o físico brasileiro Roberto Aureliano Salmeron esteve no Brasil em agosto último, para lançar seu livro **A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965** (Editora da UnB, 1999). Cientista de prestígio internacional, primeiro não-europeu a integrar o corpo permanente de pesquisadores do laboratório da Organização Européia para a Pesquisa Nuclear (CERN), em Genebra, e atual Diretor de Pesquisa Emérito do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS), autor ou co-autor de 150 trabalhos científicos, Salmeron suspendeu suas atividades profissionais nos últimos dois anos para dedicar-se unicamente à tarefa de escrever o livro. Na entrevista exclusiva que concedeu à Revista Adusp, encontramos as razões maiores dessa opção.*

*Em primeiro lugar, para ele, é necessário preservar e cultivar a memória intelectual do nosso país. Em segundo lugar, é evidente que a empolgante experiência de criação e organização dos cursos da UnB, nos anos 1963-64, sob os auspícios de Anísio Teixeira, e depois a profunda frustração causada pela intervenção dos militares, ocupam um lugar central na história de vida desse notável pesquisador.*

*Em 1965, Salmeron, que destemidamente deixara o CERN dois anos antes e regressara ao Brasil para trabalhar na UnB, onde foi professor titular e coordenador geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia, “demitiu-se juntamente com 222 colegas, por recusarem pressões externas exercidas sobre a Universidade durante o regime militar que dominou o país de 1964 a 1985”, como não deixa de mencionar em seu próprio currículo. Nas páginas a seguir, Salmeron, de 77 anos, aborda também a crise que atinge em cheio a ciência e as universidades brasileiras. Prega a reação da comunidade acadêmica ao atual estado de coisas, e defende com ênfase e veemência a gratuidade da universidade pública: “Se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica da USP também não. Querer fazer ensino pago é um crime”.*



Revista Adusp - **O senhor está lançando um livro sobre a UnB. O que o levou a escrever este livro? A UnB foi, tudo indica, uma experiência marcante na sua vida.**

**Salmeron** - O trabalho na UnB foi realmente uma experiência marcante em minha vida, assim como de todos os que participaram dos anos iniciais de implantação da Universidade. Por que escrevi este livro? Para dar uma contribuição à nossa memória intelectual. No Brasil não estamos habituados a cultivar nossa memória. Fatos importantes ou graves acontecem e são esquecidos com o tempo, às vezes basta uma geração para que sejam esquecidos. Nos países avançados da Europa, por exemplo, o cultivo da memória intelectual faz parte da cultura, o que infelizmente não ocorre entre nós. Minha motivação, ao escrever esse livro, foi contribuir para nossa memória. Relato fatos que vivi e conheci desde suas origens, e considero quase uma obrigação minha deixar um testemunho para que a nova geração saiba o que aconteceu naquele período terrível de nossa História, com a ditadura militar. Um povo precisa conhecer a sua História, e criar o hábito de julgar os fatos e as pessoas, para ficar vigilante e não permitir que períodos como aquele se repitam. Por que escrevi o livro somente agora? Porque eu não quis escrever um livro somente de memórias, mas um livro de História, documentado e crível, e isso requer muito tempo. Radicado na França, dirigindo equipes de pesquisa, não me era possível ter as atividades devidas à responsabi-

lidade profissional e ao mesmo tempo escrever um livro desses. Há no livro uma parte de memória, mas o que considero mais fundamental são os documentos que apresento. A procura de documentos, e a estruturação do livro com base neles, tomou muito tempo, agravado com o fato de eu estar morando fora do Brasil. Tenho alguns documentos em meu arquivo pessoal, porque quando saí da Universidade tinha absoluta certeza de que muitos documentos iam desaparecer. Guardei comigo somente papéis que, evidentemente, tinha moralmente a liberdade de guardar, como cópias de cartas minhas, de cartas dos coordenadores e de manifestos dos professores. A maior parte da documentação eu obtive em várias viagens ao Brasil, em redações de jornais, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Municipal de São Paulo, em consulta do Diário do Congresso Nacional, e na própria Universidade de Brasília, onde uma professora de História está reconstituindo um acervo, assim como obtendo depoimento oral de amigos ex-professores da UnB. Comecei a estruturar o livro há mais de oito anos, sem interromper meu trabalho como físico, dedicando alguns dias da semana à pesquisa, e outros ao livro, escrevendo e reescrevendo as várias partes. Depois percebi que tinha de me dedicar ao livro inteiramente, para poder terminá-lo com uniformidade nas várias partes. Nos últimos dois anos a dois anos e meio trabalhei somente no livro.

Revista Adusp - **Para aqueles que não puderem ler o livro, como é que o senhor sintetizaria a experiência da UnB?**

**Salmeron** - Devemos falar da experiência do ponto de vista humano e do ponto de vista acadêmico. Do ponto de vista humano, a experiência dos anos iniciais da UnB, que relato no livro, foi maravilhosa para todos os que dela participaram. Havia atmosfera de entusiasmo, com a consciência de que estávamos fazendo algo de novo, e principalmente, grande esperança. Este ponto é muito importante: havia grande esperança. Trabalhávamos intensamente, sete dias por semana, sem limitação de tempo. Depois veio o golpe militar e as perseguições cegas à Universidade, com controle policial constante em todas as atividades, criando um clima de insegurança cada vez maior, que foi a causa de nosso pedido de demissão coletiva. Do ponto de vista acadêmico, a UnB foi a precursora de uma reforma universitária importante, a primeira universidade a funcionar nos moldes posteriormente adotados na reforma universitária em todo o país, introduzindo a estrutura utilizada atualmente. Essa reforma foi concebida com a evolução da mentalidade, com a participação de muita gente e de muitas instituições. Achei importante mostrar em meu livro, para os jovens de hoje, que a mentalidade evolui, e que houve uma luta, luta no bom sentido, na evolução da mentalidade nas universidades brasileiras, começando na década de 20, de 30, passando pela funda-

ção da USP, até se conceber a estrutura da UnB, que na década de 50 estava no ar. Muita gente pensava nesse tipo de estrutura naquela época: se a UnB não a tivesse adotado, outras universidades o teriam, provavelmente a USP ou a UFRJ. Aliás, a reforma da UFRJ, que se chamava Universidade do Brasil, estava sendo programada pelo ministro da Educação de Juscelino Kubitschek, com a criação de Institutos Centrais de Ciências e Faculdades, e deveria ser inaugurada com a instalação da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.

Revista Adusp - **E quais seriam os elementos constituintes, os traços mais marcantes desse modelo de universidade adotado pela UnB?**

**Salmeron** - *Primeiro ponto:* antes da UnB, a universidade tinha estrutura arcaica. Por exemplo, em todas as faculdades, em cada disciplina, havia um professor catedrático, que era o dono da disciplina. Dono absoluto. Ele fazia o ensino como queria, determinava se ia se fazer pesquisa ou não, e era auxiliado por um grupo de assistentes – era ele quem escolhia seus assistentes – cuja denominação já indicava ser posição subalterna. O assistente não tinha autoridade para imprimir rumo à disciplina que lecionava, e na vasta maioria dos casos ensinava somente o que aprendia em livros.

Isso tinha de ser mudado. Era necessário acabar com a posição de catedrático e criar uma estrutura que desse a todos a possibilidade de evoluir de acordo com sua experiência profissional. Modificamos a carreira docente, criando as posições de assistente e três de professor. O mestrado era obrigatório para o posto de assistente, que não tinha o significado do sistema antigo, ninguém era assistente de um pro-

obrigatoriamente. *Terceiro ponto:* dentro da universidade, criar flexibilidade para que o aluno pudesse mudar de carreira. Essa possibilidade não havia antes. Posso contar meu exemplo pessoal, extremamente significativo. Quando me formei engenheiro pela Escola Politécnica da USP, fui convidado pelo professor de Física, Luis Cintra do Prado, para ser seu assistente. Logo a seguir, comecei também a carreira de pesquisador em Física com o professor Gleb Wataghin, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Numa conversa com esse ilustre professor, ele muito francamente me disse: “Seu País é muito complicado. Com o título de engenheiro somente, o senhor poderá encontrar muita dificuldade na sua carreira. Eu acho que o senhor deveria fazer o curso de Física, mesmo já fazendo pesquisa comigo, para ter o diploma de físico”. Aceitei o conselho. Mas, para fazer o curso de Física na USP, univer-

**O QUE PRECISAVA MUDAR**

***“Antes da UnB, a universidade tinha estrutura arcaica. Por exemplo, em todas as faculdades, em cada disciplina havia um professor catedrático, que era o dono da disciplina. Dono absoluto. Fazia o ensino como queria, determinava se ia se fazer pesquisa ou não, e era auxiliado por um grupo de assistentes (era ele quem os escolhia) cuja denominação já indicava ser posição subalterna”***



fessor, era assistente na carreira. O doutorado era obrigatório para o posto de professor. *Segundo ponto:* em Brasília insistíamos em que a pesquisa fosse obrigatoriamente associada ao ensino, em todas as disciplinas — nas artes, nas letras, nas ciências humanas, nas ciências naturais e exatas. E, nas faculdades de medicina e de engenharia, que estavam sendo criadas, queríamos que também houvesse pesquisa

sidade da qual tinha diploma e na qual lecionava, tive de prestar novo exame vestibular, e tive de cursar todas as disciplinas do curso de Física, inclusive aquelas nas quais eu já tinha sido aprovado na Escola Politécnica e aquela que eu lecionava! Felizmente, professores de espírito aberto não exigiam que eu assistisse às suas aulas. Por exemplo, Marcelo Damy de Souza Santos disse-me: “Seria ridículo você

## O GOLPE MILITAR

***“Na semana seguinte, o campus foi invadido por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, que tomaram a UnB como se estivessem tomando uma praça-forte, com os soldados rastejando... Foram levados por 14 ônibus acompanhados de três ambulâncias, porque pensaram que ia haver luta armada, pensaram que estávamos armados. Funcionários, estudantes e professores ficaram espantados, ao ver aqueles soldados chegando, sem saber por quê”***



assistir às minhas aulas, você está ensinando na Politécnica o que estou ensinando aqui na Faculdade de Filosofia. Mas não posso isentá-lo dos exames, pois não posso dar uma nota sem que você faça uma prova”. Em Brasília, suprimimos esse sistema arcaico; o estudante podia ser transferido de uma escola para outra com o sistema de créditos, que existe hoje em todos os lugares. *Quarto ponto:* tempo integral e dedicação exclusiva obrigatórios para todos os docentes, salvo pouquíssimas exceções. *Quinto ponto:* criamos pela primeira vez os Institutos Centrais de Artes, de Letras, de Ciências Humanas, de Ciências Naturais e Exatas, além das Faculdades, estrutura essa que existe atualmente em todo o Brasil.

Revista Adusp - **Na opinião do senhor, o que fez o regime militar**

**truncar a experiência da UnB?**

**Salmeron** - A UnB foi perseguida mais do que as outras universidades porque, pelas origens, era ligada a nomes de personalidades políticas consideradas inimigos ferrenhos do regime militar. Lúcio Costa foi o primeiro a pensar numa universidade para Brasília, que propôs em seu Plano Piloto para a nova capital. A possibilidade de fundação de uma universidade foi examinada no governo de Juscelino Kubitschek, que propôs a lei para criá-la, com uma mensagem enviada ao Congresso Nacional no dia da inauguração de Brasília. Mas, durante os meses que restavam de seu governo, a lei não foi aprovada. Durante o curto governo do Jânio Quadros a lei também não foi aprovada, mas foi aprovada no dia em que ele renunciou à Presidência da

República. Quem a assinou, finalmente, algumas semanas depois, foi João Goulart. A personalidade mais eminente na concepção da UnB foi Anísio Teixeira, que era *persona non grata*. Darcy Ribeiro trabalhava com ele no Ministério da Educação, e fez muito para que a UnB fosse criada, tendo sido o primeiro reitor; foi reitor durante menos de um ano, porque João Goulart convidou-o para ser ministro da Educação, e, poucos meses depois, para ser chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Daí para diante, Darcy Ribeiro tornou-se homem político. Para o governo militar, a UnB ficou então associada a Juscelino Kubitschek, João Goulart, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, considerados inimigos e tratados como tal. Daí uma vigilância extrema da UnB pelo governo federal, que chegava às raias do ridículo. Por exemplo: logo depois do golpe de abril de 1964, na semana seguinte, o campus da UnB foi invadido por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, que tomaram a Universidade como se estivessem tomando uma praça-forte, com os soldados rastejando... Foram levados por quatorze ônibus acompanhados de três ambulâncias, porque pensaram que ia haver luta armada, pensaram que estávamos armados na Universidade. Funcionários, estudantes e professores ficaram espantados, ao ver aqueles soldados chegando, sem saber por quê. Mas a atmosfera era de paz e trabalho. Os militares levavam o nome de alguns professores que queriam inquirir, e alguns não esta-



vam na Universidade quando houve a invasão. Anísio Teixeira, que era o reitor, mandou chamá-los em suas residências, para que se apresentassem aos militares, porque não tinham nada a esconder. Vários deles foram presos. Anísio Teixeira foi destituído do cargo de reitor, e substituído por um professor da USP que tinha participado como civil da preparação do golpe militar. Este, por sua vez, foi substituído um ano e meio depois por outro professor da USP que também era homem de confiança do regime. Durante as gestões desses dois reitores, começaram e se intensificaram as perseguições cegas à Universidade, com controle policial diário em todos os setores, estudantes e professores presos, professores demitidos, criando um intolerável clima de insegurança que aumentava com o tempo. Depois de lutar muito em defesa da Universidade e da liberdade acadêmica, nós nos convencemos de que não era mais possível ser professor universitário dignamente naquela situação. Então 223 docentes se demitiram da UnB que estavam construindo, com a profunda decepção de ver que no Brasil daquela época um empreendimento dessa natureza podia ser destruído facilmente.

Revista Adusp - **O senhor trabalha na França, vive lá há muitos anos. O senhor tem acompa-**

**nhado a situação das universidades brasileiras?**

**Salmeron** - Bastante. Durante todos estes anos radicado na Europa, tenho mantido contato permanente com universidades e instituições científicas brasileiras, mais freqüentemente com amigos e colegas da USP, da Unesp, do Labo-

**FALTA DE ÂNIMO**  
**“Os salários são baixos, as universidades não têm infraestrutura, e ao lado dessa situação grave vejo gradualmente, nos últimos anos, uma perda de esperança. Os reveses têm sido tão grandes que a comunidade acadêmica está assim numa espécie de inação. Não sei se resignação é o termo adequado, mas certamente não está lutando. E a gente não vê um plano nacional de investigação, de pesquisa científica, de amparo”**



ratório Nacional de Luz Síncroton, de Campinas, da UFRJ, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do Rio de Janeiro. Há obviamente nas nossas universidades uma série de problemas muito preocupantes, muito alarmantes, porque podem comprometer o futuro em escala social que ultrapassa o quadro das universidades. Em primeiro lugar, a situação financeira é precária, ridícula e perigosamente precária.

Sempre foi precária, mas tenho impressão de que nunca foi tanto quanto agora. Os salários são baixos, as universidades não têm infraestrutura, e ao lado dessa situação grave vejo gradualmente, nos últimos anos, uma perda de esperança. Os reveses têm sido tão grandes que a comunidade acadêmica está assim numa espécie de inação. Não sei se resignação é o termo adequado, mas certamente não está lutando. E a gente não vê um plano nacional de investigação, de pesquisa científica, de amparo. Classifico a situação de perigosa, porque a precariedade e a falta de orientação originam quebra de ânimo e de esperança, que é o que de pior pode acontecer a uma comunidade, que nessas condições pode cair na estagnação e não cultivar o espírito de luta. É alarmante a falta de sensibilidade do governo para com esse problema. E mais alarmante ainda quando vemos que em todos os setores de atividades o Brasil tem universitários da

mais alta competência. Por que essas pessoas da mais alta competência não são ouvidas e apoiadas? Isso não é somente chocante, é perigoso, porque, contrariamente aos países avançados, que disputam as pessoas competentes, o Brasil desperdiça a competência, não somente em assuntos culturais, de ensino e de pesquisa, mas também em assessoria para assuntos de interesse nacional.

Revista Adusp - **O senhor está falando em não utilização de competência nas universidades. Mas acha que não há utilização de competência também em outros setores?**

**Salmeron** - O governo atual, que neste ponto não difere em nada dos governos passados, não tem o hábito de usar a competência dos seus universitários, dos seus engenheiros, dos seus cientistas, como assessores de projetos de interesse nacional. Tem-se a impressão de que o governo não sabe o que fazer dos universitários, como se estes devessem ensinar e só. Posso citar três exemplos de projetos, um feito durante o regime militar e dois no governo atual, nos quais a competência nacional não foi utilizada. O primeiro foi a compra das centrais nucleares da Alemanha: os cientistas não foram consultados, os engenheiros não foram consultados, os especialistas em energia nuclear da época não foram consulta-

dos. Foi uma decisão autoritária, completamente desligada de qualquer planificação para o futuro. Custou uma fortuna. O preço de cada reator, naquela época, era de 3 bilhões de dólares. Eu me lembro de que fiz um cálculo, porque sabia quanto ganhava um engenheiro e um cientista alemão: se o Brasil tivesse comprado as oito centrais (acabou comprando três) iria dar empregos a 10 000 alemães durante pelo menos quatro anos.

Segundo exemplo grave: o Sivam. Por que o governo, em vez de consultar os especialistas altamente qualificados que nós temos, e fazer um projeto nacional, dá o projeto a uma companhia estrangeira? Não é exagero dizer que o Brasil está pagando para ser espionado. Porque as companhias estrangeiras ficam a par de tudo que está acontecendo aqui. É ridículo! O projeto poderia ser realizado no

Estação Espacial. Não se pode compreender essa participação, que custará no mínimo 120 milhões de dólares. É muito dinheiro. Para fazer uma comparação, a França gasta, por ano, somente 15% a 20% dessa quantia com equipamento para todas as experiências em Física Nuclear e Física de Partículas Elementares de todos os seus laboratórios, com participação nos maiores projetos nacionais e internacionais de cerca de 500 físicos e número pelo menos idêntico de engenheiros e técnicos.

Revista Adusp - **O senhor, ao contrário dos desesperançados, acredita no potencial da universidade brasileira?**

**Salmeron** - Acredito imensamente. A prova de que se deve acreditar é óbvia, é que, apesar de todas as dificuldades, veja quanta gente competente está sendo formada no país. O que acontece é que o número de pessoas competentes ainda não é

muito grande, ainda não é tanto quanto o país precisa. Mas a vitalidade universitária no Brasil é extraordinária, e eu não tenho nenhuma dúvida de que, com tanta gente inteligente e tanta gente competente, soluções importantes serão encontradas para os problemas. A falta de ânimo e de esperança a que me referi há pouco tem de ser vencida, e será vencida. Mas, para isso, não podemos nos limitar a nos queixar de coisas que

**SIVAM**

***“Por que o governo, em vez de consultar os especialistas altamente qualificados que nós temos, e fazer um projeto nacional, dá o projeto a uma companhia estrangeira? Não é exagero dizer que o Brasil está pagando para ser espionado. Porque as companhias estrangeiras ficam a par de tudo que está acontecendo aqui. É ridículo! O projeto poderia ser realizado no Brasil”***



não funcionam. A comunidade universitária tem de agir, de tomar iniciativas, de tomar em suas próprias mãos os destinos da universidade e tem de educar o governo a ver a universidade de outro modo, mostrar ao governo que a universidade é a consciência da sociedade na qual está inserida.

Revista Adusp - **Ultimamente, as pessoas têm sido levadas a pensar que é interessante que haja universidade paga, que as universidades públicas são muito caras, que existe uma grande ineficiência entre os pesquisadores das universidades públicas. Que o senhor tem a dizer sobre isso?**

**Salmeron** - A universidade pública gratuita tem de existir. Privatizar as universidades públicas seria um crime. A palavra adequada é crime. Os argumentos que são apresentados pelas pessoas que falam em pagamento dos estudos

em universidades públicas são inaceitáveis. Dizer que as universidades públicas são freqüentadas por jovens que vêm de famílias que podem dar aos filhos uma boa educação no curso secundário, jovens que vão à universidade de automóvel, e portanto podem pagar as mensalidades... Esses argumentos são falsos e devem ser combatidos. No Brasil, desde que o Brasil existe, a universidade é freqüentada por uma minoria de gen-

te que vem de famílias que têm posse para isso. Essa é que é a verdade. A quantidade de universitários que vêm de famílias humildes é muito pequena. É muito pequena no mundo inteiro. Não quero dizer que tem de continuar assim; ao contrário, essa situação tem de ser mudada, e os próprios universitários têm papel importante a desempenhar nessa mudança. Quero dizer que os argumentos

está sendo usado é enfatizado de modo mentiroso.

Por exemplo, se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica também não. Querer fazer ensino pago é um crime. Seria uma das coisas mais graves nas quais o governo falharia, numa de suas missões importantes para com a sociedade. Dão

exemplos de universidades pagas, os Estados Unidos são tomados como modelo. Mas também é mentira. A Universidade da Califórnia é pública, é o Estado da Califórnia quem arca com as despesas, tem 300 000 estudantes. As universidades dos Estados, nos Estados Unidos, são todas universidades públicas. E as universidades pagas, como Harvard, Yale, etc. têm duas características. Primeiro, os bons estudantes têm bolsa do governo para estudar, e

**DELÍRIO DE PRIVATIZAÇÕES I**  
*“Se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica também não. Querer fazer ensino pago é um crime. Dão exemplos de universidades pagas, os Estados Unidos são tomados como modelo. Mas também é mentira. A Universidade da Califórnia é pública, é o Estado da Califórnia quem arca com as despesas, tem 300.000 estudantes”*



que estão sendo utilizados para fazer o ensino pago são falhos, porque estão pondo em evidência uma situação que sempre existiu, e que existe nos outros países também. Além disso, não é verdade que essas famílias sejam tão bem postas economicamente. É mentira, porque a maioria delas, mesmo não pagando os estudos, têm dificuldade em ter um jovem ou uma jovem estudando até os 24, 25 anos. O próprio argumento que

quando o estudante não tem bolsa e a família não pode pagar, tem de levantar empréstimo que o deixa endividado durante anos. Segundo, o que nunca é dito, todo o trabalho de pesquisa é pago pelo governo. Essas universidades não têm possibilidade de fazer pesquisa com verbas próprias. Há uma falta de informações sobre isso. E a imprensa tem grande responsabilidade, porque há jornalistas que escrevem sobre isso sem se in-



formar exatamente sobre o que está acontecendo. Uma outra lenda que está-se fazendo no Brasil é de que há muitos professores por estudante. O que é mentira, porque também quando comparam com certas universidades do exterior não dizem que nos Estados Unidos o que se chama de universidade nem sempre é universidade como a nossa, com cursos de quatro, cinco, seis, sete anos. A maioria das chamadas universidades são colégios, com cursos de só dois anos. E de cultura geral, não profissionalizantes. Aí a gente pode conceber que um professor de literatura vá falar para 100 pessoas numa classe. Mas não quer dizer que ele vá formar escritores ou

literatos. Quando se consideram universidades como as nossas, com cursos de quatro anos ou mais, a gente vê que o número de estudantes por professor é o mesmo que no Brasil, nas universidades americanas. E na Europa, em certos lugares como na França, nas disciplinas científicas, o número de estudantes por professor é menor do que no Brasil. O aluno tem muita assistência, quase que individual. Então essas informações são divulgadas de modo errado e eu diria até tendencioso, porque a insistência com que elas são publicadas é alarmante.

Revista Adusp - **E isso atende a que interesses?**

**Salmeron** - Vejo essa campanha para fazer o ensino pago como parte desse delírio de privatizações que a gente vê. Além de o fato em si ser inaceitável, comparando com

porque o perigo é grande. Já houve em governos passados rumores de que as universidades públicas passariam a ser pagas, mas em períodos em que não se falava em privatizações. O perigo hoje é maior do que nunca, porque as privatizações estão sendo feitas sem nenhum escrúpulo e apresentadas como salutares e inevitáveis.

Revista Adusp - **Chega a ser perverso.**

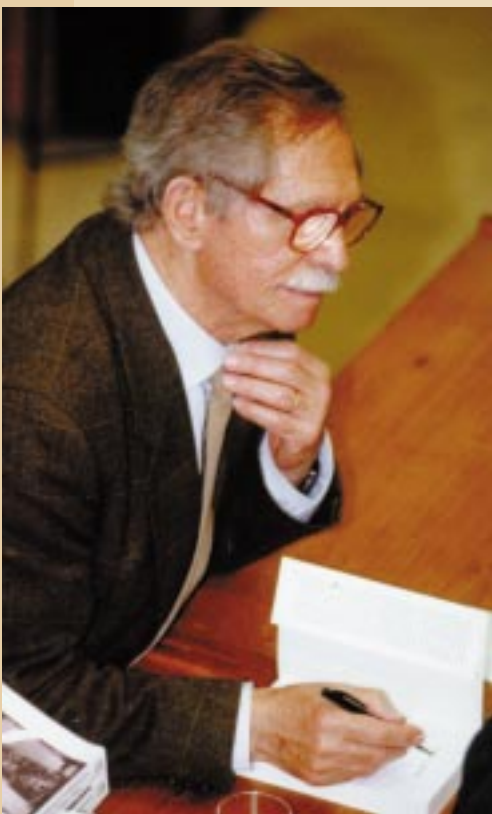
**Salmeron** - É perverso. Exatamente. É a expressão correta. É uma espécie de escárnio à população querer que os jovens paguem a universidade, quando há tanta roubalheira. Por que os bancos não pagam os impostos que têm de pagar? Por que as grandes companhias não pagam os impostos que têm de pagar? É nessa direção que o governo tem de procurar

dinheiro, e não com mensalidades de estudantes. Isso faz parte de um delírio de privatizações, feito sem reflexão, sem analisar as consequências. Veja por exemplo na Europa, não há universidade particular. Na França, na Itália, na Alemanha, não há universidade particular. São todas públicas. Pode haver uma ou outra escola de comércio, de informática ou coisa assim, mas não universidade. Se na França o governo fizesse uma declaração de que o ensino seria pago, haveria greves monstruosas pelo país inteiro, até que a idéia fosse completamente derrubada.

**DELÍRIO DE PRIVATIZAÇÕES II**  
***“O que o governo deu como ajuda a esses bancos que tinham atividades fraudulentas daria para pagar a verba de certas universidades durante anos. É um escárnio querer que os jovens paguem a universidade, quando há tanta roubalheira. Por que os bancos e grandes companhias não pagam os impostos que têm de pagar? É nessa direção que o governo tem de procurar dinheiro, e não com as mensalidades dos estudantes”***



# PESQUISADOR EMÉRITO



Patrick Blackett, Prêmio Nobel de Física, foi quem sugeriu à direção do CERN, de Genebra, a contratação de Roberto Salmeron. Blackett fora o orientador de Salmeron em seu doutorado (*Ph. D.*) na Universidade de Manchester. De 1955 a 1963, o engenheiro e físico brasileiro ocupou o posto de Físico Superior (*Physicien Supérieur*) na equipe de pesquisadores do CERN.

Teve, assim, “a oportunidade excepcional”, que muito influenciou suas atividades posteriores, “de acompanhar a evolução científica e a organização desse laboratório, que se tornou o maior do mundo em sua especialidade”, explica o próprio Salmeron.

Depois que foi obrigado a deixar a UnB, ele reassumiu, em 1966, seu posto no CERN. Em 1968, passou a trabalhar na Escola Politécnica de Paris e no Laboratório de Física Nuclear de Altas Energias, vinculado ao CNRS. Ali, foi sucessivamente Diretor de Pesquisa, Diretor de Pesquisa Classe Excepcional e Diretor de Pesquisa Emérito (*Directeur de Recherche Emérite*), seu cargo atual.

Ocupou postos de direção na Politécnica de Paris e no CNRS e foi assessor do Fundo Nacional Suíço para a Pesquisa Científica. Como presidente da Divisão de Física de Altas Energias e Partículas da Sociedade Européia de Física, criou um prêmio internacional para física de partículas elementares, intitulado *High Energy Physics Prize of the European Physical Society*. Na França, fundou, em 1969, a Escola de Verão de Física de Partículas de Gif-sur-Yvette, que se tornou a escola oficial do Departamento de Física Nuclear e de Partículas do CNRS.

A convite da Academia Real Sueca de Ciências, por quatro anos consecutivos (1985 a 1989) indicou candidatos ao Prêmio Nobel de Física.

Revista Adusp - **Quer dizer que o Anísio Teixeira, com sua frase que dizia “educação não é um privilégio, é um direito”, estaria terrivelmente incomodado se estivesse vivo hoje.**

**Salmeron** - Ah, o Anísio estaria sofrendo terrivelmente. Porque a batalha dele na vida inteira era a educação gratuita para todos. Como deve ser. Ele que foi um gigante da educação, como costume dizer, não aceitaria isso de modo algum. Mas veja, no Brasil já existem universidades particulares. Pelo que a gente lê nos jornais, aproximadamente 60% dos estudantes de escolas superiores estão em escolas ou universidades particulares. Agora, quando nós, num ambiente como o da USP, falamos em reforma universitária, em associação de pesquisa ao ensino, em associação de atividades criadoras ao ensino, nós falamos num nível no qual essas universidades particulares nem podem ser levadas em conta, a não ser um pequeno número de honrosas exceções. Não têm condição nenhuma de fazer uma elite intelectual para o país. Repito: a não ser algumas honrosas exceções. É evidente que as universidades públicas têm que se concentrar para formar pessoas altamente competentes, em todo o território nacional, quer seja no sul, no centro, no norte, nordeste, todas devem ter essa missão de formar gente competente. A universidade pública tem que existir, gratuita, formando gente de alto nível, e isso é responsabilidade do governo.

Revista Adusp - **O senhor conhece o projeto de autonomia universitária que o governo acaba de enviar ao Congresso?**

**Salmeron** - Há poucos momentos vocês me perguntaram o que achava da situação da universidade brasileira. Um ponto que me choca profundamente é a falta de diálogo. Falta diálogo dentro da universidade e da universidade com o exterior, inclusive com os ministé-



*Salmeron durante o lançamento do livro, em São Paulo*

rios públicos. Volto àquela parte, os universitários não sendo chamados para assessorar. Mas não são consultados nem sobre o futuro da própria universidade. Isso é muito grave. Como é que a comunidade universitária não pode exprimir a sua opinião num projeto de autonomia universitária? Porque não se trata somente de distribuição de verbas no nível burocrático, é muito mais profundo do que isso. De vez em quando chegamos a ler nos jornais que um dos argumentos para dar autonomia é dar autonomia financeira, para que os reitores possam despedir pessoas e controlar o orçamento etc. Isso é ridículo, tem-se a impressão de que as pessoas que lançam esses argumentos estão fazendo pilhérias com a comunidade acadêmica! Um dos pontos mais importantes da autonomia é dar às universidades o direito de serem diferentes umas das outras. Não há necessidade de que

as universidades sejam todas iguais. Se a universidade tiver o direito de ser diferente das outras, ela poderá utilizar melhor as condições locais, e ter mais inserção no meio local. A autonomia tem que ser muito mais ampla do que aquela que vem sendo divulgada. E nisso é alarmante o fato de a comunidade universitária não ter a chance de dar a sua própria opinião. Porque o problema é muito mais amplo do que simplesmente o contato entre diretores e reitores, entre reitores e ministros. Afeta todo mundo. Como é que a comunidade não pode se manifestar? Veja, se compararmos com a França, por exemplo: na França toda a estrutura é feita de modo tal que as idéias partem da base e sobem para a direção. As várias disciplinas têm comitês de gestão, que auxiliam a universidade na gestão da disciplina, especialmente na gestão científica. Esses comitês é que levam as idéias de baixo para

cima, o que não existe no Brasil. As três universidades do Estado de São Paulo já têm autonomia financeira e administrativa há muitos anos. Agora, o caso da autonomia é mais grave nas universidades federais, mais do que nas três do Estado de São Paulo. Mas aí então acho que a autonomia não está bem colocada, porque é preciso que haja o direito de ser diferente na sua estrutura. Por exemplo, não é evidente para mim que em todas as disciplinas em que se faz pesquisa na USP também se deva fazer pesquisa numa universidade do norte. Por outro lado, há muitas pesquisas que poderiam ser feitas no norte melhor do que na USP. Um exemplo típico: Geologia, Ciências da Terra. Por que não se pode ter, no norte do Brasil, institutos de pesquisas em Ciências da Terra que poderiam ser muito mais desenvolvidos do que aqui? Por que não? **RA**



# MARATONA DA SBPC

*Glaci Zancan fala da “viagem ao Brasil” que a entidade dos cientistas empreende, para colher dados e arregimentar forças na batalha por uma nova política nacional de educação e C&T*



Fotos: Daniel Garcia

A nova presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a bioquímica Glaci Zancan, professora da Universidade Federal de Curitiba, assumiu o cargo disposta a levar em frente aquele que talvez seja o mais ambicioso programa já realizado pela entidade: a Maratona SBPC-2000, um mapeamento dos problemas enfrentados pela comunidade universitária e acadêmica em todos os Estados do país. No dia 30 de agosto, na sede da SBPC em São Paulo, no histórico prédio da Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antonia, Glaci concedeu entrevista a **Fernanda Franklin** e **Pedro Estevam da Rocha Pomar**, da Revista Adusp.

**“A** idéia é dar à nação um panorama real da situação das universidades, da ciência e tecnologia no país”, explica Glaci, para quem só é possível superar a situação crítica enfrentada hoje pelo setor se a sociedade reconhecer a importância da C&T no desenvolvimento nacional. A Maratona surgiu de uma sugestão do reitor da UnB, Lauro Morhy, submetida à 51ª Reunião Anual da entidade, realizada em julho último em Porto Alegre. Seus achados e constatações serão examinados e discutidos na 52ª Reunião Anual, que terá lugar em Brasília.

Capitaneada pelos dois vice-presidentes da entidade, Marco Antonio Raupp e Vilma Figueiredo, a Maratona foi lançada em Brasília no dia seguinte à entrevista, e teve início em Recife, Campina Grande e Natal, nos primeiros dias de setembro. Até abril do ano 2000, está prevista a realização de onze “encontros de debates” nas diversas regiões do país.

A Maratona, assim, está articulada também à necessidade de conquistar a adesão da sociedade na disputa (Glaci usa a expressão “choque”) entre a comunidade científica e a “administração econômica do país”. A presidenta da SBPC evita atacar frontalmente a política econômica e social vigente no Brasil: “Se o modelo que está aí não é bom, se o modelo é ruim porque prejudica

socialmente, é isso que está se notando, nós temos que encontrar alternativas para o modelo. E isso vai exigir criatividade”. No seu entender, é precisamente este o papel que cabe à entidade: levantar opções para a economia nacional.

“Porque, se nós estamos num regime democrático, só vamos poder mudar via voto. A conscientização da população, o trabalho de melhoria do nível de consciência da cidadania. E a academia tem que fornecer intelectualmente as alternativas. A gente não pode pensar que vai resolver com messianismo”, sustenta Glaci. A seguir, os principais tópicos de sua entrevista.

#### PRIORIDADE PARA C&T

Nós não mudamos de posição. Nós achamos que educação, ciência e tecnologia devem ser prioritárias. No entanto, não é assim que os condutores da política econômica pensam. Essa é uma discussão permanente. A forma de sobrepor esse choque entre o que a gente considera que é prioritário, e o que a administração econômica do país considera prioritário, é fazer com que a sociedade reconheça a importância da educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. Então, o enfoque nosso vai ser nesse sentido agora: tentar convencer a sociedade de que essa área é importante.

#### MOTIVAR A SOCIEDADE

Os governos são eleitos, os governos devem passar. Portanto, o convencimento da sociedade inde-

pende do governo. Se a curto prazo nós não conseguirmos mudar a posição política do país, temos que conseguir mudar via eleição. E para isso é preciso que o povo saiba exatamente aquilo que ele quer. Então, não vejo nenhuma contradição no trabalho de tentar motivar toda a comunidade para a importância da educação, ciência e tecnologia para o futuro do país. Acho que talvez a gente tenha problemas imediatos, mas certamente poderemos pensar em resolvê-los em médio prazo.

#### ESTÁGIO DOCENTE

Se for pedagógica, ou seja, se for para a formação do aluno, é uma boa iniciativa. Se for para substituir docentes que têm que exercer suas atividades, é uma péssima idéia. Do ponto de vista de você formá-los para que eles sejam capazes de exercer melhor o magistério posteriormente, já que a grande maioria dos egressos da pós-graduação vai para o ensino superior, eu acho bom. Agora, não é possível pensar que se vai fazer um treinamento de um aluno para que ele seja bom profissional substituindo aqueles que devem fazer o serviço das universidades.

Ninguém vai obrigá-los a fazer 40 horas de aula. Por exemplo, o que nós temos feito, e já vínhamos fazendo antes, é fazer com que os alunos participem numa carga horária de uma disciplina convencional, portanto, um crédito, dois créditos, quer dizer, não é mais do que isso e nem acho que a Capes está pedindo mais do que isso.

**“Se a curto prazo não conseguirmos mudar a posição política do país, temos que mudar via eleição. E para isso é preciso que o povo saiba exatamente aquilo que ele quer”**

AUTONOMIA

Mandamos carta ao Ministro da Educação dizendo que consideramos que o anteprojeto na sua redação não é bom, e que portanto ele fica totalmente prejudicado. Se a forma jurídica não é boa, não tem nem como pensar em aplicá-lo, não é mesmo? Ele é muito detalhista. Temos defendido, em conjunto com a Academia Brasileira de Ciência, que às universidades deve ser dada autonomia, mas autonomia responsável, ou seja, as universidades vão ter que prestar contas, porque o dinheiro é público, dos recursos que a elas são alocados. Já chegamos até a propor que se tivesse um conselho para analisar os pedidos de projetos estratégicos das universidades.

Quer dizer, as universidades apresentariam o que pretendem, seria discutido e seria dada a autonomia. Não seria uma autonomia por decreto, mas uma autonomia analisada caso a caso, para ver o que a universidade pretende, como ela vai crescer. Não é uma autonomia absoluta, por decreto, mas sim uma autonomia racional e administrada.

PÚBLICAS x PRIVADAS

Por enquanto eu acho que a geração de conhecimentos no país é feita nas universidades públicas. Com exceção das confessionais, que são financiadas pelo Estado, como é o caso da PUC do Rio de Janeiro, como é o caso da PUC de São Paulo, as demais ainda têm que “crescer e aparecer”, elas ainda não existem, elas são escolas de terceiro grau.



*Na montagem, Glaci aponta para outdoor sobre o ensino privado: “A geração de conhecimentos no país é feita nas universidades públicas, as demais são escolas de terceiro grau”*

Portanto, a gente vai ter que pagar para ver, não é mesmo? Agora, o grande problema da área de produção científica no país é que a Fapesp consegue fazer com que as universidades de São Paulo sejam geradoras de conhecimento, com o suporte que ela dá, e com isso garante 50% da produção científica brasileira. Mas no restante do país a situação é muito complicada, as universidades federais e o CNPq estão praticamente sem recursos, com exceção dos programas mais ou menos específicos, como é o caso do PADCT e do Pronex. Os laboratórios que têm esses recursos têm condições de sobreviver, os outros não.

Então é muito angustiante a situação do resto do país inteiro. E isso se reflete no que você vê, todo mundo triste, desesperado. Na insatisfação, na desesperança, não é? Que precisa de qualquer maneira ser combatida, porque não se faz o pesquisador em um ano. É fácil des-

truir, o difícil é reconstruir. A gente precisa preservar São Paulo se quiser preservar a ciência do país. Mas, por outro lado, precisa fazer o resto do país crescer, para que não seja só São Paulo a cultivadora de conhecimentos. E é para tentar levantar todos os problemas e potencialidades do país que nós estamos iniciando amanhã uma longa caminhada, na preparação da reunião anual do ano 2000, que vai ser em Brasília.

A MARATONA DA SBPC

Estamos chamando todos para discutir, porque há uma diferença muito grande das necessidades da população em ciência e tecnologia, dos níveis intelectuais e de desenvolvimento da pesquisa nos diferentes Estados da federação. A gente precisa conhecer isso, ver se pode alavancar sugestões de ações e de idéias que permitam um crescimento mais harmônico de toda a federação. Essa jornada só vai acabar em abril ou maio do ano

**“Quem sabe se o grande problema do país é a centralização da ciência e tecnologia, da pós-graduação, tudo, no Sudeste. Precisamos ver como resolver esse problema”**



**“No MIT, maior centro de tecnologia dos EUA, não chegam a 15% os recursos de empresas. O governo entra com a maior parte do financiamento”**

que vem. Os dois vice-presidentes da SBPC vão sair, junto com a Universidade de Brasília (UnB), porque a secretaria regional é Brasília e a UnB é a sede, e vão começar essa maratona.

A idéia é uma discussão, em todos os Estados, dos problemas da ciência e tecnologia. Na realidade estamos começando a trabalhar para dar à nação um panorama real da situação das universidades, da ciência e tecnologia no país. Esperamos conseguir os dados para a discussão dos problemas, principalmente para motivação das pessoas, para encontrar soluções. Quem sabe se o grande problema do país é a centralização da ciência e tecnologia, da pós-graduação, tudo, no Sudeste. Precisamos ver como resolver esse problema.

#### COTAS E ENSINO PAGO

Fixação de cotas para ingressar na universidade não resolve. O que é preciso é melhorar a qualidade do ensino público de primeiro e segundo grau, para dar a todos a mesma oportunidade. Com relação ao financiamento, vejo que em nenhum lugar do mundo o pagamento pelos alunos resolve o problema, porque a pesquisa científica é cada vez mais cara e ela é, e tem sido sempre, atribuição do Estado. No MIT, que é o maior centro de tecnologia dos EUA, não chegam a 15% do total os recursos que entram por contratos com empresas. Se você analisar o que entra de taxas, também é pouco. Por outro lado, o governo dos Estados Unidos entra com a maior parte no caso do financiamento da pesquisa e

dos projetos, mas tem muita doação, doação de ex-alunos, por exemplo. Gostaria de saber quantos ex-alunos estão dispostos a contribuir para que a USP possa crescer, já que São Paulo é uma potência econômica e tem grandes fortunas que surgiram de ex-alunos da USP. Por outro lado, há um mito de se dizer que só os ricos vão para a universidade pública. Isso não é verdade. Esses números não são reais, então é preciso cair na real dos números.

#### A CRISE BRASILEIRA

Não consultei toda a minha diretoria, nem todo o meu conselho, portanto não tenho como emitir opinião sobre economia. Não sou economista, acho que é muito difícil fazer uma oposição formal desse tipo, essas coisas têm que ser



## OBRA COLETIVA

“Esta grande maratona, certamente, mobilizará a inteligência e as melhores energias de milhares de brasileiros. Seus frutos generosos nos darão precioso acervo de visões, preocupações e recomendações práticas, todas voltadas para a conquista de uma sociedade mais consciente, mais determinada e mais justa, num momento crucial de nossa história.

Com este rico material — uma mostra da diversidade, do senso crítico e da capacidade criativa da nação brasileira — poderemos editar e oferecer ao país um volume com reflexões e contribuições consistentes sobre a tarefa essencial de superar as mais perversas injustiças e desigualdades nacionais e preparar nossa sociedade para os desafios da cultura e do conhecimento no novo milênio. A SBPC-2000 parte, claramente, da necessidade inadiável da retomada do desenvolvimento nacional com base no fomento e no avanço do fazer científico e tecnológico no país inteiro. Todos os brasileiros estudiosos e interessados em apresentar idéias e soluções estão convidados para a nossa maratona. Esta deve ser e será uma obra coletiva.” (SBPC, *via Internet*)

***“Temos defendido que se deve dar às universidades autonomia responsável, ou seja, as universidades vão ter que prestar contas, porque o dinheiro é público”***

debatidas, têm que ser discutidas, e a gente não pode sair falando de coisas que não tem como equacionar. Não temos nenhuma bola de cristal para saber os rumos da economia mundial. Na SBPC o que temos feito é discutir, cada assunto é discutido com o seu conselho. Como todo o universo humano é muito dispar, existem opiniões de todos os tipos, não é uniforme, não há coesão absoluta em todas as idéias, há uma discordância que é própria do meio acadêmico também, então penso que vivemos um momento muito, muito, muito difícil. A gente tem que buscar é que as cabeças pensantes do país pensem alternativas. Se o modelo que está aí não é bom, se o modelo é ruim porque prejudica socialmente, é isso que está se notando, nós temos que encontrar alterações para o modelo econômico. E isso vai exigir criatividade. Tentamos já fazer isso na Reunião Anual, convidando, fazendo mesas redondas e simpósios para debater alternativas de modelo econômico, alternativas de política de ciência e tecnologia. A política econômica norteia o resto. Deveria ser o social norteando a economia, mas não é assim, é o setor produtivo, a economia que norteia.

#### SUBSÍDIOS PARA A FORD

Eu diria que isso tudo é muito confuso, muito complicado. Sai do Rio Grande do Sul, vai para a Bahia, fecha São Paulo, quer dizer, uns negócios malucos. É um jogo

de forças muito grande, que eu não tenho, não sou capaz de meter a minha mão. Não, não, acho que isso é um jogo de forças, é um jogo de queda de braços, que nós, enquanto comunidade científica, não temos instrumentos para opinar, a não ser que houvesse dados para analisar e julgar. Quantos operários vão ser demitidos aqui, quer dizer, é preciso defender o emprego aqui, e isso acho que o governo de São Paulo vem fazendo bem.

O país vive muito do dia a dia. Nós precisamos mudar isso, temos que ter políticas estratégicas de longo prazo, se quisermos ser competitivos internacionalmente, está certo? Esse imediatismo é que mata. Em ciência e tecnologia não se faz nada correndo. O projeto educacional americano é para o ano 2061.

#### EDUCAR A POPULAÇÃO

Essa é uma tarefa que nós temos que nos impor, educar a população. Isso compete à universidade, é ela que forma toda a rede educacional. A gente sempre procura achar que são os outros que têm que fazer, mas somos nós que temos que fazer, assumir nossa responsabilidade social com a população brasileira, enquanto elite intelectual. Imagine que somos uma minoria, dentro de uma população pobre, extremamente injustiçada, pisada. Então temos que fazer nossa autocrítica, nós somos responsáveis. Voltar para a sociedade, para dar o retorno que ela espera.

Enquanto não formos capazes de mobilizar a população toda, para considerar a educação, a ciência e a tecnologia prioritárias, nós não vamos conseguir mudar o panorama do orçamento. Por exemplo, o trabalho magnífico que está sendo feito em Ribeirão Preto, foi publicado no MIT, com a vacina e a terapia de DNA contra a tuberculose, é uma amostra de como, quando bem aplicado o recurso, com criatividade, pode-se ter um retorno imenso. É importante que se diga que o Brasil tem muitas contribuições importantes, e que a gente não sabe.

Então outra tarefa da comunidade é divulgar aquilo que faz, para que a sociedade saiba o que está sendo feito, aonde está indo o recurso. O ataque à universidade deve-se ao desconhecimento, também, e isso compete à universidade combater. A Fapesp já tem um boletim, está divulgando, acho importantíssimo. A USP tem um trabalho de extensão fantástico, a Adusp podia mostrar isso.

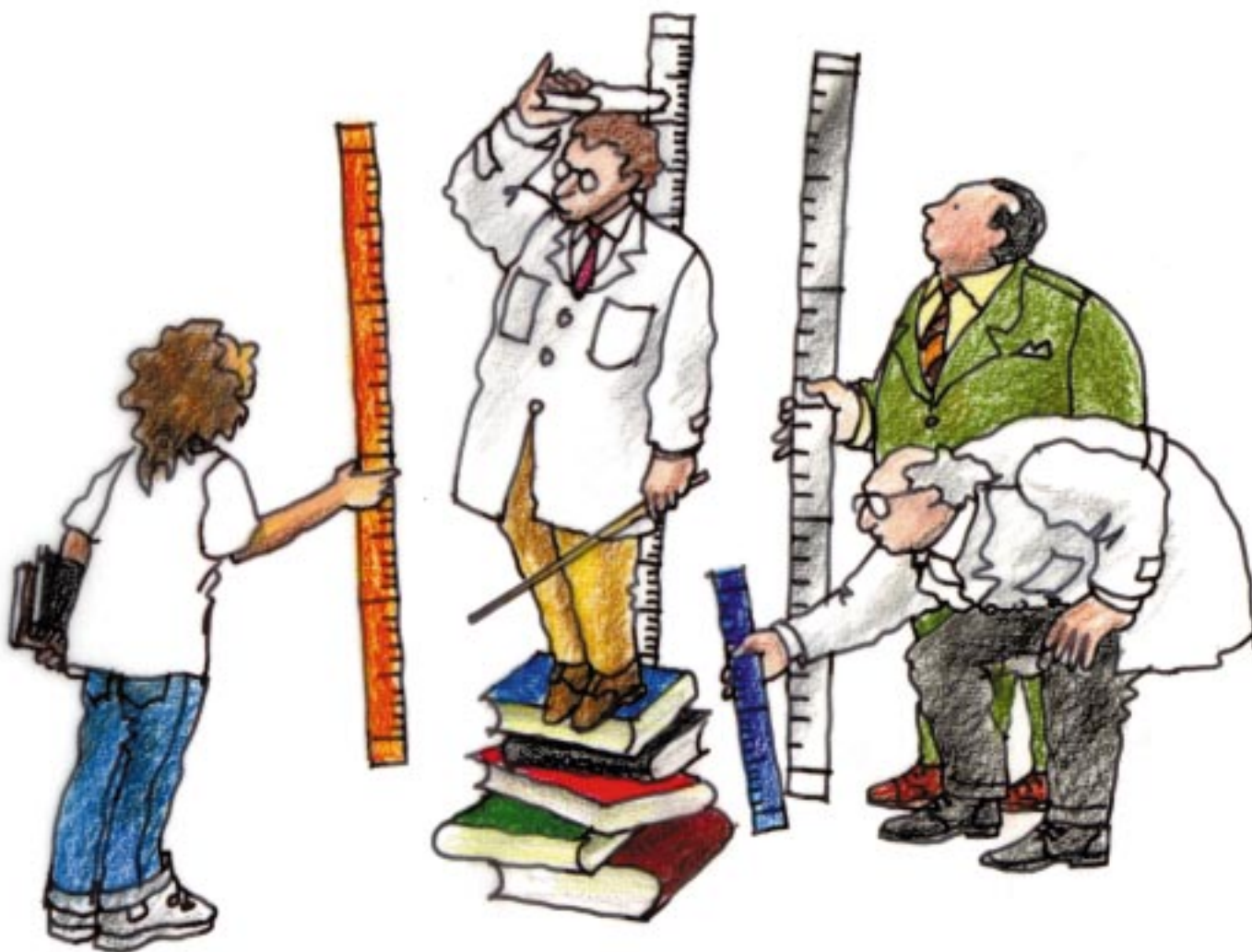
Essa história de país grande com recursos infinitos não existe. Nós somos pobres, temos que racionalizar, analisar o custo-benefício de todas essas coisas. Os recursos não são suficientes, são poucos. Temos que ter o máximo de eficiência. Nós estamos com tudo em 10% do que deveria ser. Esta é que é a triste realidade. Teria que multiplicar tudo por dez. Só não sei como. **RA**

# A AVALIAÇÃO DE CURSO

## UMA DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO NA UNIVERSIDADE

Romualdo Portela de Oliveira e Sandra M. Zákia L. Sousa

Professores do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FEUSP







que nos levou a encaminhar este artigo para publicação na Revista Adusp é que, segundo entendemos, ele procura problematizar a temática da Avaliação na Universidade, hoje em evidência tanto interna quanto externamente à USP. Originalmente foi redigido para estimular um debate na Faculdade de Educação, quanto ao Curso de Pedagogia, tendo em vista o particular momento institucional vivido por esta instituição, com a implantação do novo Currículo do Curso, com a elaboração do Projeto Acadêmico da FEUSP e, no âmbito da Universidade, com as iniciativas desencadeadas com vista à avaliação e ao aperfeiçoamento do ensino.

Esboçamos algumas indagações que têm estado presentes no debate acerca da avaliação *da e na* universidade, delineando a partir delas uma possibilidade para desencadarmos, professores e alunos, um processo de avaliação de curso. Para tal, levamos em consideração a experiência advinda da participação na Comissão Coordenadora do Curso de Pedagogia quando de sua implantação, em 1991, e as informações que temos coletado como produto da pesquisa de acompanhamento da trajetória escolar e profissional dos alunos do Curso de Pedagogia, desenvolvida desde 1993.



**Algumas preliminares.** Generalizou-se, nos últimos anos, a consciência da necessidade de avaliação das instituições de ensino, em todos os níveis. Diversas motivações justificam-na, desde a melhor utilização de recursos financeiros, até a oportunidade para subsidiar a tomada de decisões relativas às dimensões administrativa e pedagógica. Vislumbra-se, ainda, a avaliação como um mecanismo de indução de melhorias, através da divulgação de seus resultados aos usuários (pais, alunos e comunidade em geral), que ou pressiona-

riam as escolas a aperfeiçoarem-se ou buscariam escolas com melhor desempenho. (Cf. Castro, C. M. [1994], *Educação Brasileira: Consertos e remendos*. Rio de Janeiro, Rocco; Melo, G. N. [1993], *Cidadania e Competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo, Cortez).

Se a consciência da importância da avaliação dos sistemas escolares e, particularmente, das escolas generalizou-se, longe estamos de algum acordo acerca de “para que avaliar” e “como avaliar”. Evidentemente, há uma articulação

entre os motivos que levam à avaliação e a forma como ela é realizada. A adoção de determinados processos avaliativos sinaliza para onde se quer direcionar a instituição, tendo, portanto, intrinsecamente, a capacidade de induzir modificações institucionais. Mesmo que não se estivesse tratando de “prêmios” e/ou “punições” para os bem ou mal avaliados, o simples fato de se realizar uma avaliação significa que se definiu uma situação desejável.

Ao se realizar determinado processo avaliativo, espera-se, ex-

plicitamente, verificar quão distante se está da situação desejável e, a partir daí, definir elementos para modificar a situação em direção ao padrão esperado, se necessário. Além disso, a avaliação pode, também, possibilitar a emergência de propostas de redirecionamento ou transformação do próprio projeto institucional. Não é possível pensar-se a avaliação dissociada da idéia de modificação institucional. Para isso, talvez, a mais importante questão seja como criar uma situação tal na qual todos os membros da instituição se engajem no processo de transformação.

Transita-se, assim, entre dois “modelos”. De um lado, a avaliação interna, que teria maior capacidade de criar envolvimento, mas com o risco de reforçar “corporativismos” de diversas ordens, podendo transformar-se em um ritual formal que não tem capacidade alguma de induzir modificações; de outro, a avaliação externa que, supostamente neutra, teria condições de apontar problemas que a avaliação interna nem sempre tem a necessária isenção para fazer e, portanto, seria capaz de induzir à alteração da situação constatada.

Se, por um lado, vem-se construindo um consenso de que as avaliações interna e externa cumprem papéis complementares, o que tem resultado em projetos de avaliação institucional que contemplam estas duas vertentes, por outro lado não se tem um correspondente consenso quanto aos critérios a serem utilizados para avaliação e sobre o uso de seus resultados.

***“O método que toma como indicador da pesquisa apenas o número de publicações é caso típico de resposta simplista a um problema complexo. O comportamento esperado, ‘pesquisar’ ou ‘pesquisar mais’, é substituído pela máxima americana do *publish or perish*, que acaba induzindo a que se publique, independentemente da qualidade desta publicação”***

Os critérios ou padrões podem, dentre outras distorções, gerar simplificações de problemas complexos, através da utilização de indicadores com potencial de provocar mudanças, mas não necessariamente induzir à situação desejada. Um exemplo disso é o método difundido nos últimos anos que toma como indicador da pesquisa apenas o número de publicações. Este é um caso típico de uma resposta simplista a um problema complexo, fazendo com que o comportamento “induzido” não seja exatamente o que se deseja.

Dessa forma, o comportamento esperado, “pesquisar” ou “pesquisar mais”, é substituído pela máxima americana do *publish or perish*, que acaba induzindo a que se publique, independentemente da qualidade desta publicação e de seu potencial para provocar avanços no conhecimento acerca do objeto tratado.

O exemplo acima citado é ilustrativo, pois há um reconhecimento de que publicação é um indicador da produção de conhecimento na universidade; entretanto, não se po-



de reduzir a avaliação da produção de conhecimento à contagem do número de publicações. Mesmo a alternativa de número de citações do trabalho em publicações da área, que procuraria verificar o impacto do conhecimento produzido, pode acarretar outros tipos de distorções. São conhecidos exemplos do número de citações que produções polêmicas de pesquisa geraram.

Vale lembrar, para ilustrar esta afirmação, a Curva de Bell (Hernstein, R. & Murray, C. [1994], *The bell curve: intelligence and class structure in American Life*.

New York, Free Press) que “mostrava” a superioridade intelectual dos brancos sobre os negros, gerando inúmeras citações, em sua maioria, deplorando sua a-cientificidade. Da mesma

forma, poderia haver a indução a “troca de citações”, algo não totalmente estranho nos meios acadêmicos que adotam este tipo de procedimento avaliativo. Estas são possibilidades extremas às quais recorreremos para ilustrar a fragilidade dos critérios usualmente utilizados para avaliação da pesquisa na universidade.

De qualquer forma, subsiste a questão: que outros indicadores incorporar a estes para se conseguir uma avaliação adequada a respeito da qualidade e relevância do conhe-

cimento produzido e seu impacto social e científico? Frequentemente, não se contempla, por exemplo, o conhecimento produzido na prática profissional e social dos docentes. No caso dos educadores, vale lembrar aqueles que assumem postos na gestão dos sistemas de ensino, os quais exigem respostas e propostas concretas no exercício dessas funções, representando, no nosso

nosso ver, levado à difusão e assimilação de uma nova lógica de funcionamento da universidade e de organização do trabalho em seu interior. Um exemplo simples refere-se à pouca relevância que se atribui às atividades didáticas nesses processos avaliativos, induzindo, se não explicitamente, mas de fato, ao reconhecimento institucional da desimportância dessa atividade.

A tentativa mais recente de incorporar este aspecto à avaliação, na USP, os questionários de avaliação do desempenho didático, preenchidos pelos alunos, novamente simplifica a complexa questão da avaliação do desempenho didático, reduzindo-o à avaliação dos docentes por parte dos alunos. Este processo pode estimular o estabelecimento de um “pacto” entre professores e alunos, via de regra, tendo como “moeda” a nota. Seria interessante correlacionar-se o resultado médio da

avaliação por Unidade e os índices médios de reprovação por Unidade ou professor, para se perceber possíveis comportamentos que estejam sendo induzidos por este processo avaliativo.

Outro aspecto que se pode mencionar é que são implementados diferentes processos avaliativos, nem sempre complementares e integrados, tal como vem ocorrendo na USP. A avaliação de Departamento acaba enfocando o desempenho departamental como um todo, induzindo respostas inte-

***“Os processos avaliativos, no âmbito da Universidade, têm levado à difusão e assimilação de uma nova lógica de funcionamento e de organização do trabalho. Um exemplo simples refere-se à pouca relevância que se atribui às atividades didáticas, induzindo, de fato, ao reconhecimento institucional da desimportância dessa atividade”***

entender, um conhecimento produzido, porém não considerado pelos mecanismos usuais de avaliação.

No que diz respeito ao uso dos resultados dos processos avaliativos, no âmbito da Universidade, registra-se que estes têm, quando muito, condicionado processos de reconstrução de docentes, mas têm tido pouco efeito no sentido de uma mudança mais ampla e substantiva da Instituição. Isto não quer dizer que não produzam efeitos mais gerais, mas talvez não no sentido desejado. Tais processos têm, a



gradadas e coletivas. Entretanto, a avaliação docente ainda é marcadamente individualizada.

O que acaba por prevalecer é a lógica de ação individual, favorecendo uma fragilização dos vínculos institucionais, que se expressa na desvalorização da participação nas instâncias decisórias e de gestão da instituição, como por exemplo as comissões estatutárias e o conjunto de atividades relacionadas com o ensino, tornando a participação uma atividade “especializada” daqueles que porventura já não tenham que prestar contas de sua produção.

Esta tendência acaba inviabilizando, na prática, as tentativas de construção e/ou fortalecimento de mecanismos coletivos e democráticos de gestão. Além disso, indica um tratamento não articulado entre os fins institucionais (ensino e pesquisa) e os meios (atividades administrativas), dicotomizando as instâncias administrativas das de ensino e pesquisa, autonomizando a gestão em relação aos fins da Universidade.

Além de questionamentos e desafios que emergem da discussão da avaliação propriamente dita, há que se reconhecer que esta tem sido sistematicamente associada, por parcelas da comunidade acadêmica, a um mecanismo de operacionalização de uma lógica de redução dos investimentos no setor educacional, decorrente quer da

percepção de desperdício de recursos públicos aí investidos, quer da priorização de investimento em outros níveis de ensino, em oposição ao ensino superior.

Nessa ótica, a temática da avaliação tem sido equivocadamente relacionada à perspectiva neoliberal, fazendo com que a negação a esta, automaticamente, signifique

***“Há que se reconhecer que a avaliação tem sido sistematicamente associada, por parcelas da comunidade acadêmica, a um mecanismo de operacionalização da lógica de redução dos investimentos no setor educacional. Nessa ótica, a temática da avaliação tem sido equivocadamente relacionada à perspectiva neoliberal”***

uma negação àquela. Entendemos que o desafio seja a construção de modelos de avaliação universitária que possibilitem o aumento da eficiência no uso de recursos na instituição e a ampliação de seu papel social, e não sua redução como querem os neoliberais. Isto significa desenvolver metodologias de avaliação que incorporem ao debate o papel social da Universidade, tanto no que diz respeito ao público que a ela tem acesso, quanto ao destino profissional de seus egressos.

**Avaliação de Curso: elementos para discussão.** As considerações

que seguem têm como propósito estimular o debate acerca de uma sistemática de avaliação de curso, capaz de induzir a um processo de aperfeiçoamento institucional, incorporando as preocupações acima esboçadas. Estas devem ser entendidas como provocação para um debate coletivo, envolvendo professores e alunos, capaz de gerar uma proposta de avaliação do ensino que seja incorporada ao funcionamento cotidiano dos cursos. Outras dimensões da avaliação institucional da universidade, como a avaliação da produção de conhecimento e de sua estrutura administrativa, não serão abordadas aqui.

Nesta direção, registram-se diversas iniciativas que vêm sendo conduzidas por universidades brasileiras, particularmente após a instituição do “Programa de

Avaliação Institucional da Universidade Brasileira” (PAIUB). Entretanto, tais estudos, em geral, não têm articulado, nas análises produzidas, informações sobre o perfil do ingressante, sua trajetória no curso e seu destino profissional. Isto requer um estudo de longo prazo que analise desde o momento em que o estudante busca a universidade, suas motivações, interesses e perfil, até a inserção e trajetória no mercado de trabalho, passando pelas interações, do indivíduo e do grupo, com o curso, abrangendo, inclusive, aqueles que não o concluem.

***“O delineamento das vertentes a serem apreciadas e a análise dos resultados seriam atividades coletivas. Precisariam ser previstos mecanismos capazes de mobilizar professores e alunos, em direção à ruptura com o trabalho individualizado, articulando os que trabalham em áreas afins e os que trabalham com um mesmo grupo de alunos em um dado semestre”***

O ponto de partida para atingir tal objetivo é o entendimento de que a qualidade do trabalho institucional não se resume à somatória de competências individuais, mas sim das relações estabelecidas entre os diferentes participantes do processo.

No que diz respeito à avaliação do ensino, os focos considerados pelo PAIUB e que tomamos como referência são:

- condições técnicas e administrativo-pedagógicas para o desenvolvimento das atividades curriculares;
- processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares;
- resultados alcançados pelos alunos no decorrer do curso e inserção profissional após o curso

Propomos que a avaliação desses focos seja de responsabilidade do corpo docente e discente, realizada através da organização de reuniões periódicas onde seriam produzidas as análises relativas às dimensões foco de avaliação, bem como as propostas de encaminhamento futuro.

Alguns estudos deveriam ser produzidos para subsidiar as discussões, como, por exemplo o fluxo e trajetória dos alunos no curso, evasão do curso, a apreciação dos alunos e docentes sobre as atividades desenvolvidas ou o acompanhamento dos egressos. A pesquisa sobre a Trajetória Escolar dos Alunos do Curso de Pedagogia, por nós desenvolvida, tem produzido informações que podem ser utilizadas para estas análises. (Cf. Oliveira, R. P. & Sousa, S. Z. L. Curso de Pedagogia FEUSP - *Perfil dos Ingressantes, Trajetória Acadêmica e Destino Profissional dos Formandos. Avaliação*, 3[3]:61-71, set. 1998).

O delineamento das vertentes a serem apreciadas e a análise dos resultados seriam atividades coletivas, assumidas por todos. Para tanto, precisariam ser previstos mecanismos institucionais capazes de mobilizar professores e alunos, em direção à ruptura com o trabalho individualizado, visando à elaboração do planejamento do ensino e à avaliação de sua execução pelo grupo de professores, articulando os que trabalham em áreas afins e

os que trabalham com um mesmo grupo de alunos em um dado semestre, com participação de representantes dos alunos.

Esta proposta indica uma possibilidade de transformação da cultura institucional, apontando, por um lado, para uma aproximação de professores que trabalham em área temática comum e, por outro, para uma proposta interdisciplinar entre áreas.

Nesta direção, a avaliação do desempenho docente se dá tendo como referência uma proposta curricular, que para se concretizar demanda a participação de todos. O desafio acima esboçado, em essência, é romper com procedimentos individualizados e ritualizados de avaliação, que não têm tido capacidade de comprometer os sujeitos envolvidos com a melhoria dos Cursos. RA



# NEODARWINISMO SOCIAL E MÚLTIPLAS TENSÕES NO CAPITALISMO EM CRISE

Armen Mamigonian

Professor do Departamento de Geografia da FFLCH-USP







final do século XX vive um refluxo das lutas sociais, caracterizando-se, do ponto de vista intelectual, por uma enorme ideologização de extrema-direita, patrocinada pelo grande capital mundial, sobretudo norte-americano, momentaneamente vitorioso. Numa certa medida é uma repetição piorada de outras conjunturas econômicas depressivas típicas do capitalismo, como ocorreu nas últimas décadas do século XIX e nas décadas imediatamente seguintes à Primeira Guerra Mundial. Quando se instala uma fase de crise econômica prolongada, as tensões sociais, políticas, étnicas, nacionais, ideológicas, etc. se agravam, revelando o enorme potencial destrutivo e irracional do capitalismo e assim a sociedade burguesa torna-se conjunturalmente mais neurótica (E. Morin: *Cultura de massas no século XX*).

É útil relembra que em 1873 iniciou-se uma grave crise na economia européia, sobretudo inglesa, que intuitivamente foi percebida por F. Engels, no final do século XIX, como uma grande depressão (durou até 1896) e que os levantamentos estatísticos feitos na URSS por N. Kondratieff nos anos vinte do século atual vieram confirmar. A crise resultou de uma queda da

lucratividade do capital (que se repete periodicamente), em decorrência do esgotamento da máquina a vapor como invenção revolucionária na indústria e logo depois nos transportes.

Assim, o período 1876-1896 caracterizou-se por uma corrida técnico-científica acelerada em direção a novas invenções que ajudassem a alavancar a lucratividade (corrida que se deu sobretudo nos

***Uma das idéias mais difundidas entre as classes dominantes na Europa e nos Estados Unidos nas três últimas décadas do século XIX foi o chamado darwinismo social, que misturava A. Smith, Lamarck e Darwin e cujo ideólogo principal, Spencer, é o autor da expressão “sobrevivência do mais forte”***

Estados Unidos e na Alemanha), enquanto paralelamente ocorria uma outra corrida em direção às conquistas coloniais e na aplicação de capitais ociosos fora da Europa, na construção de estradas-de-ferro, portos etc. na América do Norte, América Latina, Ásia e África, sob liderança da Inglaterra e da França sobretudo, dando origem ao que foi sendo chamado de imperialismo (Hobson, Lênin e outros). Em resumo, com a contração do mercado capitalista, em decorrência da crise, os capitais se tornaram agressivos, quer na pro-

cura de novas invenções, quer na conquista militar das colônias e áreas de influência.

Por outro lado, a contração do mercado capitalista dentro de cada nação acirrou o conflito entre empresas, provocando o desaparecimento das empresas mais fracas, assim como acirrou os conflitos entre capitalistas e trabalhadores, levando em alguns casos à implantação da legislação trabalhista de cima para baixo (Alemanha), com a finalidade de garantir a paz social no *front* interno, para poder enfrentar mais agressivamente o *front* externo, com palavras de ordem de nacionalismo agressivo. Não é preciso dizer que a crise atingiu não só as empresas menores, engolidas pelas maiores, os assalariados, mas também as classes médias em processo de empobrecimento.

Assim sendo, não é surpreendente, nas circunstâncias acima apontadas, a expansão das idéias críticas ao sistema capitalista (marxismo, anarquismo), como também das idéias que “explicassem” a crise como fenômeno natural e que enaltescessem os vitoriosos (grandes capitalistas) e denegrissem aqueles que eram agredidos ou derrotados pela dura realidade (pobres, negros, povos colonizados etc.).

É sintomático que uma das idéias mais difundidas entre as classes dominantes na Europa e nos Estados Unidos nas três últimas décadas do século XIX tenha

sido o chamado darwinismo social, que misturava A. Smith, Lamarck e Darwin e cujo ideólogo principal, H. Spencer, foi o responsável pela expressão “sobrevivência do mais forte”. Sua viagem aos Estados Unidos em 1882 foi um grande sucesso, pois ajudou seus seguidores a aprofundar suas idéias: “os milionários são produtos da seleção natural”, como disse um famoso professor de Yale, assim como “Deus quis que os grandes fossem grandes e os pequenos fossem pequenos”, como pregava um conhecido pastor protestante, que além de confortar seus ricos paroquianos quanto à legitimidade de suas fortunas, também confortava suas esposas, de outra maneira naturalmente (J.K. Galbraith: *A era da incerteza*, cap. II).

Se os Vanderbilt, Rockefeller, Carnegie e outros eram incensados por essas fumaças ideológicas, por outro lado eles eram na visão popular os “barões-ladrões”, que conquistavam títulos nobiliárquicos com o dinheiro ganho em jogadas escusas, como os monopólios impostos freqüentemente de maneira criminosa (nos dias de hoje a Microsoft repete os métodos, em circunstâncias econômicas parecidas). Como destruíram seus concorrentes mais fracos sem dó e nem piedade, passaram a ser chamados pelos críticos populares de “dinossauros”,

confirmando a visão selvagem que o próprio darwinismo social difundia sobre a sociedade que estava se formando. Curiosamente os ideólogos burgueses de hoje usam a expressão criada um século atrás sem conhecerem suas origens, pois como disse G. Lukács “o cerne não histórico, anti-histórico, do pensamento burguês, surge em seu aspecto mais patente quando examinamos o problema do presente como problema histórico”.

***O racismo e o anti-semitismo do final do século XIX foram aperfeiçoados pelas idéias nazistas e fascistas e introduzidos na propaganda de massa, o cinema por exemplo. Desde os anos 70 recomeçaram as ladainhas reacionárias, o que nos leva a crer que o darwinismo social não é uma relíquia do passado***

É preciso relembrar que as ideologias reacionárias e suas práticas políticas no final do século XIX não ficaram nos limites civilizados, mas avançaram para “excessos”, como diriam os professores universitários, já que o biologismo acima apontado partiu para o racismo em A. Gobineau (*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*). A crise do capitalismo naquele período precisava encontrar bodes expiatórios nas perseguições

aos estrangeiros, na ridicularização aos árabes e negros, na pregação do chamado “perigo amarelo” e também no anti-semitismo, latente na Europa e que se transformou nesta época em perseguições sanguinárias. O caso individual mais conhecido foi o do capitão Dreyfus, na França, que além de tudo redundou em perseguições ao seu defensor, E. Zola (H. Troyat: *Zola*, cap. XXIII



e seguintes), como ocorre com muitos que combatem as injustiças atuais.

As novas crises capitalistas nas décadas seguintes à Primeira Guerra Mundial e nas últimas décadas deste século voltaram a agravar as tensões políticas, sociais, étnicas, etc. O racismo e o anti-semitismo do final do século XIX foram aperfeiçoados pelas idéias nazistas e fascistas e introduzidos na propaganda de massa, o cinema por exemplo. Desde os anos setenta começaram as ladainhas reacionárias, o que nos leva a crer que o darwinismo social não é uma relíquia do passado, como mostra o pronunciamento

***Neste final de século XX o capitalismo, sobretudo o norte-americano, partiu agressivamente para a defesa dos seus interesses, e seu Estado nacional desempenha neste processo um papel fundamental, desmentindo na prática suas pregações ideológicas***

(neoliberalismo), discursos políticos de puro *marketing*, incluindo bodes expiatórios (comparem-se os discursos dos dirigentes das democracias ocidentais de meados do século com os discursos atuais), programação de televisão de tipo hollywoodiana, como já propunha precocemente Goebbels para o cinema.

Neste final de século XX o capitalismo, sobretudo o norte-americano, partiu agressivamente para a defesa dos seus interesses, e seu Estado nacional desempenha neste processo um papel fundamental, desmentindo na prática suas pregações ideológicas.



dos” (J. K. Galbraith, op. cit.).

de N. Rockefeller, propondo cortes nos gastos sociais americanos, em 1975: “um dos problemas deste país é que temos uma tradição judaico-cristã de sempre querer ajudar os necessita-

Assim como o fascismo aperfeiçoou idéias racistas e anti-semitas do final do século XIX, nós assistimos após 1973-74 a um aperfeiçoamento das idéias e práticas fascistas, com disfarces democráticos e populistas, sob forma de pensamento único para a economia

Neste final de século XX o capitalismo, sobretudo o norte-americano, partiu agressivamente para a defesa dos seus interesses, e seu Estado nacional desempenha neste processo um papel fundamental, desmentindo na prática suas pregações ideológicas. Com a eclosão da crise (choque do petróleo), os Estados Unidos foram pegos de surpresa e demoraram a reagir, iniciando a inflexão de sua política econômica no governo Reagan (década de



80). Endividando-se no mercado interno e sobretudo externo, o governo realizou imenso programa keynesiano, sobretudo o recrudescimento da corrida armamentista, paralelamente ao estímulo à reestruturação industrial e, em seguida, à adoção de uma política agressiva de abertura dos mercados estrangeiros aos seus produtos.

Aliás, o que se passou a chamar de “globalização”, exceção da ciranda financeira que avançou geometricamente, consistiu basicamente na política de submeter México, Argentina, Brasil e recentemente a Europa Oriental à abertura escancarada dos seus mercados aos interesses imperialistas, principalmente americanos. Mais do que qualquer outra coisa a “globalização” é um projeto norte-americano de submeter o mundo aos seus interesses (ler os escritos de R. Boyer, P. Nogueira Batista Filho e A. Biondi).

Para os intelectuais que não estão alugados aos interesses norte-americanos é visível a olho nu que as idéias de enfraquecimento do papel do Estado nacional na conjuntura atual não passam de ilusão, quando se trata do Estado nas economias imperialistas, seja nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, etc. já que eles continuam atuando de maneira rigorosa no esforço de seus respectivos capitais nacionais. Por acaso a privatização na França não visa privilegiar os capitais

franceses? E os recursos obtidos não são reinjetados nas empresas francesas, TGV, Airbus e outras?

Enquanto isto, os Estados comunistas são desmontados para atender às necessidades de expansão dos países capitalistas avançados, principalmente a Alemanha, que apadrinhou junto com o Vaticano a “independência” da Croácia e da Eslovênia, pacificamente, mas militarmente a “independência” da Bósnia, onde se constatou

Cayman. É interessante notar que a “independência” de Kosovo não foi uma iniciativa européia, mas norte-americana, provavelmente porque o avanço geo-político da Alemanha na Europa Oriental está sendo considerado excessivo.

Estas considerações não são novidade para ninguém minimamente informado, menos ainda para os jornais, TV e intelectuais de várias ordens, mas que não falam destas coisas “perigosas”. São desconhecidas as dezenas de incêndios das igrejas de negros no sul dos Estados Unidos nos últimos anos?

Por isto podem parecer chocantes as opiniões do Lord Curzon, que foi vice-rei inglês da Índia na passagem do século XIX para o XX, autor de livros de observações sobre o Irã, a Rússia e a Ásia Central, e o Extremo-Oriente, e que assim se expressou sobre os interesses ingleses: “Turquestão, Afegastão, Transcaucásia, Pérsia, para muitos essas palavras exalam um sentido longínquo extremo, a lembrança de inesperadas vicissitudes e de um fascínio agonizante. Para mim, confesso, elas representam as peças de um tabuleiro de xadrez, em que se joga o jogo do domínio do mundo”. Chocantes para quem? Para alguns professores das Ciências Sociais e da FEA, para os quais o imperialismo já acabou faz tempo, desde que eles “amadureceram”. RA

***Para os intelectuais não alugados aos interesses norte-americanos é visível a olho nu que as idéias de enfraquecimento do papel do Estado nacional na conjuntura atual não passam de ilusão, quando se trata do Estado nas economias imperialistas, seja nos Estados Unidos, na Alemanha ou na França***

neste ano o desvio de até US\$ 1 bilhão em dinheiro público e de ajuda internacional, afinal o preço cobrado pela traição nacional, como os dólares de Yeltsin desviados para paraísos fiscais não tão distantes quanto as ilhas



nistão, Transcaucásia, Pérsia, para muitos essas palavras exalam um sentido longínquo extremo, a lembrança de inesperadas vicissitudes e de um fascínio agonizante. Para mim, confesso, elas representam as peças de um tabuleiro de xadrez, em que se joga o jogo do domínio do mundo”. Chocantes para quem? Para alguns professores das Ciências Sociais e da FEA, para os quais o imperialismo já acabou faz tempo, desde que eles “amadureceram”. RA

# ENTRE A PAZ E A GUERRA, NA CRISE DA DEMOCRACIA

*A Guerra da Iugoslávia, flagrante ilegalidade cometida pela OTAN e pelos governos dos EUA e Europa contra a autodeterminação dos povos, resultou de um contexto de progressiva desvalorização da Democracia e de ataque sem precedentes ao Direito. A esquerda no poder, por sua vez, abandonou o antifascismo militante, abrindo caminho a um intervencionismo típico da Guerra Fria e ao uso anormal dos poderes da OTAN. Quem defende tais opiniões é **Salvatore D'Albergo**, professor de Direito Constitucional da Universidade de Roma e colaborador da revista **La Contraddizione**. Tradução de Bernardo Ricupero e Lincoln Secco*





iante da comoção popular, e da clara tomada de posição contra a guerra, já não vista apenas como evento “anti-humanitário” mas como *escolha criminosa* das forças capitalistas que dominam o mundo, cabe a todos aqueles que não renunciaram aos princípios sobre os quais se constituiu a democracia depois da derrota do nazi-fascismo a responsabilidade de apontar a OTAN e os governos dos EUA e da Europa como os principais responsáveis pela ilegalidade cometida em nome da ONU.

Impõe-se como principal tarefa dessas forças a recuperação dos valores do *antifascismo militante*, cujo progressivo abandono, por uma esquerda preparada para “governar” em nome dos interesses do capital, e não do trabalho, revela-se um sinal emblemático para justificar desafortadamente um intervencionismo típico da guerra fria a serviço do imperialismo americano.

Só desta forma pode-se, de fato, entender o desembocar em 1999 de um “atlantismo” pan-europeu, que se desenvolveu mais clara e decisivamente durante os anos 80 (depois da morte de Tito) e nos anos 90 (após a queda do Muro de Berlim), conduzindo à dissolução da República Federal Iugoslava, para chegar finalmente à crise soviética de 1989, marco da substituição do primado ideológico do antifascismo pelo anticomunismo.

No primeiro caso, URSS, China e EUA tinham estabelecido, sobre as cinzas do nazi-fascismo, as

bases da Organização das Nações Unidas (ONU) em nome de uma paz entendida não apenas como renúncia à guerra, mas sobretudo como um valor indispensável para refundar as relações sociais em cada Estado e no mundo todo, contra a dominação de classe que foi e continua sendo a fonte principal de agressões, hoje escondida pelo signo mistificador das divisões étnicas e raciais.

A identificação acrítica da feroz política do líder sérvio Milosevic com o “hitlerismo”, realizada pela propaganda oficial levada a cabo na Itália pelo “Olivo” e o “Pólo”, ambos empenhados na defesa da guerra, é fruto de uma inversão dos dados e valores históricos (N.T.: *Ulivo, coalizão de partidos governistas liderada pelo PDS, ex-PCI; Polo, oposição de direita, liderada pela Forza Italia*). Na verdade, é o resultado de uma campanha alimentada pelo “revisionismo”, que recebe abrigo no mundo intelectual, tornado cego pela crítica aos partidos de massa por velhos princípios reacionários, e que é também um dos responsáveis por um fatal desvio da democracia, agora entendida simplesmente como produto progressivo da confluência entre grupos dirigentes.

Deslocados do movimento operário, apoiados numa visão de suposta “normalização” das relações sociais e políticas, os intelectuais não percebem que a guerra americana contra os sérvios deve-se não ao “fim das ideologias”, mas à substituição do antifascismo pelo anticomunismo como nova fronteira da intolerância. Nessa operação, os

sérvios são vistos como o símbolo residual da resistência ao imperialismo personificado no próprio e verdadeiro hitlerismo “clintoniano”.

Para avaliar de modo mais completo as circunstâncias nas quais lentamente se desenvolveu o protesto contra a guerra desencadeada nos Balcãs por Estados postigos sob a liderança do imperialismo americano, é preciso clarificar a estreita ligação das relações entre política internacional e política nacional que, desde 1914, manifestase cada vez mais como sinal da qualificação do contraste ideológico entre os capitalistas internacionais e nacionais.

Por outro lado, as demais forças dividem-se entre a escolha de um contra-ataque em nome da ideologia socialista, que pode acarretar o retorno do “bipolarismo” da dissuasão atômica, e a opção de tentar uma suposta “terceira via” social-democrata, a qual, principalmente nos aspectos internacionais da luta de classes, acaba por sobrepor-se — confundindo-se — com a estratégia imperialista, estando-se mesmo disposta a servir a seus interesses.

Não é possível penetrar no labirinto de interpretações jurídicas sobre as normas da ONU ou da OTAN para estabelecer quais as alternativas que se encontram latentes na escolha entre *paz e guerra*, se elas não forem contextualizadas na dinâmica mais ampla do desenvolvimento contraditório entre os processos, tanto nacionais como internacionais, de democratização, lançado pelo fim do nazi-fascismo, e de revisão restaurado-



ra, que, tanto nas questões de política externa como nas de política interna, se alimentam de leituras opostas acerca das alternativas entre democracia política e autoritarismo, conflito e paz social, e, finalmente, guerra e paz.

A crise profunda implícita na guerra entre a OTAN e a Sérvia em relação ao tipo de orientação indicada pela criação da ONU, e o progressivo esvaziamento das instituições estabelecidas para fazer dos princípios democráticos a base fundadora da libertação e emancipação dos povos no interior dos Estados e nas relações entre eles, só pode ser entendida corretamente se for analisado o desenvolvimento (num processo desigual e ultimamente mais veloz e incontrolável) da geral desvalorização da

democracia — num processo não mecânico mas desigualmente mais veloz e incontrolável — de uma geral *desvalorização* da importância dada à democracia.

O que ocorre no entrelaçamento cada vez menos reconhecível entre aspectos internacionais e nacionais das estratégias de governo conduzidas pelos grupos dirigentes da Europa ocidental, na qual anteriormente havia progressivamente se afirmado o direito “à paz” como condição para uma democracia tanto *substantiva* como *formal*, numa dialética entre as esferas “externa” e “interna” das relações civis, sociais, econômicas e políticas que

tentava dar conteúdo à democracia, como valor universal da *transformação da sociedade e das instituições*.

Não se pode esquecer que sentido teve a luta pela democracia quando entraram em vigor, quase na mesma época, o Estatuto da ONU e a Constituição italiana. Era necessária então uma luta “defensiva”, devido à tomada de iniciativa por Churchill (cujo conser-

***A crise profunda implícita na guerra entre a OTAN e a Sérvia em relação ao tipo de orientação indicada pela criação da ONU só pode ser entendida corretamente se for analisado o desenvolvimento (num processo desigual e ultimamente mais veloz e incontrolável) da geral desvalorização da democracia***



vadorismo é continuado e “enobrecido” pelo trabalhista Blair) de promoção da guerra ideológica Leste-Oeste, que caracterizou, de forma variada, todo o período que culminou com a queda do “Muro de Berlim”. Período cujo sentido político e cultural é preciso revisitar, se se quer entender o que aconteceu nos dez anos em que a guerra contra a Sérvia foi incubada, da Guerra do Golfo às guerras “étnicas” na Croácia, Eslovênia e Bósnia, lembradas agora com remorso.

Recuperemos as passagens fundamentais através das quais a afirmação do “direito da paz” foi vivida pelas forças democráticas mais conseqüentes, quando apareceu, de forma cada vez mais clara, o conjunto de questões relativas ao papel da democracia no *período atômico*. A instalação de mísseis e bases militares, os acordos internacionais “simplificados”, foram respondidos pela crítica às regras de política externa, o “caso OTAN” já aparecendo como justificativa para o questionamento da “soberania limitada” por parte do movimento pacifista europeu.

Esta era a época em que se retomava a discussão em termos de filosofia da história sobre o significado da guerra, discutindo-se então a problemática da guerra “justa ou injusta”. A demonização das armas atômicas, devido ao seu caráter mortífero, fazia com que a guerra não fosse mais vista como instrumento de potência, mas de morte universal. Revalorizou-se, assim, a cultura da “não violência”, e através dela o fundamento ético e jurídico da “desobediência de consciência” contra a violência coletiva e organizada.

Na época, àqueles que contrapunham história e catástrofe, faltava a resposta daqueles que (em nome da guerra “de defesa” e mesmo da existência de armas não nucleares) não questionavam a doutrina da justificação da guerra, mas apenas legitimavam o equilíbrio do terror como condição extrema da manutenção da paz.

E o *vulnus* ao direito de paz, que a passagem da fase da “sociedade das nações” para a da ONU desejava representar, a fim de derrotar definitivamente a cultura e a forma de poder típicos do fascismo, identificava-se então claramente na justaposição (transformada agora em contraposição) da OTAN com a ONU. Na Itália, as contradições principais manifestavam-se com a aceitação, por parte dos



***Procurava-se nos anos 80 colocar limites aos possíveis abusos da imprensa, quando, em contraposição, aparecia em toda a extensão a capacidade persuasiva das grandes multinacionais, que agiam ou através do poder financeiro, ou do aparato industrial-militar, ou do poder longe de ser neutro da ciência***

movimentos sociais e políticos pela democratização, da violação automática da Constituição (nos artigos 11, 78, 80) por governos dispostos a comprometer os órgãos de soberania estatal e popular nas decisões internacionais.

Baseada na premissa de que a supremacia das “superpotências” detentoras da capacidade nuclear lesava o *princípio de soberania* dos Estados particulares, a luta demo-

crática pela paz deixava de ter como objetivo simplesmente impedir que a guerra fosse usada como um instrumento político, mas procurava também prevenir o extermínio da civilização humana.

Ora, a evocação da fase histórico-política marcada pelo bipolarismo atômico não vale tanto para en-

cionais, que agiam ou através do poder financeiro, ou do poder do aparato industrial-militar, ou do poder longe de ser neutro da ciência.

Isso ocorre mesmo nos complicados limites que parecem prevalecer na Europa dos governos fi-

loatlânticos, que são contestados, de forma variada, ingenuamente por próteses de movimentos pacifistas a usarem o *referendum* como limite ao poder decisório da maioria governamental. Trata-se aqui daquelas formas de enfrentamento do capitalismo desenvolvidas nos anos 60-70, que projetaram de maneira mais incisiva aspectos da *cultura crítica do movimento operário*, e depois foram impedidas de prevalecer no interior da esquerda histórica por

contra-tendências de inspiração social-democrata.

Elas, por sua vez, devido à *internalização do liberalismo*, passaram a entender que a luta de classes foi superada, ao mesmo tempo que começaram a enfatizar a revolução da informática como instrumento de superação do trabalho, levando ao progressivo desaparecimento do movimento operário, que passou a assumir uma postura de *defensivismo corporativo*.

Postura explicada por uma conversão ideológica favorável ao primado da economia sobre a política, da eficiência tecnocrática sobre

fatizar o papel da política de contenção (cara a quem nos EUA continuou iludido sobre

os efeitos imediatos do fim do soviétismo), mas para sublinhar o grau de desenvolvimento que o direito de paz adquiriu. Assim, coerentemente com o mesmo que não intencional anti-capitalismo que está implícito no anti-fascismo, procurava-se nos anos 80 colocar limites aos possíveis abusos da imprensa, quando, em contraposição, aparecia em toda a extensão a capacidade persuasiva das grandes multina-

os valores sociais da comunidade; com o conseqüente ofuscamento e desaparecimento dos valores de autonomia social e política que apareciam como herança do anti-fascismo militante contra a *agressividade orgânica do capitalismo* sobre todas as frentes, internas e externas aos Estados.

Foi isso que ocorreu, no campo das relações internacionais dominadas por uma política militar ativa em nome dos interesses da “comunidade atlântica”, com a progressiva acentuação da supremacia dos EUA. Eles, que poderiam ser neutralizados na ONU pelo direito institucional de veto que as potências presentes no Conselho de Segurança têm, invadiram abusivamente a Sérvia em nome da OTAN.

Organização no seio da qual governos das mais variadas orientações políticas não levantaram a questão da autonomia dos interesses dos Estados nela representados, apesar de que, de maneira não formal e oficial, levava-se em conta o contraste crescente entre os interesses dos Estados europeus e os dos EUA. A tal ponto que chegou-se a minar a confiança popular na Otan, o que era bem compreensível para quem notava que já o controle sobre os tipos de teste (nuclear ou convencional) dos mísseis de “defesa dinâmica” era responsabilidade apenas dos comandos americanos e não de toda a OTAN.

Posteriormente já se consolidava uma *praxe de ilegitimidade* em relação às normas da OTAN, consistente no caso das decisões tomadas pelo comandante supremo na Europa, mas realizadas no caso das diretivas do Conselho Atlântico com um predomínio claro da hierarquia militar dos EUA. Praxe

mocracia substantiva. Procurava-se, então, garantir não apenas a liberdade mas também a justiça nas relações internas e internacionais.

O que apenas confirma a política comunitária que reconstituiu hierarquias sociais *contrastantes com as normas constitucionais* dos ordenamentos mais avançados, como

aquele da Itália, com o desenvolvimento da contra-informação, a partir do fim dos anos 70. Com a conseqüência de que os governos de “centro-esquerda”, instalados de forma variada no sistema de governo cada vez mais orientado para o *primado do executivo* (como o semi-presidencialismo francês, e o governo de chancelaria da Alemanha), estão cada vez mais prontos a favorecer o uso anormal do

poder da OTAN, como ocorreu no pipocar de “casos” aparecidos na década de 90 nos Balcãs.

Não poderia escapar a essas forças o fato de que um regime de inspiração “comunista” estava instalado estavelmente no poder, contra a tendência manifestada na Europa oriental e ocidental. No caso dessa última, com a ajuda dos “ex” comunistas, sobretudo italianos, hoje na linha de frente da aceita-

***Os Estados Unidos, que poderiam ser neutralizados na ONU pelo direito institucional de veto que as potências presentes no Conselho de Segurança têm, invadiram abusivamente a Sérvia em nome da OTAN, generalizando o papel desta de substituição dos poderes da ONU***



que está na origem do fenômeno já aceito do mau uso do poder nas circunstâncias da guerra do Golfo e que generaliza um papel da OTAN, que é de inteira substituição/antecipação dos poderes da ONU.

Essa atitude representa uma mudança na atitude dos governos europeus membros da OTAN, que se afastam definitivamente dos valores em nome dos quais derrotou-se o fascismo, e que se referiam não apenas aos aspectos da democracia formal mas também à de-



ção dos princípios ideológicos do capitalismo.

Postura que chega ao ponto de patrocinarem a completa reformulação da Constituição em nome das “reformas institucionais”, num sentido antiparlamentar e de perda da autonomia, criando mesmo apanágios para poderes incontrolláveis e secretos — na *combinação*, por exemplo, entre o executivo nacional e o executivo da OTAN.

Essas escolhas se traduzem numa supremacia sistemática do poder militar dos EUA, com o pretexto da defesa dos “direitos humanitários”, que segundo as normas da ONU estão referidos apenas ao uso de meios pacíficos. A saber, conduz-se a combinação de princípios de democracia institucional de tipo estatal e princípios de democracia institucional de tipo internacional, entreconectados em nome tanto da paz como valor, como da paz síntese dos poderes dinâmicos que precedem à guerra.

Frente ao refluxo do já débil e contraditório movimento pela paz e a prevacente passividade dos povos europeus, cegos por uma avassaladora campanha ideológica pronta a camuflar-se no massacre

indiscriminado de albaneses e sérvios “kossovares” para afirmar o “direito ao arbítrio” de intervenção de governos liderados pelos EUA, levando mesmo à substituição da ONU por uma OTAN consolidada e ampliada, é preciso realizar uma densa análise crítica para demonstrar o quanto está envolvendo-se a Europa e toda a comunidade internacional num ata-

a contrafigura “política” do capitalismo financeiro transnacional recorre, perpetuando o domínio da ideologia do capitalismo monopolista de Estado através das variantes “formais” analisadas pelos cultivadores das ciências jurídicas particulares.

O aprofundamento dessas variantes, se feito segundo os cânones da teoria marxista do Estado, não

somente seria útil para legitimar as teorias sociais da exploração e da alienação como base fundamental de uma crítica consequente do Direito e do Estado burgueses, mas também resultaria necessário para pôr em evidência o nexos entre a invariabilidade do domínio capitalista nos seus processos de transformação anti-social, e a diversidade dos mecanismos forjados pela ideologia jurídica burguesa, que tem o dever de seguir

a consolidação e expansão do poder da formação social capitalista.

Nunca, como nesta fase — precedida pelo bipolarismo da *Détente*, que foi válida para amadurecer toda e qualquer ideologia da supremacia das superpotências, com as consequentes implicações sobre “operações cirúrgicas”, antes só temidas porque de tipo nuclear, e depois concretizadas com as novas e sofisticadas armas convencionais —, ressalta a equivalência e a convergência entre o poder de domí-

*Os governos de “centro-esquerda” estão cada vez mais prontos a favorecer o uso anormal do poder da OTAN, como ocorreu no pipocar de casos aparecidos ano após ano na década de 90 nos Balcãs, e não poderia escapar a eles o fato de que um regime de inspiração “comunista” estava instalado estavelmente no poder*



que “antijurídico” universal.

O que é mais grave é que novos slogans ideológicos o justificam em nome de pretensos “direitos humanitários” que, na realidade, apenas suspendem os “direitos humanos” de uma parte cada vez maior de Estados, nações e povos, para dilatar o poder de potências imperialistas, como os EUA e a Grã Bretanha. O esclarecimento teórico e político que se impõe deve levar em conta as variáveis mistificadoras às quais

nio econômico aparentemente não “formalizado” (tanto que a muitos marxistas escapam as decisivas incidências institucionais do poder nacional-transnacional do sistema de empresas) e o poder político-militar das instituições estatais-supraestatais.

Poder que lentamente, contraditoriamente e num processo progressivo de extrema e complexa “formalização”, porquanto a OTAN se sobrepõe à ONU, faz constatar a superposição não só “conceitual” mas também “operacional” entre o poder da central do sistema capitalista (nas vestes do FMI, Banco Mundial, Sistema dos Bancos de Estado Europeus), e poderes institucionais centralizados no dueto Grã-Bretanha-EUA, onde a OTAN mascara a efetiva direção das operações desferidas pela CIA, que num contex-

to caracterizado por uma sistemática “antijuridicidade” faltou ostentar o projeto de provocar um *golpe de Estado* na Sérvia.

A dificuldade de prevenir o esclarecimento indispensável na própria cultura democrática é constituída pelo fato de que, de um lado, as questões de direito internacional assumiram um relevo científico tanto mais “especializado” quanto mais o formalismo jurídico, enquanto produto cultural que aproxima esquerda e di-

reita, contribuiu para despotencializar a teoria marxista do Estado. E, em tal contexto, seguiram-se, em termos predominantemente “descritivos” e meramente “conjunturais”, os eventos que, na sua estreita concatenação, especialmente a partir de 1989, na passagem da União Soviética à Rússia (e à CEI - Comunidade de Estados Independentes) e na

tudo desnaturada nos seus próprios deveres institucionais, nas fases em que Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e a Santa Sé legitimaram, via ONU, a crescente radicalização de todas as guerras “étnicas” com relativos “genocídios” entre os povos que conviveram na Federação Iugoslava.

Daí a escolha de operações para atacar a Sérvia, sob um pressuposto nunca declarado pelos interventores, em desprezo por toda regra internacional, mas explicitado na sede de “revanchismo ideológico” intrínseca

ao revisionismo histórico, segundo o qual tudo que se refere culturalmente ao comunismo (e, portanto, essencialmente ao marxismo) equipara-se ao nazismo, apagando na consciência popular a responsabilidade da burguesia capitalista e das

camadas médias naquilo que foi definido como “século breve”.

Isso para relançar o presente na longínqua tradição dos poderes autoritários que precederam o nascimento do chamado “Estado de Direito”, e na descoberta da lei como forma de legitimação das desigualdades de classe, deformando assim gravemente os “direitos humanos”, porque estes

***O mais grave é que novos slogans ideológicos justificam um ataque “antijurídico” universal em nome de pretensas “direitos humanitários” que, na realidade, apenas suspendem os “direitos humanos” de cada vez mais Estados, nações e povos, para dilatar o poder de potências imperialistas como EUA e Grã Bretanha***



transição do “esmagamento organizado” da Federação Iugoslava, despotencializaram a ONU.

Por isso, não só a Assembléia, mas o próprio Conselho de Segurança, foram preteridos, essencialmente a favor do poder militar norte-americano, seja por via direta, seja indireta, especialmente quando a OTAN foi “alargada” como vasta área de influência, em uma perspectiva provocadoramente substitutiva da ONU, e sobre-

não só expunham os “direitos sociais” realizáveis somente com a passagem do liberalismo à democracia: mas, no significado atribuído a eles pela ciência burguesa, comportavam uma reserva de poder real e, portanto, econômico-social através da forma-estado.

Os fatos atestam que uma operação assim capaz de dobrar os governos europeus de centro-esquerda pode ir longe — fazendo-os cúmplices não tanto da queda do Muro de Berlim, mas sobretudo da *renúncia* dos ex-comunistas ocidentais (e italianos antes de tudo) mediante a deformação de um velho princípio de “direito bélico” que existe sob o nome de “direito humanitário”.

Concebidas, já nos séculos XVI, XVII e XVIII, antes em termos consuetudinários e, depois, em termos formalizados, com o intento de “humanizar a guerra”, as assim chamadas “leis da humanidade” tentavam colocar limites ao arbítrio nos conflitos armados internacionalmente declarados. Até que, passando pelas convenções de 1899-1907 (de Haia) e de 1929-1949-1977 (de Genebra), amadureceu um complexo normativo voltado à proteção internacional não

mais só dos Estados, mas também das “pessoas”, tornando-se centrais os chamados “Direitos do Homem” (*Bill of Rights* inglês, “Declarações” americanas e francesas) no interior dos Estados.

Aquilo que se vem insinuando contra o “direito da paz” depois do fim da Segunda Guerra Mundial — com todas

entendidos não como pertencentes ao tradicional “direito bélico”, mas no mais extensivo e mistificador sentido funcional, nos cânones sobre os quais surgiu a ONU, pelo “direito da paz”, pela interferência das grandes potências: para legitimar uma variedade de intervenções em situações definidas como de emergência, tanto relativas a situações de crise na vida interna dos Estados, quanto para assimilar tumultos de massa, prisões generalizadas, detenções arbitrárias com situações de tensão e desordem “internas”.

Tudo isso com a conseqüência perturbadora, sobre o terreno da relação entre os “fatos” e o “Direito” (seja interno ou internacional), de auxiliar os arbítrios de uma potência poderosa nas



***Concebidas, já nos séculos XVI, XVII e***

***XVIII, antes em termos***

***consuetudinários e, depois, em termos***

***formalizados, com o intento de***

***“humanizar a guerra”, as***

***assim chamadas “leis da***

***humanidade” tentavam***

***colocar limites ao arbítrio***

***nos conflitos armados***

***internacionalmente***

***declarados***

as implicações relativas ao fato de que, no seio do anti-comunismo, contra-

põem-se as mesmas forças que em nome da democracia combateram o que era considerado o inimigo comum ideológico, o nazifascismo — consiste na operação ideológica pela qual o direito humanitário, de soma de princípios de validação do direito de guerra, transformou-se em soma de princípios para validar os “conflitos armados”,

vestes de portadora dos princípios do “direito internacional humanitário”, agora deformado até nas situações de beligerância, ainda que não declarada, segundo os desígnios incontrolláveis dos poderosos que em qualquer vestimenta — formal ou “informal” — decidem a intervenção armada externa com o pretexto dos “conflitos armados” internos.

Para explicar, portanto, aquilo que sucedeu, a propósito de Kosovo, deve-se não só não perder de vista o sentido de toda a política



internacional que se desenrolou logo em 1989 e depois, mas sobretudo inscrever as vicissitudes da fase precedente na recusa sérvia de assinar o Tratado de Rambouillet no quadro daquele debate sobre a distinção entre guerra “justa” e guerra “injusta”, que nos decênios anteriores havia sido colocado em coerência, mais geral, com a questão teórica concernente às relações entre direito, força e violência, e (sobre aquele itinerário) sobre a contraposição/justaposição entre democracia formal e democracia substancial, que nos últimos cinquenta anos havia caracterizado o grande dualismo “ideológico” entre marxismo e anti-marxismo, entre comunismo e anti-comunismo, seja pelas políticas “internas” dos Estados, seja pela sua política exterior.

Descobre-se assim que o mais calejado “sofista” italiano da época moderna — o filósofo seja do direito, seja da política, Norberto Bobbio — na linha da sua constante adesão à teoria normativa/kelseniana do direito, como autonomia e supremacia do juspositivismo relativo ao “jusnaturalismo”, considerou “justa” a guerra contra o Iraque porque, no seu modo de dizer, justo em linguagem jurídica é sinônimo, “ao menos” de Aristóteles em diante, de “conforme a lei”, ou “legal”.

Assim, não houve nenhuma dificuldade, nem em relação ao jusnaturalismo (e por isso a reivindicação do direito da paz como expressão da justiça substancial de que não por acaso fala o artigo 11 da Constituição italiana), nem ao positivismo jurídico (cujos limites históricos as constituições “democrático-sociais” apontaram para

tão de Kosovo, dentro do esquema teórico de quem (sendo adepto da “democracia formal” com a obsessão de Bobbio e dos seus seguidores) terminou por restituir todo o seu peso à “tradição”, que é entendida como autoritarismo ou totalitarismo reacionário, chega-se enfim a compreender com qual automatismo (fundado sobre a descoberta, também essa de Bobbio, de que as guerras são, de toda maneira, julgadas do ponto de vista da sua eficácia, o contrário portanto de qualquer idéia do que

seja o “justo”), pode-se legitimar, bem mais do que o Direito em sua fase “iraquiana”, a deliberada, dolorosa e premeditada antijuridicidade sobre cujos fundamentos agiram os Estados Unidos através da OTAN, como se fazia na

época da Santa Aliança (para lembrar uma data recente). Agora, além da ONU, usam todo tipo de arbitrariedade típica da tirania e da “ditadura”, sob a roupagem mais “moderna” da “sociedade-mãe” da cadeia de filiais em que se decompõe o capitalismo financeiro internacional.

Entre tais arbitrariedades, assinala-se, em particular, o apêndice B (secreto) do Tratado de Rambouil-

***Descobre-se assim que o mais calejado  
“sofista” italiano da época moderna,  
Norberto Bobbio, na linha da sua  
constante adesão à teoria  
normativa/kelseniana do  
Direito, considerou “justa”  
a guerra contra o Iraque  
porque justo em  
linguagem jurídica é  
sinônimo de “conforme a  
lei”, ou “legal”***



superar legítimo as lutas civis, políticas e sociais), em “reconhecer” — assim Bobbio escreveu textualmente em 1991 — que no curso da Guerra do Golfo a relação entre o organismo internacional (a ONU) e a condução da guerra é cada vez mais evanescente, com a consequência de que o conflito presente assemelha-se a uma guerra tradicional, salvo na desproporção de força entre as duas partes contendoras.

Projetando os termos da ques-

let, destinado a substituir a soberania da Sérvia/Iugoslávia pela dos órgãos da OTAN; e, em termos mais gerais, não só o esmagamento do chamado “direito humanitário”, mas também a invenção juridicamente aberrante, mesmo para a cultura burguesa, de uma categoria de “ações não-artigo 5”, mediante a qual a OTAN refuta explicitamente a observância do próprio artigo 5 do Tratado, levando a antijuridicidade ao paroxismo no terreno do uso da lógica formal, que é o aspecto pelo qual a ciência jurídica burguesa autoproclama-se como a única ciência digna desse nome, porque inspirada na idéia de “pureza”.

Neste sentido, a OTAN não hesita em recorrer à proclamação de uma “negação”, como fundamento pseudo-formal de um princípio jurídico formalizado, princípio que naquele artigo 5 é igual e contrário ao do Tratado instituído por ela, o que, a rigor, comportaria, como único tipo de ação legítima reconhecida para “restabelecer e manter a segurança do Atlântico Norte”, o emprego da força armada, o exercício do direito de legítima defesa com “prévio ataque armado contra um ou mais países”.

A inconcebível idéia da “ação não-artigo 5” pela simbologia que evoca, assemelha-se àquela atitude unilateral e arrogante que sempre se assumiu contra a existência da União Soviética e do seu ordenamento jurídico, especialmente quando, para fazer uma avaliação jurídica segundo os ditames da ciência burguesa, se classificava a

deve ser interpretada segundo os interesses imperialistas dos Estados Unidos. Ninguém recusou a guerra contra a Sérvia/Iugoslávia, nem os “comunistas” e os “verdes” italianos, que se mostraram numa crise de nervos, mas sem se revoltar efetivamente contra a prepotência dos Estados Unidos.

Achamo-nos assim não só diante do abandono das conquistas da Segunda Guerra Mundial e dos efeitos da derrota do nazi-fascismo, mas diante também da retomada dos princípios mais reacionários codificados na ciência jurídica “moderna”, a qual Karl Schmitt levou à direita, com a notória contraposição “amigo-inimigo”, acolhida até por certa cultura marxista afeita a um pseudo-leninismo que, na fase mais aguda dos conflitos entre as classes, exaltava o

“decisionismo” como forma de “governabilidade”, pondo de lado o “normativismo”, e apresentando-se hoje como base da “autonomia do político”.

Universaliza-se tudo aquilo que na prática se contrapõe à democracia: a simbiose entre os instrumentos do capitalismo internacional e as formas do poder político-institucional: presidência, semi-presidência, chancelaria, gabinete ministerial, neoparlamentarismo. Tudo legitimado naturalmente pelo *referendum popular*. **RA**

***Achamo-nos não só diante do abandono das conquistas da 2ª Guerra Mundial e dos efeitos da derrota do nazi-fascismo, mas diante também da retomada dos princípios mais reacionários codificados na ciência jurídica “moderna”, a qual Karl Schmitt levou à direita, com a notória contraposição “amigo-inimigo”***



União Soviética como expressão de um não-Estado e de um não-direito. Essa atitude é própria do positivismo jurídico antimarxista, na medida em que nega ontologicamente o seu contrário, e Bobbio disse publicamente que não existe uma teoria marxista do Estado, recorrendo portanto a uma negação.

Tudo isso se parece com a violação daquele artigo 5 do Tratado da OTAN, ao decidir que aquela norma até então vigente formalmente

CHILE

# OS EFEITOS POLÍTICOS DA DETENÇÃO DE PINOCHET

Francisco Dominguez  
Universidade de Middlesex, Londres





detenção de Pinochet em Londres por solicitação do juiz espanhol Baltazar Garzon, para que seja extraditado e eventualmente julgado na Espanha, desnudou as limitações da mal chamada “transição democrática” no Chile. Como dissera Hernán Montealegre, fundador e ex-integrante do Vicariato da Solidariedade e militante democrata-cristão, referindo-se às declarações do presidente Frei, de oposição ao arresto de Pinochet em Londres e à sua extradição para a Espanha:

*As declarações do presidente Frei sobre o caso Pinochet comprovam que o Chile não somente não é uma democracia — porque a Constituição que nos rege não é democrática — como também tampouco vive um Estado de Direito (revista Processo, 25.10.98).*

Curiosamente este assassino conseguiu dividir praticamente o mundo inteiro seja a seu favor, seja contra si (o jornalista britânico Andrew Ransley escreveu, a propósito, que não sabia determinar quem era mais desprezível: se o ex-general ou seus amigos e apologistas na Grã-Bretanha: *The Observer*, 25.10.98). A atitude militante de defesa incondicional de Pinochet adotada pelo presidente Frei e pela maioria da Democracia Cristã (DC) contrasta com a mais ambígua adotada pelos socialistas da *Concertación*, coalizão de governo. Os socialistas expressaram “sua

forte insatisfação com o processo de transição, que no seu entender mantém ainda uma dívida no tema dos direitos humanos” (*El Mercurio*, 28.10.98). Estas tensões ocorrem justamente num momento de rivalidade crescente entre estes dois partidos, em razão das próximas eleições presidenciais de dezembro de 1999.

A questão é se o candidato da Concertação será um socialista ou um democrata-cristão. Os favoritos para a indicação são Rafael Zaldívar, representando os democratas-cristãos, ou Ricardo Lagos, representando os socialistas (*N.doT.: Ri-*

***A caracterização de “democradura” ou “ditabranda”, em que pese sua falta de rigor científico, é mais precisa para descrever o que existe no Chile pós-Pinochet***

*cardo Lagos, do PS, está concorrendo à Presidência do Chile, como candidato da Concertación*). Frei e a DC não esconderam seu desagrado pela ambigüidade socialista no caso Pinochet. De fato a DC buscou consolidar seu repúdio ao arresto de Pinochet e ao seu possível julgamento na Espanha, concitando o apoio do restante da direita: a União Democrática Independente (UDI), o partido pinochetista par excellence, e a Renovação Nacional (RN), que representa a direita mais tradicional. A estes últimos uniu-se o setor empresarial e, para completar o quadro, os militares,

que fizeram ruidosas ameaças.

Esta comunicação concentra-se nos efeitos políticos que a detenção de Pinochet em Londres, e os antecedentes relacionados com sua possível extradição para a Espanha, têm e estão tendo no Chile. Qualquer que seja o resultado da estadia londrinense de Pinochet, o panorama político chileno mudou qualitativamente, pondo em evidência a questão de qual “transição democrática” querem os chilenos, e mesmo se há verdadeiramente transição no Chile. Dadas as amplamente reconhecidas limitações da “transição pactada” chilena, é difícil não estar de acordo com Joan Garcés, conselheiro político de Allende, que disse: “A transição no Chile começou em 16 de outubro de 1998”.

A evidência contra Pinochet é abrumadora, há informação exaustiva dos milhares de casos de violação dos direitos humanos no Chile, e

además *mi general* tem uma atitude de desprezo brutal pelas vítimas de seu regime. Há alguns anos, por exemplo, quando se encontrou no Chile uma fossa comum com mais de cem cadáveres, executados pelos militares, Pinochet comentou: “- Quem quer que os enterrou serviu bem à Pátria, economizando dinheiro em cravos” (*The Sunday Telegraph*, 25.10.98).

Para quem agora alega não saber nada de nada das violações de direitos humanos sob seu regime, disse num momento de honestidade: “No Chile não se move nem uma só folha sem que eu o saiba”.

Manuel Contreras, sinistro chefe da DIN, disse sobre isso, de dentro da sua cela:

*Eu sempre levei a cabo as ordens que o presidente da República me deu. Qualquer missão tinha que vir, como sempre aconteceu, do presidente da República (The Observer, 13.12.98).*

Uma das melhores análises das limitações da “transição” no Chile é provavelmente a obra de Tomás Moulián *Chile Atual. Anatomia de um Mito* (Lom Arcis, 1997), que diseca o chamado “modelo chileno”. Moulián considera “ao Chile atual como uma produção do Chile Ditatorial” (op. cit., p.15). Não se trata aqui de realizar nem sequer uma síntese de tão formidável obra — nem o espaço, nem o caráter dessa comunicação o permitem — porém é pertinente resumir a tese central de seu ensaio, que se organiza ao redor da idéia do que Moulián chama “transformismo” ou, inclusive, mais acertadamente, “gatopardismo” (“uma alucinante operação de perpetuação que se realizou através da mudança do Estado”, op. cit., p. 145, o segundo termo fazendo alusão à magnífica novela de Lampedusa, *Il Gattopardo*).

Transformismo refere-se

basicamente “ao longo processo de preparação, durante a ditadura, de uma saída da mesma ditadura destinada a permitir a continuidade de suas estruturas básicas sob outras roupagens políticas, as vestimentas democráticas” (op. cit., p. 145). Ou seja, o Estado sofreu importantes modificações porém manteve inalterado um aspecto substancial: o regime de poder muda — de uma ditadura a uma certa forma de democracia, substituindo inclusive os políticos nos postos de comando do Estado — mas o bloco dominante não muda (op. cit., p. 145).

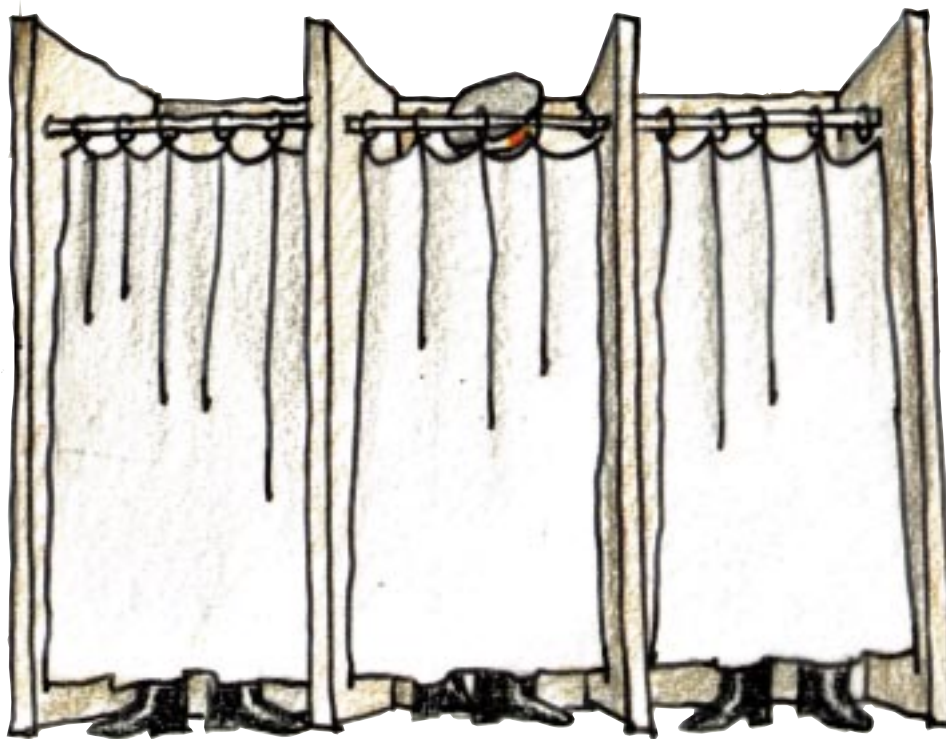
A rigor, não há mudança essencial nos postos de comando do Estado, mas sim nos de Governo (de toda forma o ponto é válido). Aspectos centrais na evolução do processo transformista são a Constituição de 1980 e, em 1988, a “absorção da oposição no jogo de alternativas definidas pelo próprio regime e legalizadas” na mesma Constituição

de 1980 (op. cit., p. 146). Porém, a institucionalidade política emergente era somente um meio para obter objetivos de muito maior alcance: instituir um sistema político que permitisse a continuidade da liderança neoliberal ou, caso fracassasse essa opção, assegurar que qualquer governo garantisse a reprodutibilidade, a continuidade do modelo sócio-econômico criado durante a ditadura... (op. cit., p. 147)

A julgar pelo apego dos governos da Concertação (incluída a maioria dos socialistas) ao modelo neoliberal e a suas políticas, não cabe dúvida de que a respeito desse objetivo central o êxito foi completo.

Tal institucionalidade não poderia ser criada sem a manutenção de continuidades decisivas, continuidades que impedem caracterizar o Chile como uma democracia. Isto não significa não reconhecer a derrota eleitoral da ditadura em

1988-89, nem tampouco minimizar os progressos democráticos alcançados no Chile. Porém, a continuidade do modelo neoliberal requer, por necessidade imperiosa, a manutenção de instituições-chave, tais como o



Banco Central, fora da órbita eleitoral, assim como também deixar fora do escrutínio democrático-popular o essencial da política econômica. Neste sentido, o sistema pós-ditadura foi apelidado de “neoliberalismo com face humana”. Ou seja, o bem sucedido transformismo só humanizou um sistema político que tem muito de autoritário, burocrático e até mesmo ditatorial. A caracterização de “democradura” ou “ditabranda”, em que pese sua falta de rigor científico, é sem dúvida mais precisa para descrever o que existe no Chile pós-Pinochet.

Em primeiro lugar, o que se costuma chamar “o pinochetismo feito lei”, e que se refere a “novas vinculações hierárquicas no interior dos distintos ramos das Forças Armadas” que converteu a “lealdade ao comandante-em-chefe”

em elemento central na carreira dos oficiais de alta patente. Para isso estabeleceu-se uma Junta de Seleção Extraordinária de Oficiais cuja intervenção é equivalente a um comissariado político cuja convocatória (seus vereditos são inapeláveis) está em mãos do comandante-em-chefe. Tudo isso no contexto de uma modificação substancial dos sistemas para as qualificações, designações e promoções, desenhada para aumentar a autonomia das instituições castrenses das autoridades civis, para determinar o desenvolvimento das carreiras militares dos oficiais de toda patente (Dauno Totoro, “Leyes se-

cretas de Pinochet”, *Punto Final*, 28.8.98). Dado o compromisso da alta hierarquia militar com o modelo e sua institucionalidade, é improvável que, com tal controle férreo sobre as promoções, surja a curto prazo uma nova geração de oficiais com mentalidade mais “profissional” e menos politizada.

As Forças Armadas fizeram uso liberal dos recursos fiscais da nação em seu próprio benefício

*As Forças Armadas fizeram uso dos recursos fiscais da nação em seu próprio benefício em níveis sem precedentes, recorrendo a decretos e leis secretas para movimentar milhões de dólares*

em níveis sem precedentes. Durante o governo de Patricio Alwyn, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados solicitou e obteve um informe da Controladoria da República a respeito das leis secretas do regime de Pinochet. Segundo a relação da Controladoria, entre setembro de 1973 e os últimos dias da ditadura militar foram formalizados 132 decretos-leis e leis secretas. Uma parte importante delas “refere-se a forte movimentação de verbas no interior dos diferentes ramos da defesa, sem que se explique sua finalidade ou destino”. Um só destes decretos-leis (nº 2330, de

8.9.1978) outorga um aporte extraordinário de US\$ 12 milhões ao Conselho Superior de Defesa Nacional para entregar US\$ 5 milhões ao Exército, US\$ 3 milhões à Armada e US\$ 4 milhões à Força Aérea. Outro dos decretos-leis secretos (nº 3527, de 12.12.1980) destina US\$ 50 milhões ao Ministério da Defesa Nacional “com o fim de cobrir a diferença gerada pela aquisição de material bélico [sem maior detalhe]”. Finalmente, e só para exemplificar, outro destes decretos-leis (nº 18090, de 30.12.81) designa 100 milhões de dólares ao Ministério da Defesa Nacional (Totoro, op. cit.).

A maior dificuldade com tais transferências de fortunas fiscais aos militares é não somente seu caráter ilegítimo, mas também sua irregularidade.

Por isso, os militares emitiram um conjunto de leis secretas pelas quais obtinham 10% do “ingresso total em moeda estrangeira pela exportação da produção de cobre”. O decreto-lei nº 239 (31.12.1973) especificava que se a cifra resultasse menor do que US\$ 90 milhões, “a diferença deveria ser completada pelo Fisco”. A lei nº 18.445 (14.10.1985) aumentou essa cifra para US\$ 180 milhões, e, pouco antes de abandonar o controle formal do governo, Augusto Pinochet promulgou outra lei secreta aumentando o piso novamente para US\$ 210 milhões. Ademais, o decreto-lei nº 470





(22.5.1974) especificava que

*As entregas de fundos [...] deverão fazer-se de forma reservada; serão mantidas em contas secretas, contabilizadas de forma reservada e sua aplicação [...] dar-se-á mediante decretos supremos reservados, isentos de exposição de motivos e de referência. (Totoro, op. cit.)*

Ou seja, os militares como instituição forçaram sua integração ao sistema econômico como beneficiários da rubrica de exportações que concede os maiores aportes de verba à nação.

Talvez um dos mecanismos mais efetivos, até agora, do continuísmo pinochetista sob o regime de transição seja a cláusula da Constituição de 1980 que permite a nomeação não eletiva de nove senadores, ou “designados”. Isto assegura que exista no Congresso da nação uma maioria de fato cuja função é bloquear qualquer iniciativa orientada a dismantelar as continuidades que mantêm a impunidade e o neoliberalismo.

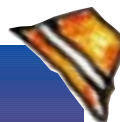
Isto significa concretamente, entre outras coisas, que “três milhões e meio de cidadãos elejam em Santiago quatro senadores, o mesmo número que designa o Conselho de Segurança Nacional integrado por oito membros” (artigo de Agustín Squella, *El Mercurio*, 5.11.98). Este se combina com o sistema eleitoral binominal, cuja função é recompensar “de um modo exorbitante” as segundas minorias (Moulián, op. cit., p. 50). Quer dizer, os militares

garantiram com isso um altíssimo nível de representação e influência política em órgãos parlamentares chave, a partir dos quais podem defender e promover a “obra militar”. O sistema binominal também assegura uma sobre-representação exorbitante aos partidos de direita.

Foram outorgadas, além disso, posições constitucionais chave às Forças Armadas no aparato do Estado, como no Conselho de Segu-

tinha uma limitação fundamental: nomear as vítimas, porém não os responsáveis. A ironia era que o Informe Rettig seria a base para levar a juízo os responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante a ditadura. Ademais, Pinochet já havia decretado uma anistia pelos crimes cometidos antes de 1978 (decreto-lei 2.191, de 1978, que impede processos contra pes-

soas implicadas em determinados delitos cometidos entre 11.9.73 e 10.3.78: *Punto Final*, 10.9.98), a qual foi ratificada pela Corte Suprema durante o mandato de Patricio Alwyn. O Informe Rettig racionalizou legalmente o desejo político do governo: apresentar um informe político imaculado em seus detalhes sobre os crimes cometidos durante a ditadura como um mecanismo catártico so-



*Para a Democracia Cristã (DC), o conjunto da direita, a classe empresarial chilena e as Forças Armadas, trata-se de impedir que a “transição” progrida e coloque em risco o modelo*

rança Nacional. A Constituição de 1980 lhes dá a condição de fiadores últimos da institucionalidade vigente, “portanto, de determinar quando a existência de conflitos ou de uma crise fariam exigível sua participação como protetoras da ‘essência’ do sistema” (Moulián, op. cit., p. 50). Em outras palavras, as Forças Armadas gozam do direito constitucional de determinar quando é necessário intervir com outro pronunciamento, como o fizeram numa aziaga manhã de setembro de 1973.

A função da Comissão Rettig, que investigou as violações dos direitos humanos durante a ditadura,

cial, ao mesmo tempo que fugia da questão central de justiça para as vítimas e castigo para os culpados.

Assim, a institucionalidade herdada da ditadura é na realidade uma camisa de força que não só impede qualquer progresso na democratização do país, como também perpetua (e promove) “legitimamente” estruturas essenciais do sistema pinochetista.

A detenção de Pinochet em Londres evidenciou gigantescas fissuras no interior da Concertação: a maioria dos dirigentes da DC se opõe com pertinácia a qualquer mudança política na relação entre civis e militares estabelecida

desde a presidência de Patricio Alwyn em 1989, enquanto os socialistas, em geral, apoiaram a detenção, a extradição e seu julgamento na Espanha. Altas personalidades da DC criticaram duramente a atitude socialista. O senador Rafael Moreno, secretário nacional da DC, por exemplo, disse: “Quando se tem a tarefa de conduzir o país, se tem que estar *en las duras y en las maduras*” (*El Mercurio*, 4.11.98). O mais significativo desta fissura política na Concertação é que a DC e o governo foram buscar apoio para a defesa de Pinochet no resto da direita, incluídos os militares.

Para demonstrar seu apoio ao general o governo retirou seu embaixador em Londres, suspendeu todas as visitas oficiais chilenas ao Reino Unido e, obviamente sob a pressão dos militares, cancelou compras de armas ao Reino Unido no valor de 100 milhões de libras esterlinas (*The Independent*, 10.12.98; *The Financial Times*, 14.12.98; *Sunday Business*, 13.12.98).

O que está verdadeiramente em jogo, que explica todas essas manobras, é o caráter da “transição”. Para a DC, o conjunto da direita, a classe empresarial chilena e as Forças Armadas, trata-se de impedir que a “transição” progrida, seja resolvendo as questões pendentes relacionadas com as violações dos direitos humanos sob a ditadura, ou com a democratização da institucionalidade her-

dada do pinochetismo, seja com sua reforma ou abolição.

Alega-se com vigor inusitado que a detenção de Pinochet em Londres, e, pior, sua possível extradição para a Espanha e subsequente julgamento, poriam em perigo a “transição pactada” e seus consensos. Justifica-se esta posição com o argumento de que a “oposição ao governo militar devia aceitar, por razões de realismo político, a Constituição feita aprovar pelo regime em 1980 [...] o sistema

*O Partido Socialista,  
diferentemente dos seus ministros,  
interpôs ação judicial contra  
Pinochet, a quem acusa de ser  
responsável pela morte de quatro  
de seus dirigentes, em 1973*

eleitoral, o Tribunal Constitucional, o Conselho de Segurança Nacional, as faculdades do Presidente em relação às Forças Armadas, a composição do Senado e outras” (Agüero, professor de Ciência Política da Universidade de Miami, manifestou essa opinião em *El Mercurio*, 20.11.98).

Esta parece ser a única defesa possível de Augusto Pinochet, pois até agora ninguém se atreveu a sustentar sua inocência. O governo, arrastando a um recalcitrante Partido Socialista, chegou até a solicitar ser parte “interveniente” na nova fase do processo de Pinochet na Câmara dos Lordes, anunciando

do que para defender Pinochet seriam reiterados ante os lordes os princípios da imunidade soberana, territorialidade da lei e soberania de jurisdição, que excluem terceiras nações de processar atos que tenham sido cometidos no Chile (*La Tercera*, dossiê Pinochet, <http://www.tercera.cl/casos/pinochet/pinochet588.html>).

E se persistisse alguma dúvida do compromisso do governo de defender Pinochet, o vice-presidente da República, Raul Troncoso, logo após a declaração de Jack Straw declarou que o governo “utilizará, tal como fez desde o início, todos os meios a seu alcance para reverter esta situação” e obter o regresso do “senador Pinochet” para o qual “buscamos para estas gestões o respaldo de todas as forças políticas, e o compromisso de toda a sociedade” (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Quer dizer, a DC, a direita do empresariado e as Forças Armadas, utilizando o argumento da violação da soberania nacional, embarcaram no intento de criar um novo consenso político para defender a “democradura” chilena.

Os socialistas da Concertação, à diferença de seus coligados cristãos, adotaram uma atitude mais ambígua, que não satisfiz nem a seus partidários nem aos detratores da extradição e julgamento de Pinochet. A posição dos ministros socialistas foi de um apoio incondicional à tese de Frei de que a detenção de Pinochet em Londres

viola a soberania nacional e daí sua oposição ao julgamento do ex-ditador nos tribunais espanhóis (ou de qualquer outro país que não seja o Chile), porém ao mesmo tempo insistem que tal posição não deve por nenhum motivo confundir-se com a defesa política de Pinochet.

Ou seja, o PS está de acordo com as acusações de genocídio, tortura e terrorismo que Pinochet enfrenta nos tribunais da Espanha. A posição incrivelmente militante adotada por Frei e seus correligionários democratas-cristãos levou o governo, até, a negar informações-chave aos ministros e dirigentes socialistas a respeito das estratégias que o governo pretende seguir (*El Mercurio*, 4.1.99. É de supor-se, apesar disso, que a alta hierarquia militar teve acesso a esses documentos.) Porém é no próprio Partido Socialista que a Concertação enfrenta as maiores dificuldades.

No dia 28 de agosto de 1998, diferentemente dos ministros socialistas, o Partido Socialista, por meio de seu então presidente, Camilo Escalona, interpôs uma ação judicial (de um total de 12 neste momento nos tribunais do país) contra Pinochet, a quem, junto a outro general, acusa de ser responsável pelas mortes de quatro de seus dirigentes, ocorridas no norte do país em 1973 (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Ademais, dois mi-

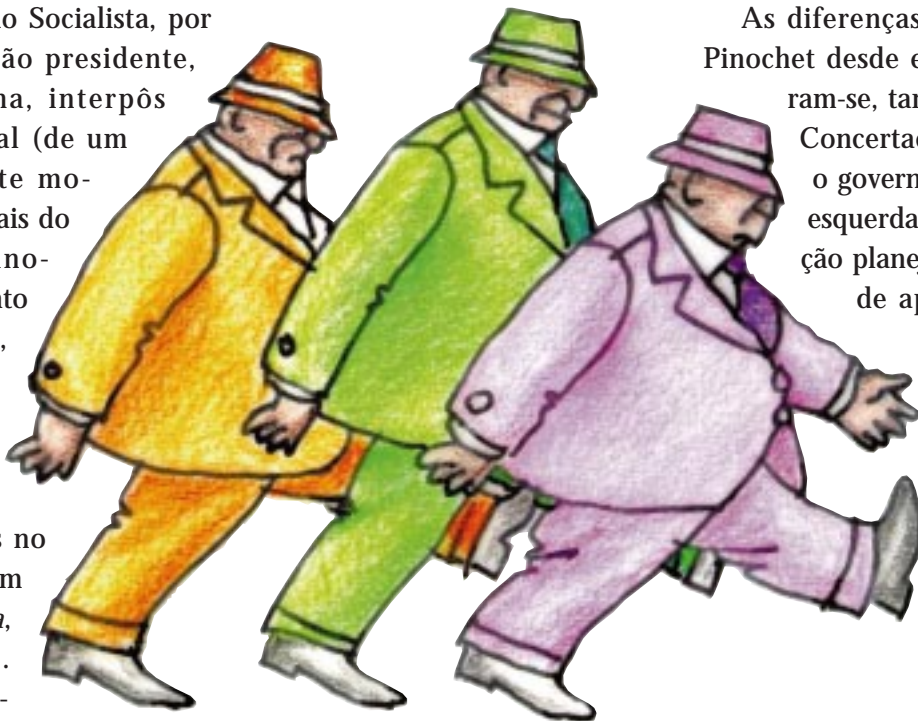
litantes socialistas contraditaram publicamente a posição oficialista indo a Londres declarar ante os lordes, para obter a extradição de Pinochet. Foram os deputados socialistas Isabel Allende, filha de Salvador Allende, e Juan Pablo Letelier, filho de Orlando Letelier, assassinado em Washington pela DINA muito provavelmente por ordens diretas de Augusto Pinochet. Eles agradeceram ao mundo “o repúdio ao ditador e a denúncia dos crimes contra a humanidade cometidos no Chile, que a direita esconde embaixo do tapete” (*Punto Final*, 4-17.12.98). A isto junta-se a posição do senador socialista Ricardo Nuñez, atual presidente do PS, que declarou:

*É uma vergonha que no exterior preocupem-se mais do que nós e que tentem fazer uma justiça que no Chile diluiu-se em processos intermináveis, ou por efeitos da anistia que foi um autoperdão que se concede-*

*ram os algozes (Punto Final, 4-17.12.98).*

Finalmente, em outubro de 1998, os dirigentes socialistas encabeçados por Escalona se reuniram com dois dirigentes comunistas, em uma reunião bastante divulgada, na qual se discutiu especificamente o caso Pinochet. A reunião chegou à conclusão “de que o ex-comandante em chefe do Exército deve ser julgado por tribunais espanhóis por violação dos direitos humanos” (*El Mercurio*, 23.10.98). A pressão no interior do PS cresceu a um tal nível que o governo decidiu abandonar o argumento da imunidade de Pinochet como chefe de Estado no momento em que se cometeram as atrocidades (*El Mercurio*, 3.1.99). A coroação desta atitude socialista foi a proposição de Lagos de criar um pacto nacional para julgar Pinochet no Chile (*El País*, 30.11.98), o que obviamente aumentou as tensões no interior da Concertação.

As diferenças quanto ao caso Pinochet desde então aprofundaram-se, tanto no interior da Concertação quanto entre o governo e o restante da esquerda. Uma manifestação planejada em Santiago de apoio à causa dos direitos humanos, que teria lugar em novembro do ano passado, foi cancelada por Frei. O primeiro ataque veio da DC, que solicitou ao restante





dos participantes o cancelamento da manifestação para impedir o aumento da polarização política no país. A reação dos socialistas, comunistas, humanistas e verdes foi de realizar a manifestação de todas as maneiras. Até a Juventude DC discrepou publicamente de seu partido e declarou seu apoio incondicional à manifestação (*El Siglo*, 20-26.11.98). Logo a DC tentou de vetar a participação dos comunistas, o que levou o PC a declarar que assistiria a manifestação com ou sem convite, uma vez que a causa dos direitos humanos é de todos. Finalmente, o governo, instigado essencialmente por seu elemento DC, decidiu retirar a permissão e a manifestação não pode realizar-se.

A direita chilena, como era de esperar-se, lançou-se à defesa incondicional de Pinochet tratando, simultaneamente, de exacerbar as diferenças entre socialistas e democratas-cristãos. O objetivo estratégico da direita, mais do que a defesa de Pinochet, é recuperar o governo. *El Mercurio* expressou o num editorial, com clareza:

*Se esta unidade da direita (UDI, RN) pode ser-lhe útil a seus projetos, é assunto que está por ver-se... [pode ser] que a unidade alcançada favoreça uma ação política mais contundente no futuro. (21.10.98)*

A maior dificuldade que a direita enfrenta para alcançar este ansiado objetivo é que, diferentemente da DC, não conseguiu obter uma base social popular. Sem dúvida a UDI avançou neste sentido,

porém no que respeita à RN sua base eleitoral é não somente tradicional (burguesia industrial, comercial e agrária e pequena burguesia acomodada), como também foi-se reduzindo firmemente. O *affaire* Pinochet uniu RN e UDI, que declararam publicamente sua aliança eleitoral em torno de Julio Lavín, candidato da UDI, demonstrando com isto o declínio da direita tradicional e o ascenso do elemento pinochetista.

O grande problema para a di-

*O objetivo estratégico da direita chilena, mais do que a defesa de Pinochet, é recuperar o governo.*

*Por isso trata de exacerbar as diferenças entre socialistas e democratas-cristãos*

reita chilena é que, independentemente da capitalização exitosa que faça no Chile da detenção de Pinochet, isso não é de nenhuma maneira suficiente para assegurar-lhe o triunfo eleitoral. Seu escolhido Lavín tem cerca de 15% das preferências eleitorais. A divisão da Concertação melhoraria suas possibilidades eleitorais, porém o grande risco seria que o candidato socialista, Ricardo Lagos, convertesse-se ou no presidente da República já no primeiro turno, algo improvável, ou no vitorioso do segundo turno.

Por outro lado, o candidato da DC, Rafael Zaldivar, membro da

ala direita do partido, tem poucas possibilidades de triunfar caso se apresente sozinho, pois as últimas pesquisas indicam que obteria apenas uns 17%, enquanto Lagos, sozinho, obteria 30% dos votos (*La Tercera*, 5.1.99). Assim, a única possibilidade que a direita tem para retomar o governo seria fazer uma aliança com a DC, reorganizando as bases políticas do governo em uma coalizão de centro-direita. Na DC, Zaldivar, conjuntamente com Enrique

Kraus, dirige e representa uma corrente que desde 1997 vem argumentando que o partido adote esta linha. Considera-se Frei parte da ala direita da DC.

Em uma palavra, as alianças políticas que Frei buscou para defender Pinochet não são mais do que a evolução lógica de um processo político que

já estava em incubação. É interessante notar que a DC novamente volta a cumprir o papel político de legitimar e viabilizar os objetivos da direita chilena. Já cumpriu esse papel em 1970-73, quando se aliou com a direita golpista na Confederação Democrática (CODE), coalizão que com o concurso ativo da DC propiciou o sangrento golpe de Estado que derrubou o governo de Salvador Allende e resultou na ditadura de Pinochet.

Neste sentido, é de notar a flexibilidade de Genaro Arriagada, um dos intelectuais de maior estatura da DC — dirigente da campanha pelo “Não” que derrotou Pi-

nochet no plebiscito de 1988 e autor de um livro formidável, *The Politics of Power: Pinochet* (Unwin and Hyman, Boston, 1988) — e que, como embaixador do Chile nos Estados Unidos, escreveu artigo defendendo a tese governista da territorialidade, porém usando como argumento central que não há solução judicial para os problemas da transição no Chile, de tal maneira que estamos obrigados a “aceitar a justiça, porém limitá-la ao possível” (*El Mercurio*, 28.10.98). Em uma palavra, Arriagada está a favor da impunidade para Pinochet, que é a verdadeira posição da grande maioria da DC.

Da mesma maneira, Patricio Alwyn também repetiu os argumentos de Arriagada. Talvez mais significativamente, Raúl Rettig, integrante central da Comissão Verdade e Reconciliação (CVR), expressou sua oposição pública aos argumentos de Garzón — que baseia sua acusação contra o ex-general em grande medida no Informe da CVR que Rettig presidiu — para extraditar Pinochet a fim de julgá-lo num tribunal espanhol, dizendo: “Juridicamente, os delitos cometidos em um território são julgados ali” (*El Mercurio*, 27.10.98).

No processo de reorganização política da direita é necessário integrar na análise a participação política ativa do elemento militar como um de seus componentes. Assim, por exemplo, a 21 de outubro de 1998, 1 200 oficiais (incluindo 23 generais) e suboficiais reu-

niram-se com o comandante em chefe, Ricardo Izurieta, reunião em que o tema único foi a detenção de Pinochet (*Proceso*, 25.10.98). Os militares, por meio do general da reserva Eugenio Videla, acusaram aos socialistas, em carta pública, de que sob a pretensão de julgar Pinochet o que realmente buscam é “destruir toda a obra das Forças Armadas e Carabineiros” (*La Tercera*, dossiê Pinochet). Como assinalou um diário espanhol:

*Pinochet é o símbolo da impunidade e institucionalidade de que gozam as Forças Armadas e a identificação destas com o ex-ditador é quase total*

*A detenção do ex-ditador revelou que a suposta divisão entre pinochetistas e institucionalistas não corresponde à realidade. Com o general Izurieta à cabeça, os militares chilenos professam uma lealdade inquebrantável ao antigo chefe...* (*El País*, 30.11.98).

Isto é, os militares tanto como os partidos de direita são uma força política deliberativa, ativa e integral da defesa do continuísmo.

Como se fosse necessária uma prova dessa realidade, em novembro do ano passado os comandantes em chefe impuseram ao presidente Frei uma reunião do Conselho Nacional de Segurança, na

qual o comandante em chefe das Forças Armadas, general Izurieta, “propôs um conjunto de medidas destinadas a endurecer a posição do governo” em defesa de Pinochet (*Punto Final*, 11.98, p. 4). Este é o símbolo da impunidade e institucionalidade de que gozam as Forças Armadas e a identificação destas com Pinochet é quase total. Neste contexto há que mencionar a ata firmada pelo Corpo de Generais na plenária que designou Pinochet comandante em chefe benemérito, solenizada na cerimônia do 7 de março [de 1998] em que a instituição comprometeu sua lealdade e apoio ao que fora comandante em chefe por vinte e cinco anos e ditador durante dezesete. (*Punto Final*, 11.98, p. 4)

Ademais, o Exército respaldou Pinochet em declaração pública, assinalando que a situação que o afeta é inaceitável “e que recorrerá a todos os meios jurídicos, diplomáticos e de governo para superar o fato” (*El Mercurio*, 18.10.98). Se ainda restasse alguma dúvida quanto ao nível de autonomia política das Forças Armadas, que atuam como um quase-partido político, unilateralmente cancelaram viagens à Grã-Bretanha e à Espanha em protesto contra a detenção de Pinochet em Londres, além de obrigar o governo a anular ordens de compra de navios de guerra e outros armamentos na Inglaterra e Espanha.



Na declaração que informava da decisão, e em não muito velada referência aos socialistas, condenava-se a “certos” atores da sociedade, que sustentam uma linha à parte da do governo, e reiterava-se o apoio “institucional” a Pinochet (*El Mercurio*, 21.10.98). Sob o regime político que antecedeu a ditadura pinochetista, tal nível de autonomia e atuação política independente por parte das Forças Armadas era simplesmente impensável. Isso revela até onde progrediu a chamada transição democrática.

Adicionalmente, como parte da ofensiva da direita chilena, é necessário integrar os dirigentes das instituições-chave do sistema político herdado de Pinochet. Assim, por exemplo, o presidente da Corte Suprema, Roberto D'Ávila, uniu-se ao coro dos que saíram a defender a “soberania nacional” e Pinochet, assinalando que “só os tribunais nacionais podem julgar delitos cometidos no Chile”. O mesmo fez o

blica, Arturo Alwyn, que baseou a defesa de Pinochet na imunidade diplomática que este haveria tido ao ingressar na Inglaterra (*El Mercurio*, 21.10.98).

Naturalmente, a institucionalidade legada pela ditadura sai à defesa de seu arquiteto principal. O maior temor é de que o ajuizamento do ex-ditador desencadeie uma dinâmica que leve a uma reestruturação substancial do aparato do Estado, incluído o Poder Judicial, o que debilitaria a manutenção do modelo neoliberal.

Como era de esperar-se, o empresariado também saiu à defesa de Pinochet. Apesar disso, seu objetivo, mais que a defesa do ex-ditador, é a segurança de que não haverá mudanças na institucionalidade existente, que lhe tem sido benéfica. Pablo Zalaquet, presidente da Geração Empresarial, uma organização de empresários chilenos, disse que “se Pinochet não regressa e Lagos é eleito [nas próximas eleições] a

classe empresarial não lhe fará a vida fácil [a Lagos]” (*The Financial Times*, 11.12.98). Ligar as duas questões indica que o empresariado chileno também vê a recuperação do governo para a direita como uma das questões centrais da política chilena.

Uma das vozes discordantes neste coro sicofântico foi a do arcebispo de Santiago, Francisco Javier Errázuriz, que em nome do episcopado chileno expressou-se assim:

*Se em nosso país se houvesse colaborado realmente com a Justiça e se houvessem podido julgar determinados casos (de violação de direitos humanos) de cidadãos chilenos, e inclusive de outros países, e se se tivesse castigado o que era contrário à Justiça, nunca se haveria produzido um fato como o que atualmente estamos vivendo.*

A classe alta chilena, por seu turno, reagiu com rapidez e fúria esperadas, quando anunciou com





estardalhaço que boicotaria os produtos ingleses, recusando daí para a frente beber o uísque dessa nação. Apesar disso, as medidas do governo chileno em represália ao anúncio feito por Jack Straw não tiveram nem terão maiores conseqüências, indicando que a defesa da soberania nacional não é seu problema crucial.

A posição de conjunto da direita não governamental (UDI, RN, empresários e militares) foi de uma aberta chantagem política de que a extradição de Pinochet põe em perigo a transição democrática (*The Financial Times* de 17.11.98, por exemplo, revela ameaças feitas por um oficial da Marinha durante uma recepção diplomática). Quer dizer, a direita estaria disposta a renegar sua parte no acordo de respeitar o pouco

*Os golpistas chilenos procuram reorganizar-se por meio de recomposição com a DC: empresários e militares propuseram a Eduardo Frei que emende a Constituição para reeleger-se*

de democracia que se conseguiu no Chile pós-ditadura, se se chegar ao julgamento de Pinochet.

Em outras palavras, a ameaça é de realizar um golpe de Estado. Não existe, provavelmente, nenhuma condição para isso no momento, porém a burguesia chilena demonstrou o que é capaz de fazer quando seus interesses estão em perigo. De todo modo, o governo está fazendo exatamente o que as Forças Armadas querem.

A DC, por meio de seu presidente, Enrique Kraus, emitiu uma declaração-resposta à carta de Pinochet de 22 de dezembro de 1998. Em essência, a DC pede perdão pelos erros de conduta e omissão que pode haver cometido e que pudessem haver provocado “efeitos não desejados em alguns chilenos”. O documento chama a realização de um plebis-

cito para configurar um novo acordo nacional que permita fazer justiça e verdade em matéria de direitos humanos (*La Tercera*, dossiê Pinochet). No documento em preparação pela Concertação, endossa-se o chamado da DC a impulsionar um novo acordo nacional. A direita, assim como a DC, está empenhada em impedir o triunfo de Lagos e faz tudo que esteja ao alcance de sua mão para atrair a DC e separá-la de seus sócios socialistas (*The Economist*, 19.12.98, p.79).



A DC está preparando o terreno para a criação das bases para um consenso com a direita, que os ministros socialistas no governo parecem apoiar, ainda que não o partido. De todo modo, a situação eleitoral para a Concertação é difícil, pois espera-se que a economia cresça apenas 1% neste ano; o preço do cobre, principal produto de exportação, despencou (em grande medida devido à crise no sudeste asiático); o conjunto do país está afetado por uma seca pertinaz que tem consequências negativas nas exportações agrícolas e que poderá, mesmo, reduzir a geração de eletricidade (*The Economist*, 19.12.98, p. 79).

Por fim, a imprensa chilena informou sobre a reunião entre a Sociedade de Fomento Fabril (Sofofa, organização de empresários) e o presidente, na qual a entidade propôs a Frei a possibilidade de emendar a Constituição e permitir-lhe assim um segundo mandato. A pré-condição para que a Sofofa apóie tal solução é a expulsão dos socialistas do governo, e a criação de uma aliança de centro-direita.

Também falou-se de uma proposição similar feita pelas Forças Armadas. A direita, incluída a DC, quer assegurar sua “transição a nenhuma parte”, impedindo que Lagos seja o presidente da República em dezembro de 1999.

A detenção de Pinochet em Londres e seus efeitos políticos no Chile confirmaram amplamente uma manchete da revista *Punto*

*Final*: “A transição não resiste à justiça”. Será que não há Outono para este patriarca, nem justiça para o Chile?

Não sabemos, no momento de escrever, qual será o resultado dos processos legais em Londres. Sabemos que, não obstante a condenação mundial generalizada de Pi-

*Será que não haverá Outono para este Patriarca, nem justiça para o Chile? Enquanto não houver, continuará sendo uma sociedade traumatizada*

nochet, e o desejo de muitas nações de julgar ao ex-tirano, o governo chileno da Concertação está providenciando as cartadas que impeçam que este (e muitos outros assassinos que todavia passeiam livre e impunemente pelas ruas do Chile) sejam levados a juízo, e se faça assim, de uma vez por todas, justiça. Enquanto ela não ocorre, o Chile continuará sendo uma sociedade traumatizada e em dívida consigo mesma.

A DC no governo realizou em menos de dois meses mais gestões e demonstrou maior vigor na defesa do ex-ditador do que fez pelas milhares de vítimas da ditadura. Por isso custa a crer nas declarações do presidente Frei na cidade do Porto (Portugal), na VIII Cúpula Íbero-Americana, onde o surpreendeu a notícia da detenção de

Pinochet, em outubro de 1998: “Os chilenos devem ser julgados no Chile” (*El Mercurio*, 19.10.98).

O chanceler José Miguel Insulza foi a figura-chave na ofensiva diplomático-política da administração Frei para defender Pinochet. Por isso, várias federações de estudantes universitários pediram sua renúncia por considerar que “o governo, através de sua pessoa, se faz cúmplice e acobertador do acusado Pinochet” (*El Mercurio*, 20.10.98).

Agora mesmo a DC está atuando para inibir (já que não pode suprimir) a realização de campanha política pelo julgamento dos torturadores. Em reação à propaganda eleitoral utilizada pelo comando juvenil da candidatura presidencial de Ricardo Lagos (“Os torturadores vão votar! Derrote-os com teu voto. Junta-te à força de Lagos”), a DC criticou publicamente tais slogans (*La Tercera*, 5.1.99). Isso quando uma pesquisa demonstrou que dois terços dos chilenos consideram que Pinochet é passível de culpa e que deveria ser julgado no Chile.

A mesma sondagem indicou que Lagos tem 32%, Lavin, da direita, 15%, e Zaldivar, da DC, 17% (*The Financial Times*, 3.12.98).

E este é o problema central: com Pinochet na Espanha ou de volta ao Chile, um triunfo de Lagos pode desencadear processos de democratização inaceitáveis para o modelo neoliberal e... para o continuísmo pinochetista. **RA**

# TIMOR LESTE, AS "VÍTIMAS QUE NÃO VALEM A PENA"

Noam Chomsky

Timor Today/Internet



*O lingüista norte-americano escreveu esse artigo (divulgado por Rebelión, com tradução de Jesús Gómez e Natalia Cervera) bem antes da intervenção das forças de paz da ONU no Timor Leste, que só ocorreu no final de setembro. No entanto, para quem observava, ainda em outubro, o reduzido efetivo das forças de paz, a minguada ajuda internacional (inclusive a brasileira) e a desenvoltura das milícias ligadas à Indonésia, o texto de Chomsky permanecia forte e atual.*





á três boas razões para que os norte-americanos preocupem-se por Timor Leste.

Em primeiro lugar, desde a invasão indonésia de dezembro de 1975, o Timor Leste sofreu algumas das piores atrocidades da era moderna. Em segundo lugar, o governo dos EUA desempenhou um papel decisivo no aumento de tantas atrocidades e pode atuar para mitigá-las ou eliminá-las com facilidade. Não é necessário bombardear Jacarta, nem impor sanções econômicas. Haveria bastado, em qualquer momento, que Washington retirasse seu apoio ao governo da Indonésia e informasse a seu cliente que o jogo havia terminado. Isto continua sendo válido, quando a situação se aproxima de um ponto crucial: a terceira razão.

O presidente Clinton não necessita que o instruem acerca de como proceder. Em maio de 1998, Madeleine Albright, secretária de Estado, pediu ao presidente Suharto que se demitisse e permitisse uma “transição democrática”. Poucas horas mais tarde, Suharto transferiu o poder a seu vice-presidente escolhido a dedo. Ainda que não tenha sido uma simples relação de causa e efeito, os acontecimentos ilustram as relações que prevalecem. Deter a tortura no Timor Leste não haveria sido mais difícil do que acabar com o ditador da Indonésia em maio de 1998.

Pouco antes, a administração de Clinton apoiava Suharto e o definia como “o homem adequado para

***Clinton apoiava Suharto, seguindo precedente de 1965, quando o general tomou o poder e o Exército massacrou o Partido Comunista (PKI) e cometeu um dos piores assassinatos em massa do século XX***

nós”, seguindo o precedente estabelecido em 1965, quando o general tomou o poder e dirigiu os massacres perpetrados pelo Exército, que acabaram com o único partido político com grande implantação no país (o PKI, um partido comunista que gozava do apoio popular) e devastaram sua base social em “um dos piores assassinatos em massa do século XX”. Segundo um informe da CIA, os massacres foram comparáveis aos realizados por Hitler, Stálin e Mao. Centenas de milhares de pessoas foram assassinadas; quase todas, camponeses sem terras.

Tal êxito foi recebido com absoluta euforia no Ocidente. O “espantoso genocídio” converteu-se em “um raio de luz na Ásia”, segundo dois comentários, paradigmáticos da reação geral dos meios de comunicação ocidentais, publicados no *New York Times*. As grandes empresas correram para o que muitos chamavam o “paraíso para os investidores” de Suharto, apenas limitado pela voracidade da família do ditador. Durante mais de 20 anos, Su-

harto foi aclamado pelos meios de comunicação como um “moderado” de “bom coração”, ainda que tivesse um recorde de assassinatos, terror e corrupção com poucos competidores na história posterior à Segunda Guerra Mundial.

Suharto gozou do apoio do Ocidente até que cometeu seus primeiros erros: perder o controle e duvidar sobre a hora de aplicar as duras prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Só então chegou o pedido de Washington de “uma transição democrática”, que não incluía a possibilidade de que o povo do Timor Leste desfrutasse do direito à autodeterminação, respaldado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo Tribunal Internacional.

Em 1975, Suharto invadiu o Timor Leste, país que estava sendo governado por seu próprio povo depois do colapso do império português. EUA e Austrália sabiam que ocorreria a invasão e a autorizaram. O embaixador australiano Richard Woolcott recomendava, em papéis que mais tarde vazaram na imprensa, a via “pragmática” do “realismo de Kissinger”, porque fazer um bom acordo sobre as reservas de petróleo do Timor seria mais fácil com a Indonésia do que com um Timor Leste independente. Naquela época, 90% das armas do exército indonésio procediam dos EUA, porém seu uso estava restrito, pelos termos do acordo, à “defesa”. Seguindo a doutrina do “realismo de Kissinger”, Washington aumentou o fluxo de armamentos enquanto declarava uma suspensão da entrega de armamentos,

simultaneamente, e a opinião pública permaneceu na ignorância.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas ordenou à Indonésia que se retirasse do Timor Leste, porém sem resultado. Daniel Patrick Moynihan, embaixador dos EUA nas Nações Unidas naquela época, explicou o fracasso da resolução da ONU em suas memórias. O embaixador vangloriou-se de haver conseguido que a ONU fosse “profundamente ineficaz quanto às medidas que precisaria tomar”, porque “os EUA desejavam que as coisas ocorressem como ocorreram”, e “trabalharam para conseguir isso”. Quanto a como “se desenvolveram os acontecimentos”, Moynihan comenta que, em poucos meses, haviam assassinado 60 000 cidadãos do Timor Leste, “quase a proporção de vítimas sofridas pela União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial”.

O massacre continuou e alcançou seu ponto mais alto em 1978, com a ajuda de novas armas entregues pela administração de Carter. As mortes foram calculadas em 200 000, o pior massacre de população civil desde o Holocausto. Em 1978, França, Grã Bretanha e outros países uniram-se aos EUA, dispostos a arrancar o que pudessem do massacre. O protesto no Ocidente foi minúsculo, e apenas informou-se sobre o que vinha acontecendo. A cobertura jornalística por parte dos meios de comunicação dos EUA, que havia sido intensa no contexto da preocupação com a derrocada do império português, diminuiu até praticamente inexistir em 1978.

***Após a invasão do Timor Leste, em 1975, o Conselho de Segurança da ONU ordenou à Indonésia que se retirasse, em vão. O embaixador dos EUA vangloriou-se de haver levado a ONU ao fracasso***

Em 1989, a Austrália firmou um tratado com a Indonésia para explorar o petróleo da “província indonésia de Timor Oriental”, uma região que segundo alguns intelectuais realistas não é economicamente viável, e que portanto não pode aceder ao direito à autodeterminação. O acordo de Timor Leste passou a vigorar imediatamente depois que o Exército assassinara vários milhares mais de cidadãos timorenses, na comemoração, em um cemitério, de um assassinato cometido pouco antes pelo Exército. As empresas petrolíferas ocidentais uniram-se ao espólio, sem suscitar comentários.

Depois de 25 anos terríveis, por fim deram-se passos que poderiam acabar com o horror. A Indonésia permitiu a realização de um *referendum* em agosto de 1999, para que os cidadãos de Timor escolhessem entre a autonomia, dentro da Indonésia, e a independência. Era claro que, sendo o voto minimamente livre, venceriam as forças independentistas. O exército de ocupação indonésio (EOI) atuou com rapidez

para impedi-lo. O método foi simples: organizaram forças paramilitares para aterrorizar a população enquanto o EOI adotava uma atitude de “negativa verossímil”, que rapidamente fracassou ante a presença de observadores estrangeiros, os quais puderam comprovar de primeira mão que o EOI armava e protegia os assassinos. Segundo informações dignas de crédito, as milícias encontraram-se sob a direção da Kopassus, as temidas forças especiais da Indonésia, modeladas à imagem e semelhança dos boinas verdes dos EUA, e “lendárias por sua crueldade”, como observa Benedict Anderson, importante intelectual da Indonésia.

Anderson acrescenta que, no Timor Leste, “a Kopassus converteu-se em pioneiro e exemplo de todo tipo de atrocidades”, entre as quais violações sistemáticas, torturas, execuções e organização de bandos de delinquentes. No mesmo sentido, David Jenkins, veterano correspondente australiano na Ásia, comenta que estas “forças especiais de choque receberam treinamento regular com forças norte-americanas e australianas até que seu comportamento converteu-se em mal-estar para seus amigos estrangeiros”.

O Congresso dos EUA proibiu o treinamento de assassinos e torturadores no IMET (Programa de Treinamento e Formação Militar Internacional), porém a administração de Clinton encontrou formas de burlar a legislação, e embora tenha irritado o Congresso nada mais aconteceu. As proibições parlamentares podem ser mais eficazes agora, mas, sem o tipo de investigação

que raramente leva-se a cabo com relação às atrocidades apoiadas pelos EUA, não há razões para confiar nessas proibições.

A conclusão de Jenkins, no sentido de que a Kopassus segue “tão ativa como sempre no Timor Leste”, foi comprovada por observadores próximos. “Muitos desses membros do exército assistiram a cursos do IMET nos EUA, agora suspensos”, escreveu ele. Suas táticas recordam o Programa Phoenix dos EUA, aplicado no sul do Vietnã, e com o qual foram assassinados dezenas de milhares de camponeses e muitos dos líderes indígenas sul-vietnamitas, assim como as “táticas empregadas pelos Contra” na Nicarágua, em aplicação das lições que receberam de seus mentores da CIA, e que não será necessário rever. Os terroristas de Estado “não se limitam a perseguir as pessoas mais radicalmente independentistas, mas também aos moderados, às pessoas que têm influência em sua comunidade”.

“É Phoenix... observa uma importante fonte de Jacarta”, escreve Jenkins. E a fonte acrescenta que o objetivo é “aterrorizar a todo o mundo, às ONGs, à Cruz Vermelha, às Nações Unidas e aos jornalistas”. A consecução desse objetivo teve não pouco êxito. Desde abril, as milícias dirigidas pela Indonésia empreenderam uma onda de atrocidades e assassinatos. Mataram centenas de pessoas, muitas delas nas igrejas em que se haviam refugiado; queimaram cidades e levaram dezenas de milhares de pessoas para campos de concentração nas montanhas, onde, segundo in-

***As milícias encontram-se sob a direção da Kopassus, temida força especial da Indonésia, modelada à imagem e semelhança dos boinas verdes dos EUA, e lendária por sua crueldade***

formou-se, milhares delas foram literalmente escravizadas para que trabalhem na colheita de café. “Chamam-lhes deslocados internos”, comentou uma religiosa australiana, “porém são reféns das milícias. Disseram-lhes que serão mortos se votarem a favor da independência”. Calcula-se em mais de 50 000 o número de deslocados.

As condições sanitárias são terríveis. Um dos poucos médicos que se encontram na zona, o voluntário norte-americano Dan Murphy, informou que diariamente morrem entre 50 e 100 cidadãos por enfermidades curáveis, enquanto a Indonésia “mantém uma política deliberada de não permitir que cheguem medicamentos ao Timor Leste”. Murphy detalhou nos meios de comunicação australianos os atrozes crimes que presenciou, e jornalistas da Austrália e voluntários elaboraram um informe impressionante.

A ONU adiou duas vezes o *referendum* por culpa do terror, que alcançou inclusive os escritórios e ca-

ravanas da ONU que levavam doentes para tratamento. Murphy e outros comentam que o EOI tornou-se valentão pela falta de interesse do Ocidente. “A declaração de um importante diplomata dos EUA resume a situação: o Timor Leste é o Haiti da Austrália”. Em outras palavras, não é um problema dos EUA, país que ajudou a criar e a manter o desastre em Timor Leste e que poderia detê-lo com suma facilidade. Os que conhecem a verdade sobre a intervenção dos EUA no Haiti apreciarão a ironia.

Na cena do terror, Carlos Ximenes Belo, bispo e prêmio Nobel, pediu “uma força militar internacional” para proteger a população do terror indonésio e para permitir a realização do *referendum*. Porém não se fez nada. A “comunidade internacional”, ou seja, as potências ocidentais, prefere que o Exército indonésio proporcione “segurança”. A administração de Clinton autorizou o envio de alguns observadores da ONU, desarmados, porém depois adiou sua viagem.

O panorama dos últimos meses contrasta de forma particularmente descarada com a pose beata dos “Estados ilustrados”. Porém só serve para demonstrar, novamente, o que deveria ser evidente: nada de substancial mudou. Os cidadãos de Timor Leste são “vítimas que não valem a pena”. Nenhum poder está interessado em amenizar seu sofrimento, nem sequer em dar alguns passos simples para detê-lo. A demorada e conhecida história continuará, em Timor Leste e em todo o mundo, se não se produzir uma reação popular significativa. RA





# PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak

Médicos e professores universitários

*Apresentada como a chegada da modernidade ao setor,  
a privatização é profundamente reacionária. As fundações  
privadas de direito público não são fiscalizadas e  
pouco têm feito no sentido de servir a população*

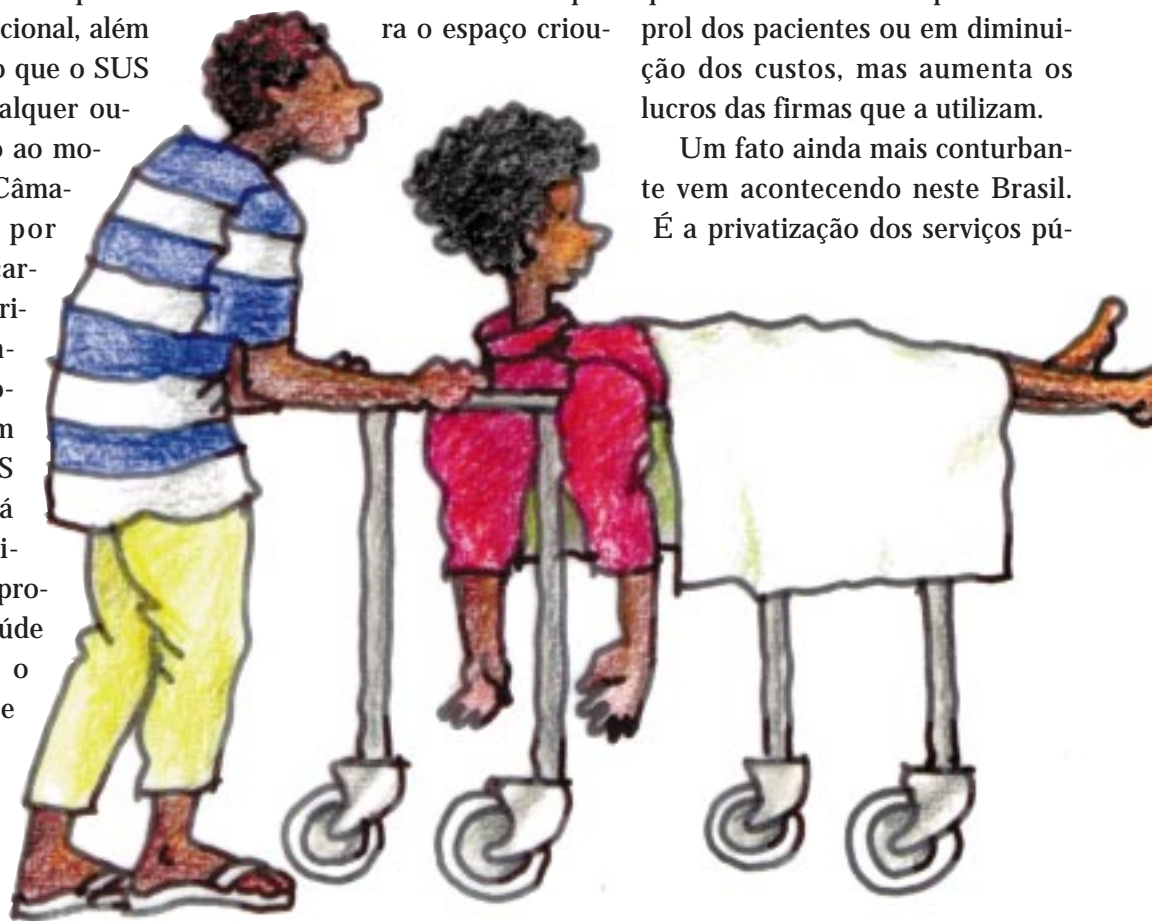
**E**stamos indo numa direção que consideramos indesejável na organização de nossos serviços de saúde. Resolveram copiar o sistema norte-americano, que é único no mundo e com o qual a população americana não está satisfeita, ao invés de imitar modelos europeus, que são o embasamento do nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Parece que alguém assumiu que o SUS é mais ou menos como a falecida e não lamentada União Soviética, ou seja, uma linda idéia fracassada na prática. Segundo nossa opinião isto não é bem assim e, até muito pelo contrário, o SUS constitui plano perfeitamente viável, desde que haja vontade política, com organização racional, além de profissional. É claro que o SUS fica inviável, como qualquer outra coisa, se submetido ao modelo pítico e da nossa Câmara de Vereadores, por exemplo, quando os cargos são loteados e distribuídos apenas por influências políticas, como infelizmente tem acontecido. O SUS também nunca será adequado enquanto lideranças sindicais dos profissionais da área da saúde não perceberem que o propósito corresponde a servir o usuário, o paciente, e não os estatamentos que trabalham no contexto. Aliás, uma das fon-

tes de desmanche dos sistemas públicos de saúde teve nexos com as greves suicidas que nossos caríssimos próceres sindicais repetidamente lançaram, sem entender por que a população depois nunca mais os apoiou. Inclusive, tais greves tornaram-se apreciadíssimas nas Medicinas de Grupo, que até usaram a sua existência para vender seus serviços.

O modelo norte-americano separa um pedaço da população que ninguém quer atender: os pobres muito pobres e os velhos pobres, assistidos em *Medicaid* e *Medicare*. Todos os demais cidadãos viram-se através de convênios ou trabalhando em empregos que providenciam atendimento. Como o custo da medicina norte-americana andava indo para o espaço criou-

se a *Managed care*, que controla desperdícios na assistência médica. Existem? Sim, e muitos. São solicitados exames ao invés de usar bom-senso e há prescrição de remédios muito caros quando outros mais baratos seriam até mais eficientes. A indústria de aparelhos cria obsolescência programada nos seus equipamentos e a propaganda de medicamentos faz com que sempre se prefira o mais novo, de última geração. Ocorre diplomação de gerações de médicos claramente mal preparados não apenas nas escolas de segunda, terceira ou quarta linhas e elas suprem suas limitações de conhecimento usando a tecnologia como muleta. Entretanto, a *Managed care* não reverte as economias que indubitavelmente produz em prol dos pacientes ou em diminuição dos custos, mas aumenta os lucros das firmas que a utilizam.

Um fato ainda mais conturbante vem acontecendo neste Brasil. É a privatização dos serviços pú-



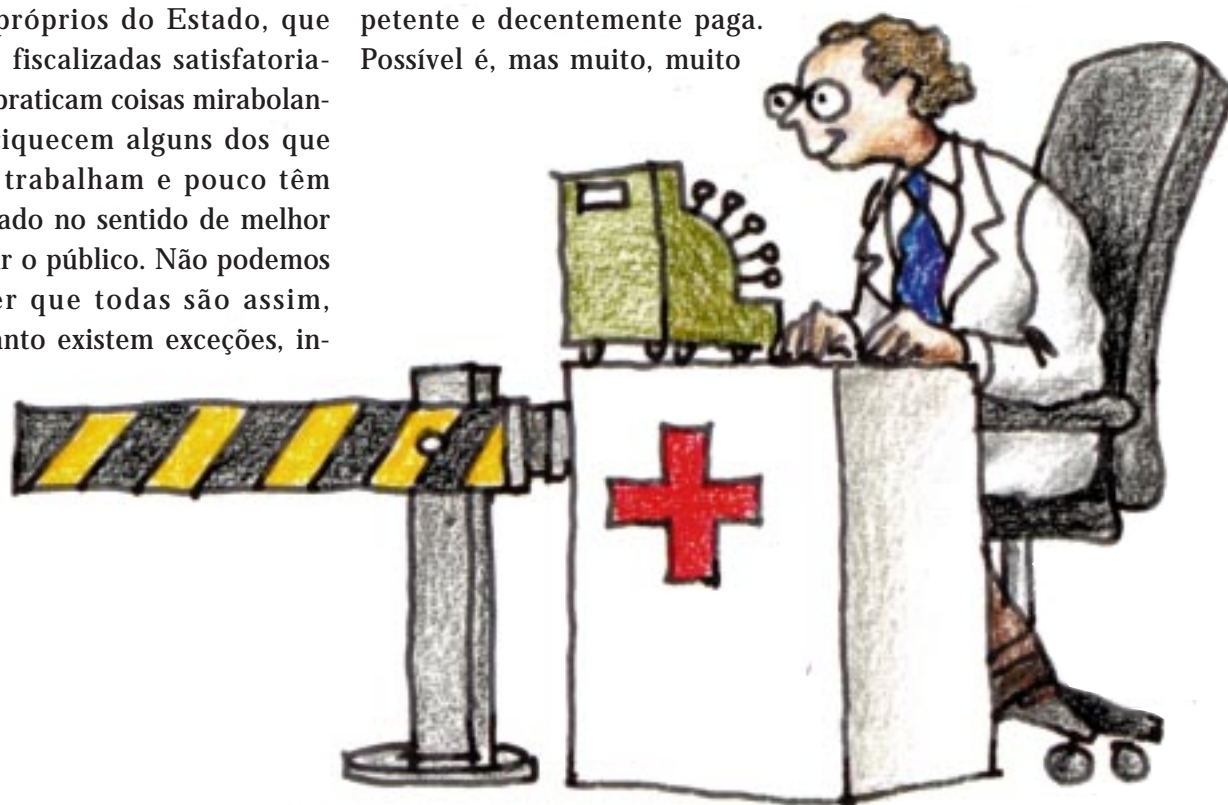
blicos, de maneira curiosa. O Governo paga os grandes investimentos, relacionados com prédios, equipamentos e insumos, ficando os lucros para os que operam os hospitais, indo partes maiores para alguns. A privatização, que é apresentada como a chegada da modernidade ao setor, na verdade é algo profundamente antigo, reacionário e tradicional no país, correspondendo ao que pode ser chamado de patrimonialismo: quem está no poder usufrui das vantagens do cargo pessoalmente e não em favor das pessoas que deveria servir. A propósito, é antiga a piada conforme a qual no Brasil serviço público é o que os americanos chamam de *oxymoron*: não é serviço e de público só tem o nome. Aconteceu de forma progressiva a implantação de Fundações privadas de direito público, dentro de próprios do Estado, que não são fiscalizadas satisfatoriamente, praticam coisas mirabolantes, enriquecem alguns dos que nelas trabalham e pouco têm efetuado no sentido de melhor servir o público. Não podemos dizer que todas são assim, porquanto existem exceções, in-

capazes de minimizar a dedução de colocar as referidas Fundações como más soluções. Pelo contrário, podem caracterizar gigantesco problema no dia em que as inadequações transparecerem.

O SUS, insistimos, é uma idéia correta nos seus princípios e o grande defeito dele, demarcado pela falta de atenção a moléstias muito complexas, afigura-se facilmente suprimível com incorporação, de maneira organizada e remuneração adequada, dos hospitais universitários, que são exatamente os que podem propiciar boa atenção às patologias eivadas de dificuldades. Sistemas de referência e contra-referência são aptos a deixar o SUS extremamente lógico e capaz de grandes economias. Claro que isto requer gerenciamento igual ou melhor do que o de serviços privados; todavia, isto exige gente competente e decentemente paga. Possível é, mas muito, muito

difícil no âmbito do desmonte do serviço público, que continua cada vez mais intenso hoje.

Não queremos dar uma de profetas e muito menos de Cassandra. Cremos que a privatização e a fundatização da assistência médica pública vão dar com os burros n'água mais cedo do que parece. Aguardamos um plano governamental sério e ordenado que resgate o SUS, corrigindo alguns dos exageros que são textos legais. Como ilustração, lembramos que nenhum sistema de saúde do mundo fornece tudo, incluindo remédios, a todos. Serviços que têm demanda infinita exigem racionalização de recursos e decisões criteriosas, por meio de estruturas abertas, possibilitando discutir e garantir o que pode ser ou não concedido indiscriminadamente. **RA**





# ANISTIA, ANO 20



Brasília,  
agosto  
de 1979



## *História, paradoxos e limites do perdão legal que a Ditadura viu-se obrigada a conceder em 1979 aos seus opositores*

**A**nistia de 1979 foi a vitória possível do movimento popular, resultado de uma correlação de forças que ainda favorecia precariamente a Ditadura Militar. Como sintetizou na época o semanário *O São Paulo*, da Igreja católica, a anistia foi “anêmica e parcial”. Ainda assim, foi uma concessão que os militares e seus sócios civis fizeram a contragosto — e que terminou por enfraquecer o regime e acentuar seu declínio, em meio à maré crescente de lutas operárias contra o arrocho salarial e ao fortalecimento dos setores dissidentes do empresariado, encarnados pelo MDB.

A lei 6.683/79, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 22 de agosto e sancionada pelo último ditador-presidente, general João Figueiredo, no dia 28 de agosto, concedia anistia “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores de administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares e outros diplomas legais”.

A lei excluiu dos benefícios da anistia os militantes políticos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal” (artigo 1º, parágrafo 2º), os quais, pelas contas do próprio governo na época, eram ao todo 195. Portanto, a lei afrontou a palavra-de-ordem e principal bandeira dos movimentos pela anistia, encampada até por figuras como o senador arenista Teotônio Vilela: “Anistia ampla, geral e irrestrita”.

Concomitantemente à exclusão dos que pegaram em armas contra a Ditadura, foram anistiados aqueles que cometeram crimes “conexos”, ou seja, “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (artigo 1º, parágrafo 1º). A bisonha invenção do “crime conexo” destinava-se a proteger de uma eventual punição legal os agentes da repressão. Assim, punham-se a salvo da justiça os militares de variadas patentes e policiais responsáveis pelo seqüestro, prisão e tortura, por motivos políticos, de milhares de pessoas — das quais mais de 400 foram assassinadas.

### *Sob vaias*

Além disso, a lei impunha dificuldades e prejuízos aos servidores civis e militares perseguidos ou punidos pelo regime. Assim, o retorno ou a reversão ao serviço ativo

“somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o funcionário ou servidor, civil ou militar ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da administração” (artigo 3º).

Portanto, tornava-se fácil aos burocratas ligados à Ditadura negar aos servidores a reintegração. Ainda hoje, são muitos os militares que foram anistiados mas jamais reintegrados. Além disso, foi-lhes expressamente negado o direito a “vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos” (artigo 11º).

É fácil compreender, assim, a reação dos quase 2 000 manifestantes que lotavam as galerias do Congresso naquele histórico 22 de agosto de 1979, quando o governo e seu “braço parlamentar”, a Arena, conseguiram aprovar a duras penas o substitutivo do deputado Ernani Satyro ao projeto de anistia. Por escassa margem (209 votos a 195), “foi rejeitado o substitutivo do MDB que concederia anistia ampla, geral e irrestrita, excetuando apenas os torturadores” (*Jornal de Brasília*). Em seguida, por apenas cinco votos (206 a 201), foi rejeitada emenda do deputado Djalma Marinho, da Arena, que estendia a anistia a todos aqueles que cometeram crimes por motivação política.

Os apoiadores da anistia, que tiveram de disputar lugares nas galerias com 800 soldados da Aeronáutica, castigaram com vaias os parlamentares que defenderam o projeto da Ditadura, como Nelson Marchezan e Jarbas Passarinho. O presidente do Congresso, Luiz Vianna, ameaçou retirar os manifestantes quando estes puseram-se todos de pé para vaiar o coronel e deputado arenista Erasmo Dias, chamado repetidas vezes de “assassino” quando pronunciou seu voto contra a emenda Marinho.

## Teoria canhestra

“Não terá sido o projeto ideal, sequer aquele que atende a todas as aspirações nacionais, mas, justi-

ça se faça, um ano atrás jamais se imaginaria pudesse a Revolução avançar até onde avançou, isto é, permitir a volta à atividade política de antigos líderes como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Márcio Moreira Alves, Luis Carlos Prestes e outros”, escreveu Carlos Chagas, jornalista com trânsito entre os militares, no dia seguinte à votação no Congresso.

“Ficaram fora da anistia os que cometeram atos de terrorismo e não foram ainda condenados, espera-se que todos eles, ou seja, não só os adversários do governo, mas também os do seu lado, que no passado mais ou menos recente empenharam-se na prática da tortura e sucedâneos, tão terroristas quanto os outros. A teoria dos crimes conexos aos crimes políticos estarem



Manifestação pela Anistia em Brasília, em agosto de muitos familiares de presos políticos e de mo

também anistiados é canhestra e não subsiste ao menor exame legal”, acrescentou, alegando que a Constituição proibia claramente que o Poder Judiciário deixasse de

## PERSEGUIÇÃO AOS FUNCIO

A Ditadura implantada em 1964 reinstaurou a prática adotada pelo governo “democrático” do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951): a punição massiva de servidores públicos “suspeitos”. Dutra fez aprovar no Congresso lei que o autorizava a exonerar funcionários comunistas ou tidos como tais, e demitiu em massa, além de destituir milhares de sindicalistas que lhe faziam oposição, superando mesmo o índice de ex-

purgos do Estado Novo.

Ao enfrentar as turbulências de 1968, o regime de 1964, que teve em Dutra um de seus patronos, jogou definitivamente “às favas os escrúpulos”, como propôs o então ministro Jarbas Passarinho ao general-presidente Costa e Silva, e editou uma obra-prima na área, o Ato Institucional nº 5, ou simplesmente AI-5, que permitiu, entre outras medidas de força, a aposentadoria compulsória de professores universitários

e a remoção de juízes independentes.

Como registra o *Livro Negro da USP*, produzido e editado pela Adusp já em 1978 (portanto ainda antes da Anistia), as primeiras punições de docentes da USP foram dadas a conhecer em 28 de abril de 1969, com a publicação, no *Diário Oficial da União*, de um “estranho decreto” baseado no AI-5 e que aposentava compulsoriamente “-nos cargos que ocupam nos órgãos da adminis-

tração federal” os professores Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e Villanova Artigas, todos da USP. Um erro flagrante.

Da lista faziam parte, ainda, Bolívar Lamounier, Elisa Esther Frota Pessoa, José Leite Lopes, Lincoln Bicalho Roque (que viria a ser assassinado pelos órgãos de repressão do I Exército em 1973), Quirino Campofiorito e mais 34 servidores. O decreto foi assinado por Costa e Silva, Tarso Dutra, ministro





to de 1979, com a presença  
rtos e desaparecidos

apreciar “qualquer lesão de direito individual” (*Jornal de Brasília*).

Outro jornalista, Leonardo Mota Neto, observou que a anistia deu um golpe de morte no “gra-

dualismo” implantado pelo ditador anterior, Ernesto Geisel. “O gradualismo, que já acabou para o governo no setor econômico com a ascensão do ministro Delfim Netto, sofre agora um grande revés na área política com a meia-vitória de seu projeto de anistia, na verdade uma derrota do esquema político-parlamentar do Palácio do Planalto”, anotou. Previa que Figueiredo, “ainda vivendo a perplexidade de uma aprovação do substitutivo Satyro por apenas 5 votos”, seria obrigado “a alterar seu cronograma de ação no campo institucional, que programa desdobramentos gradualísticos”. O que viria a seguir, porém, seria uma tentativa de sobrevivência da Ditadura: o voto vinculado, obrigando o eleitor a votar num único partido.

## Longo caminho

A luta pela anistia percorreu um longo caminho até a vitória conquistada em Brasília. Em sua edição de 11 de maio de 1978, por exemplo, o vetusto jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava: “No Largo cercado, o ato pela anistia”. Tratava-se de uma atividade do Comitê Brasileiro pela Anistia-seção São Paulo, cujos objetivos foram “anunciados ontem para mais de 4 mil pessoas reunidas em ato público no pátio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco”. Na mesma página, o *Estadão* reportava ainda uma manifestação pela Anistia em Campinas, com mil estudantes da PUC e da Unicamp, um debate no Centro Acadêmico de Medicina da USP, e

## DISCRICIONÁRIOS PÚBLICOS

da Educação, e Gama e Silva, que se afastara da Reitoria da USP para assumir o Ministério da Justiça.

Expurgo do reitor

Novo decreto, publicado dois dias depois, atingiu direta e expressamente a USP. Foram relacionados 24 nomes, entre eles o do reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, que tivera a decência e o desassombro de protestar contra o decreto anterior. Foram punidos com aposentadoria

compulsória ou rescisão de contrato Bento Prado Júnior, Elza Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Jean Claude Bernadet, Mário Shemberg, Octávio Ianni, Paulo Duarte, Paul Singer, Alberto de Carvalho da Silva, Jon Andoni Maitrejean, José Arthur Gianotti, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Paula Beiguelman e Paulo Mendes da Rocha.

Os outros sete lista-

vinculados à USP. O professor Júlio Puddles, por exemplo, demitido já em 1964, em razão do inquérito policial-militar (IPM, um dos primeiros instrumentos discricionários do regime) realizado na Faculdade de Medicina, não fora readmitido. Caio Prado Júnior só tinha o título de livre-docente pela USP.

Após a anistia, alguns professores conquistaram a reintegração, como Paul Singer, na Faculdade de Economia,



Carlos Cuteller

Isaias Raw, na Faculdade de Medicina, e Jean-Claude Bernadet (*foto acima*), na Escola de Comunicações e Artes. Outros, como Florestan Fernandes, não chegaram a ser reintegrados.

uma missa celebrada em Apucarana (PR) em homenagem a um estudante que teria sido morto pelos órgãos de segurança.

Em julho de 1978, o CBA-SP aprovou seu Programa Mínimo de Ação, listando como objetivos o fim “radical e absoluto” das torturas; a libertação dos presos políticos e a volta dos casados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos; a elucidação da situa-

ção dos desaparecidos; a reconquista do direito ao *habeas-corpus*; o fim do tratamento desumano dado aos presos políticos; a revogação da Lei de Segurança Nacional e o fim da repressão às atividades políticas; e o apoio às lutas pelas liberdades democráticas.

Em relação aos presídios políticos, a pior situação parecia ser a de Itamaracá (PE), onde os presos políticos entraram em greve de fome em abril de 1978, para protestar contra o confinamento a que estavam submetidos, havia mais de dois anos, os detentos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante. A solidariedade a Carlos Alberto e Rholine alastrou-se rapidamente por outros presídios políticos do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Juiz de Fora. Ao todo, 84 presos políticos entraram em greve de fome no Brasil, num dos mais belos episódios da luta con-



A luta pela anistia era também uma luta pela derrubada da Ditadura

tra a Ditadura. O isolamento dos detentos foi quebrado, ainda que por pouco tempo.

A movimentação pela Anistia seguiu crescente. Em novembro de 1978, em São Paulo, foi realizado o Congresso Nacional pela Anistia, que lançou um “Manifesto à Nação”. Em julho de 1979, 1 500 pessoas reuniram-se no Teatro da PUC-SP, o Tuca, em novo ato em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. O ápice de todas essas jornadas foram os atos realizados em Brasília, na véspera e no dia da votação do projeto de lei, e em diversas cidades do país, quando a lei foi, enfim, sancionada.

## Os familiares

Passadas duas décadas, familiares das vítimas de perseguição política continuam a denunciar a impunidade dos facínoras que, a serviço dos órgãos de repressão da

Ditadura, trucidaram brasileiros. Da mesma forma, apontam a insuficiência das reparações já concedidas legalmente pelo Estado.

Marta Nehring, que nasceu no ano do golpe militar, aos seis anos teve o pai, Norberto Nehring, preso e torturado até a morte. Viveu, aos quinze, a emoção da conquista da anistia, que prometia trazer da França seu tio exilado, João Quartim de Moraes. “É uma lembrança festiva. Não cheguei a participar dessa luta. Mas lembro que foi uma alegria, um dos grandes eventos na minha memória de criança”, diz.

Amélia Teles, ela mesma esposa política, dirigente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, viu a promulgação da anistia como um momento de oxigenação da luta, com o retorno de companheiros exilados. “A anistia não foi uma dádiva do regime, foi conquistada”, enfatiza



Teotônio Vilela discursa: o senador da Arena encampou a luta pela anistia

Amelinha, como é conhecida. Ela discorda do entendimento, quase consensual, de que a lei anistiou os torturadores: “Nem a repressão teve essa coragem. A anistia foi concedida nominal e individualmente e eles não estavam incluídos”.

“É hora de uma revisão. A anistia não foi completa. Torturadores não foram punidos. Militares de esquerda, por exemplo, não foram reintegrados pelo Exército. Crimes não foram esclarecidos. A história não foi contada por inteiro”, diz Marta Nehring, autora, ao lado de Maria Oliveira, do vídeo *15 Filhos*, produzido para um evento em homenagem às vítimas da Ditadura, realizado pela Unicamp em março de 1996.

Grave omissão da lei de anistia, no entender de Amelinha, foi a exclusão de muitos militantes que foram torturados e passaram anos presos, como sua irmã Cri-

méia, que está entre os poucos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Além disso, os mortos e desaparecidos políticos não foram reconhecidos como tais em 1979. “O Estado tinha que assumir que cometeu crimes contra seus cidadãos e cidadãs. Mas usou a anistia para tentar colocar uma pedra em cima”.

Brechas, lacunas, silêncios da lei até hoje não resolvidos, segundo Amelinha. “Faltam ainda muitos reparos morais e materiais. As diversas leis que vieram depois, como a lei 9.140 que indenizou familiares, não encerraram o assunto”. Esta lei levou à criação, em 1995, de uma Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que atua no âmbito do Ministério da Justiça. Por meio dela o Estado reconheceu sua responsabilidade na morte violenta de 424 pessoas.

O trabalho da Comissão é relatado nos livros *Dossiê dos Mor-*

*tos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* (Grupo Tortura Nunca Mais e Governo Miguel Arraes) e o recém-lançado *Dos Filhos deste Solo* (Fundação Perseu Abramo), cujos autores são o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) e o jornalista Carlos Tibúrcio.

“Estamos até hoje lutando pela anistia, pelo reconhecimento do tempo de trabalho perdido nas prisões, pelo esclarecimento

das mortes e desaparecimentos”. Amelinha lembra que o caso da vala de Perus, aberta nove anos atrás, ainda não teve um desfecho (*veja entrevista na p. 76*). “A Unicamp já disse que não continuará a investigar as ossadas retiradas da vala clandestina. O governo estadual não tomou providências. Falta vontade política!”, protesta.

Marta, por sua vez, aposta no fôlego da sociedade para empreender uma profunda revisão. “Tortura é crime contra a humanidade, imprescritível. Crianças e grávidas também foram torturadas. A sociedade brasileira tem o direito de saber quem torturou, quem patrocinou a tortura e a OBAN. Tudo isso, oficialmente”, exige.

“É necessário abrir os arquivos do Exército. Temos de contar os fatos e conseguir pelo menos a execração pública da tortura e dos torturadores”. **RA**



## Luiz Eduardo Greenhalgh

# "A ANISTIA FOI A ÚNICA LUTA QUE NÓS GANHAMOS E LEVAMOS"

*O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh participou ativamente da história de resistência política dos brasileiros que enfrentaram a Ditadura e construíram o movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita. Entrar nessa luta era algo incompreensível para muitas pessoas alheias ao que ocorria nos cárceres e câmaras de tortura, como o próprio pai do então estudante de Direito, que lhe cassou os privilégios de família rica, como castigo pela escolha política e profissional. Mais tarde, o pai seria mais um brasileiro a apoiar a resistência aos generais. Em depoimento a **Rita Freire**, especial para a Revista Adusp, Greenhalgh faz um retrospecto da luta pela Anistia no Brasil.*

Carlos Gueller



## A prisão de Idibal Piveta

Meu envolvimento com a luta pela anistia começou antes, com a defesa de presos políticos. Era um sábado, em 1973, e eu li no *Estadão* a notícia de que um amigo meu, o Idibal Piveta, então advogado de presos políticos, tinha sido preso no DOI-Codi. Telefonei para o Airton Soares, sócio dele, e me ofereci para ajudá-lo no escritório, enquanto ele se liberava para cuidar do Idibal. Eu era ainda estudante de Direito e fazia estágio no escritório de advocacia do meu pai, especializado em desapropriações, e bem conhecido em São Paulo. Nunca tinha visto um preso político, nem tinha lido a Lei de Segurança Nacional. O Airton me mandou fazer uma visita à Casa de Detenção e foi aí que comecei a conhecer as pessoas que estavam presas, a tomar contato com os processos nas auditorias. O Idibal ficou preso durante 67 dias e eu fiquei esse tempo no escritório. Quando saí já tinha a certeza de ter dado outro rumo para a minha carreira profissional.

Meu pai ficou magoado, porque queria que eu assumisse o seu escritório. “Ficou de mal” de 1973 até o final de 1976. Me fez devolver o carro, sair de casa, não me deu mais nada. Fui morar no apartamento do zelador de um prédio da Rua Conselheiro Ramalho, na Bela Vista, e Madre Cristina me ajudou muito. Me formei, continuei no escritório do Airton e do Idibal e, em dezembro de 1976, peguei meu primeiro grande caso, que foi a queda da Lapa.

## Queda do PC do B expõe general

O estouro do aparelho do Comitê Central do PC do B pela repressão em 16 de dezembro de 1976 deixou mortos Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, e outros dirigentes foram presos, como Aldo Arantes e Haroldo Lima, que se tornaram meus clientes por indicação de Madre Cristina. Era um caso de repercussão internacional. E o primeiro com participação do general Dilermando Gomes Monteiro, já no Comando do II Exército, que se fazia de bonzinho, depois da queda do seu antecessor, o general Ednardo D'Ávila Melo.

Em 1975, houve a repressão ao Partido Comunista inteirinho. Em julho, a morte por “enforcamento” do tenente José Ferreira de Almeida. Em outubro, morre o Vladimir Herzog nas mesmas circunstâncias. E em janeiro de 1976, morre o Manoel Fiel Filho nas mesmas circunstâncias. Então a opinião pública, e a Igreja, com o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, fizeram uma pressão muito grande, e tiraram o general Ednardo do comando do II Exército.

Um general “bonzinho”, Dilermando, assumiu o comando, foi ao D. Paulo e disse que em sua gestão não haveria tortura, não ocorreriam mortes, e que respeitaria os direitos humanos. De janeiro a dezembro de 1976 houve poucas prisões, até o estouro do aparelho da Lapa. Descobri que meus clientes estavam sendo torturados e denunciei isso na imprensa. O general desmentiu em nota oficial. Dei ou-

tra entrevista perguntando por que o general não apresentava os presos. Ele, no dia seguinte, divulgou outra nota oficial dizendo que mais comunista do que os presos era o advogado deles. Isso me deu notoriedade, me colocou enfrentando a repressão, e também levou meu pai a fazer as pazes comigo. Quando o general disse que ia me processar, mas que não apresentava os presos, meu pai ligou dizendo: “Não abaxe a crista para esse general. Se os seus clientes foram torturados, não tenha medo de processos”.

## Um chacoalhão na LSN

Depois de 1976, acabei pegando os casos mais importantes da Justiça Militar, como o julgamento do Lula e da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e derrotamos a Lei de Segurança Nacional porque foi a primeira vez em que os réus não compareceram a um julgamento na Justiça Militar. O julgamento estava marcado para segunda-feira. Eu fui, na sexta-feira, à Auditoria Militar, e lá encontrei o soldado que deveria dar as senhas de meus clientes, datilografando alguma coisa. Vi que ele ficou branco, queria que eu saísse da sala, tirou rapidamente o papel da máquina e eu intuí que ele já estava datilografando a sentença. Depois ele me deu as senhas e fomos tomar um café. Eu disse que sabia o que ele estava fazendo e que só queria perguntar uma coisa: “Quanto o Lula vai pegar?” Ele respondeu: “Três anos e meio”. “E o Djalma (Bom)?” Tam-



bém três anos e meio”. “E o (José) Cicote?” Então ele parou: “Doutor, não falo mais nada!”.

Em função deste episódio, tivemos uma grande reunião com meus clientes e os outros advogados. Propus que nenhum de nós fosse ao julgamento. Depois de muita discussão, o Lula decidiu: “Se o Greenhalgh disse que não é para ir, não vamos”. Na segunda-feira, às 9 horas, a Avenida Briga-

deiro Luiz Antonio estava fechada, desde a Avenida Paulista até o Viaduto Maria Paula, com brucutus, soldados, cachorros e bombas. Mas não chegamos. Fomos para a casa do Lula em São Bernardo. Eles acabaram nomeando um advogado dativo, fizeram o julgamento, condenaram as pessoas àquelas penas, mas cometeram um erro. Datilografaram um agravamento da pena, por não comparecimento

dos réus, em uma máquina cujo tipo era diferente daquela usada para a sentença, que já estava pronta. Com isto conseguimos anular o julgamento no Superior Tribunal Militar, que reconheceu a farsa.

### Primeiros comitês pela Anistia

Desde o começo de 1975, os primeiros movimentos pela anistia

## MADRE CRISTINA, SOLIDARIE

Instituto Sedes Sapientiae

Rita Freire

Madre Cristina, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, dizia não entender por quê nunca tinha sido presa. Sua participação ativa e solidária, na resistência à ditadura, não era segredo para ninguém. Quando morreu, aos 81 anos, em 1997, gente de diferentes causas sociais e militância política apareceu para lembrar e agradecer ações de apoio e de coragem da psicóloga, religiosa, educadora e ativista política, em momentos difíceis, durante e depois do regime militar.

Nos anos 70, Madre Cristina buscava notícias de presos e desaparecidos e conseguia advogados para defendê-los. O próprio Instituto Sedes Sapientiae, sob seu comando, abrigou perseguidos políti-



Madre Cristina durante a construção do Sedes, na década de 70...

cos, reuniões clandestinas e tornou-se endereço de encontros pela anistia em São Paulo. Ali aconteceram a primeira reunião para montar o CBA, o primeiro Congresso Nacional do movimento em 1978 e as últimas tentativas de se ampliar os limites do projeto do governo, às vésperas da votação.

Ao inaugurar o Sedes, em 1977, Madre Cristina dizia ser aquele um espaço aberto aos que quisessem “estudar e praticar





vinham se organizando. Em 1974, houve uma eleição geral no Brasil. Tínhamos dois partidos, a Arena dizia “sim senhor” e o MDB, oposição, dizia “sim”. O povo, nessa eleição, votou em massa no MDB. O Quéricia, ilustre desconhecido, foi eleito senador por São Paulo com cinco milhões de votos. A análise desta eleição permitiu que a gente começasse a discutir um processo de anistia, de abertura

política, de redemocratização do país. Em São Paulo, em janeiro ou fevereiro de 1975, algumas mulheres lideradas pela Terezinha Zerbin fundaram, com ajuda da Madre Cristina, o Movimento Feminino pela Anistia. Mas eram pessoas, quando eu achava que o certo seria engajarmos entidades. No Rio de Janeiro, a Eni Moreira, advogada que trabalhava com o Sobral Pinto, também começou a articular

um Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual depois ela seria presidente. Era mais amplo, não só com a participação de mulheres, mas ainda eram pessoas. Conversei bastante com Madre Cristina e, aqui em São Paulo, começamos a assumir a perspectiva de um CBA com entidades representativas.

Então vieram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mesmo com o Joaquinção, pelegão na época

## DADE NOS ANOS DE CHUMBO

Instituto Sedes Sapientiae



... e nos anos 90, com o bispo d. Pedro Casaldáliga

um projeto para a transformação da sociedade”. Em vinte anos, no Sedes, nasceram ou ganharam espaço centros de educação popular, pastorais de Terra e do Índio, movimentos de saúde mental, direitos humanos, indígenas e a Secretaria Nacional do MST.

Formada em filosofia pela antiga Faculdade Sedes Sapientiae, em 1940, e criadora da primeira clínica de psicologia no Brasil, a religiosa apontava um papel

educativo e social para o psicólogo. Mas ela mesma foi além, como ativista. Certa vez, pôs-se a conversar com dois policiais que escoltavam um preso para um eletroencefalograma na clínica. Queria saber como se sentiam mantendo aprisionados jovens idealistas. “Eles se sentiram tão ameaçados que, pelo rádio, pediram reforço e cercaram o quartirão”, contou em sua última entrevista ao Conselho Regional de Psicologia.

Conta-se que Madre Cristina teria enfrentado pessoalmente o temido delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. “Eu nem sabia quem era o Fleury. Eu chegava lá (no DOPS) e dizia que tinha ido visitar meus netos. Quando eles queriam me impedir de entrar, eu ia passando e dizia que não estava perguntando se podia. E se eles ameaçavam atirar, eu dizia que podiam atirar. Não sei, acho que Deus estava comigo”, concluiu a religiosa, ao lembrar o quanto esteve exposta à repressão.

ca, a Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Arquidiocesana, a Adusp, que teve uma ação de grande importância ao publicar um livro negro da repressão política na Universidade de São Paulo. Vieram o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas e entidades do movimento estudantil que começavam a se reorganizar, como o Centro Acadêmico XI de Agosto, o DCE, a UEE. Eu representava advogados de presos políticos, outros eram representantes dos familiares de presos, outros dos médicos contra a tortura. Cada um de nós não estava representando a si próprio e tinha de dar satisfação a outros. A Ruth Escobar abria o Teatro para fazermos reuniões. Lembro de uma em que até o Fernando Henrique compareceu e falou dos professores cassados na USP.

### Tem ato! Onde? Na Sé

A primeira ação do CBA de São Paulo se deu por causa da prisão dos militantes da Convergência Socialista. Fomos para o pátio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na mesa, estávamos eu e a Veroca Paiva, filha do Rubens Paiva, o Marcelo Barbieri, que hoje é deputado federal, o Arnaldo Jardim, que a gente chamava de chefão, hoje deputado federal. Estávamos ali dirigindo o ato, com um bruto medo, quando tivemos a informação de que a Faculdade estava cercada pela tropa de choque. Pedi calma. A Veroca ficou toman-

do conta do ato e eu fui com mais algumas pessoas falar com o coronel Braga, que era comandante da PM e que avisou: “Vai tudo em cana!” E explicou: “Isto aqui é o resto de comunista que tem em São Paulo”. Argumentamos que era um ato pela anistia. Mas ele disse: “- Que anistia? É tudo subversivo!” Acabamos fazendo uma negociação: terminaríamos o ato e todo mundo sairia de mão na cabeça, mas ninguém seria preso. Foi quando montamos pela primeira vez um esquema de segurança. As pessoas mais visadas tinham que chegar em casa e ligar para o meu escritório.

O segundo passo foi um ato aberto, que fizemos no lado externo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Se tivesse polícia, a gente entraria correndo. Depois, uma terceira ousadia: nossa primeira passeata, do Largo São Francisco até a Praça da Sé, em 1977. As pessoas começaram a jogar papel picado. A Sé estava proibida desde maio de 1970, quando o governador Sodrê, no Dia do Trabalhador, levou a famosa pedrada. Mas chegamos na Sé, fizemos um pequeno comício e ninguém foi preso. Depois fizemos uma passeata mais longa: Teatro Municipal, Viaduto do Chá, Libero Badaró, Largo São Francisco, Senador Queiroz, Praça da Sé, e vimos simpatia da população. Começamos a pegar firme na bandeira, que era “Anistia ampla, geral e irrestrita” e fizemos nosso primeiro ato na Sé. Apenas chegamos. Montamos nossas bancas, instalamos som na catedral, com um fiozão grudado com esparadrapo para ninguém cortar. Daí para a

frente, ocupamos a Praça da Sé. Nos viciamos. Qualquer nota do governo que a gente não gostava, a resposta era ir para a Praça da Sé. “Tem ato! Onde? Na Sé!”. Era nosso exercício da liberdade. No dia da Anistia, 28 de agosto de 1979, nós faríamos atos no Brasil inteiro, simultâneos. Aquela foto da pomba pousada na faixa da Anistia seria feita nesse dia, na Praça da Sé, com 100 mil pessoas reunidas.

### A unificação do movimento

Cada comitê pela Anistia, em cada estado, era diferente, alguns tinham nascido por causa dessa luta, outros eram antigos comitês de direitos humanos. O primeiro Congresso Nacional pela Anistia, realizado nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 1978, reuniu 2 000 pessoas. Eu tive a certeza de que íamos ganhar. As reuniões eram feitas no Sedes Sapientiae. Mas também abrimos o Tuca e, pela primeira vez em público, chamamos os nomes dos nossos companheiros desaparecidos. Inventei de todo mundo dizer “presente” a cada nome. E foi uma emoção. Quem participou, nunca vai esquecer. Carlos Marighela: presente! Lamarca: presente!. E a cada um dos guerrilheiros: presente, presente, presente! Tinha família de desaparecido que falou pela primeira vez. Teve depoimento de mãe com o filho morto havia dez anos. E com filho exilado não sei onde. De militante que foi torturado e disse que ainda tinha delírio persecutório. As pessoas verbalizaram pela primeira



Carlos Gueller



Luiz Eduardo em seu escritório

vez, naquele ato público, o que tinham passado. O Congresso unificou a luta pela anistia. Juntamos em um livro o que era a luta das famílias dos desaparecidos, a luta dos presos políticos, dos exilados, dos banidos, a luta contra a tortura, contra a LSN. Eram os Anais do I Congresso Nacional pela Anistia, uma relíquia que ainda tenho. Editamos 5 000, depois mais 15 000 e distribuimos pelo Brasil, para entidades, para pessoas que recebiam e tinham que discutir coletivamente. Neste Congresso, nós tiramos uma executiva nacional: dona Iramaya Benjamin, do Rio de Janeiro, dona Helena Grecco em Minas, eu em São Paulo e gente do Brasil inteiro, gente com vivência.

## O governo vencido aos poucos

Quando fundamos o CBA em São Paulo, o general Golbery do Couto e Silva deu uma entrevista: “Não adianta vir com essa história de anistia. A revolução não foi, ela

é e continuará a ser”. No final do ano, em 1976, o Golbery deu outra entrevista dizendo: “Anistia não, mas nós podemos fazer uma revisão caso a caso, daqueles que não pegaram em armas ou tiveram bom comportamento carcerário”. Nós respondemos exigindo anistia ampla, geral e irrestrita. Mais para frente, ele disse que daria um indulto para os presos de bom comportamento. Dissemos “não”, queríamos anistia ampla, geral e irrestrita. Depois do Congresso da Anistia, Golbery disse que o governo estava disposto a dar uma anistia parcial. Dissemos “não”, teria que ser ampla, geral e irrestrita.

O primeiro contato do governo com o CBA, oficialmente, foi em junho de 1979, dois meses antes da promulgação da lei. Recebi um telefonema do chefe do gabinete do ministro da Justiça, Petronio Portela, informando que ele queria enviar uma cópia do anteprojeto de anistia. Perguntei se era ampla, geral e irrestrita. Ele disse que não, mas que o ministro falaria comigo.

Respondi que não e desliguei o telefone. Dois dias depois, Petronio Portela chamou um jornalista de *O Globo*, para uma entrevista qualquer. A notícia foi de que o jornalista viu sobre o sofá o anteprojeto da anistia, que o jornal publicou na íntegra. Mas quando foi divulgado, já tínhamos articulado um “cacete” nesse projeto, de norte a sul do país. Mal chegou ao Congresso Nacional, e o país já estava contra.

## A adesão de Teotônio

Um fato importante, nesse momento, foi a conversão do senador Teotônio Vilela. Tinha sido designado pelo governo relator da Comissão Especial de Anistia, para defender seu projeto. Fomos visitá-lo, para falar do CBA, e ele avisou: “Anistia é via de mão dupla e eu não vou defender anistia para terrorista”. Parei, voltei e falei: “Não conheço nenhum terrorista. Terrorista para mim é o governo. O sr. se disporia a visitar os presos para ver se encontra algum terrorista?” Ele perguntou se a gente organizaria as visitas e concordou. Havia presos políticos em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, por todo o Brasil. A primeira visita foi em São Paulo. Antes, o senador disse que em 31 de março de 1964 tinha saído com uma metralhadora em punho, em Macaí, caçando comunista.

Quando saiu do presídio Romão Gomes, a jornalista Marilena Chiarelli, da *Globo*, perguntou: “E aí, o que o sr. achou dos terroristas?” Ele disse que não tinha en-



contrado nenhum terrorista, somente jovens idealistas que arriscaram as suas vidas pela liberdade do Brasil. Ela parou e perguntou: “Mas o sr. hospedaria algum deles em sua casa?” Ele disse que hospedaria todos eles, convite que não faria a muitos ministros do atual governo. Aí o coração bateu alto. À noite, ele disse em uma palestra em Santos que foi o dia mais importante de sua vida, porque encontrou pessoas que tinham dado profundo sentido às suas vidas, e que se ele pudesse ajudar dali para a frente para que essas pessoas fossem soltas e os exilados voltassem, ele poderia contribuir com o sentido da vida do Brasil. A partir daí, todo dia ele ligava para saber de cada preso que conheceu, em São Paulo e outros presídios do Brasil. Até para perguntar do resfriado do Chiquinho, preso que o impressionou porque cultivava orquídeas e tinha passarinhos na cela, onde já estava havia dez anos.

Para o governo era um absurdo: fizemos nosso projeto de Anistia ampla, geral e irrestrita, e o senador que estava lá para defender o projeto do governo defendia o nosso. Quando foi votada a lei de Anistia, quase 50% da base do governo votou em nosso projeto. Venceu a Anistia parcial, mas o movimento tinha tanta força que eles não conseguiam segurar as pessoas nos presídios, que foram abertos. Quem estava fora do projeto inicial, teve o livramento condicional facilitado. Para outros, anistiavam uma parte da pena e mandavam o preso embora. E as pessoas começaram a voltar

do exterior. Fizemos vários atos no Aeroporto de Congonhas. Recebemos o Betinho, o João Amazonas, o Fernando Gabeira. Quando chegou a Flávia Shiling, presa política do Uruguai, fizemos até panfletagem no Aeroporto. Recebemos o Zé Dirceu, o Manoel da Conceição, o Arraes. Ficamos *p. da vida* com o Brizola, porque resolveu atrasar sua volta e tínhamos um ato pronto para recebê-lo dois dias antes.

### Investigando denúncias

O movimento pela anistia também passou a receber (e investigar) denúncias de desaparecidos, de torturadores. Começamos a montar listas. O primeiro caso foi o de Maria Augusta Tomás e Márcio Beck Machado. Marido e mulher, se refugiaram em uma fazenda em Rio Verde, Goiás. A polícia foi lá, matou-os e enterrou os corpos na fazenda. Foi o primeiro caso que o CBA investigou com sucesso. Na volta de Rio Verde para Goiânia, uma senhora me deu um envelope. Era um conjunto de 18 fotos da repressão à Guerrilha do Araguaia, em que os corpos eram jogados de pára-quadras, dentro de sacos. Tinha foto inclusive de cadáveres no chão. A partir daí, nós abrimos o processo da Guerrilha do Araguaia, que até hoje tramita na Justiça.

Depois resolvemos direcionar. Fomos a Perus. Sabíamos que muitos mortos eram enterrados como desconhecidos. Foi um trabalho bonito. A Suzana Lisboa e o Ivan Seixas (da Comissão de Familiares de

Mortos e Desaparecidos Políticos) passaram dias dentro do cemitério, revirando livros. Tínhamos que contatar organizações clandestinas, que na época já estavam desestruturadas, para saber os nomes que os militantes usavam. Nós checávamos os nomes falsos e os verdadeiros procurando naqueles livros. Não podíamos fazer nada porque era a gestão do Maluf. Mas fomos acumulando informações, até que no governo do PT a vala de Perus foi aberta.

### A única luta que ganhamos e levamos

Das lutas que participei, a da Anistia foi a mais bonita, a mais importante e a única de que a burguesia não se apoderou. Tivemos a Assembléia Nacional Constituinte, que deu em Centrão. Tivemos as eleições diretas, que acabaram em Collor. Tivemos o *impeachment*, que deu em Itamar e Fernando Henrique. Dessas lutas todas, a Anistia foi a que nós conseguimos ganhar e levar. Usufruímos a vitória. As pessoas foram soltas, voltaram, se candidataram. Muitos militantes importantes do movimento, como Perseu Abramo, foram para a fundação do PT. No projeto parcial, vitorioso, os torturadores foram anistiados por antecipação. Nem tinham sido condenados. O projeto Brasil Nunca Mais (que levantou nomes e histórico das prisões, torturas e desaparecimentos) listou os torturadores e funcionou como sanção moral. Há poucos meses, o FHC nomeou um diretor da Polícia Federal. Mas ele estava na lista. Teve que sair. **RA**